BIBLIOTECA MILITAR

Volume XXXVIII

O ESPÍRITO MILITAR NA QUESTÃO ACREANA

(ENSAIO)

CASTILHOS GOYCOCHÊA

RIO DE JANEIRO
1 9 4 1

BIBLIOTECA MILITAR
Volume XXXVIII

O ESPÍRITO MILITAR NA QUESTÃO ACREANA

(ENSAIO)

CASTILHOS GOYCOCHÊA

GRÁFICA LAEMMERT, LIMITADA
Rua Carlos de Carvalho, 48
RIO DE JANEIRO

"Convenhamos que se tivessem sido estrangeiros os 2.000 conquistadores do Acre, teriamos visto nascer o maior perigo internacional encravado no coração brasileiro do continente sul-americano".

VICENTE LICINIO CARDOSO *in* À MARGEM DA HISTÓRIA DO BRASIL.

A Questão Acreana foi, antes de mais nada, uma seríssima advertência e como tal é digna da mais profunda meditação.

Não houve nela, apenas, o Brasil, a Bolívia e o Perú, mas também elementos poderosos de outras bandas que se apresentaram como interessados no pleito territorial.

Não pode, de conseguinte, ser tido como prematuro o exame do dissídio.

Aquele princípio de só considerar objeto da História os acontecimentos sôbre os quais haja decorrido um século, pelo menos, quando em jôgo paises do mesmo Continente, não mais deve prevalecer na vida moderna. Terá sido aconselhável noutros tempos, quando a diplomacia era exercitada no segredo dos gabinetes e quando os interesses de minorias — fossem classes ou castas — sobrepujavam os interesses das Nações.

Deve ser considerado, ademais, que na Bolívia já há apreciável literatura sôbre o deslinde (*) e que as poucas vitórias militares sôbre os revolucionários

---

(*) Ver a bibliografia dêste trabalho.

acreanos já estão perpetuadas nos logradouros públicos de La Paz. (*)

Não existe razão alguma, portanto, para que no Brasil sejam mantidos em silêncio os episódios que, no século passado e no começo da centúria em meio, tiveram como palco as florestas e os rios da Amazônia.

Essas considerações, penso, explicam e justificam a publicação dêste ensaio que foi lido no "Instituto de Geografia e História Militar do Brasil", em a sessão de 24 de Julho de 1939.

C. G.

(*) "América do Sul", do Professor Antenor Nascentes.

ANTELÓQUIO

Não sei, em verdade, qual o sentimento que me domina neste instante — Senhores do "Instituto de Geografia e História Militar do Brasil" — si desvanecimento pela oportunidade de me fazer ouvir por vós, si alegria por sentir que a vós posso falar segundo as minhas próprias idéias, engendradas de acôrdo com o espírito que adquiri no trato das coisas militares, na vida da caserna, aprendendo a obedecer e a mandar, vendo agir com decisão, aferindo o alcance e o valor da ação imperativa, franca, por vezes rude mais sempre leal dos homens d'armas.

Não importa que minha estada sob a bandeira houvera sido curta no tempo, quando sinto que ela cooperou fundamente na minha formação moral.

Soldat d'un jour, soldat pour toujours, dizem os franceses com aquela magnífica intuição da verdade que é o traço basilar do gênio latino.

Os dois anos, de fato, nos quais ostentei a túnica de soldado, bastaram para me fazer compreender, entre outras coisas, a existência de um espírito *sui-generis* na vida das sociedades civilizadas, espírito

que é guardado por suas fôrças armadas, e que é, afinal, a razão da supervivência dos povos e das nações que o sabem conservar a prumo. Êsse espírito é o espírito militar. Êle existe, como existem o espírito político, o espírito jurídico, o espírito filosófico, o espírito artístico, o espírito religioso e de outros gêneros.

O espírito militar, porém, deve conservar a preeminência sôbre os mais espíritos, não apenas para a saúde da nação, como para a própria existência do país em que viva uma nação que pretenda a existência soberana.

Ai dos povos que o perdem ou o deixam enfraquecer!

O caso da Grécia antiga é exemplo que não pode ser relegado ao esquecimento. Julgando-se defendida pela própria natureza, fez filosófos ao envés de generais, fez poetas em lugar de adestrar guerreiros, construiu obras de arte, quando devia lançar navios de combate no mar Egêo e no mar Jônio e levantar fortalezas ao longo das fronteiras, e com isso deixou que seus homens enlanguescessem no ócio, nos prazeres dos sentidos, envenenassem-se em especulações abstratas, perdendo a virilidade no exercício de atividades sedentárias.

Roma, na mesma época, cultivava a fôrça, tornando eris os seus homens e virtuosas as suas mulheres na prática da sobriedade e da higiene, no trabalho disciplinado e nos recreios comedidos.

O resultado, sabêmo-lo todos nós que vivemos debruçados sôbre as páginas da História da Humani-

dade procurando ensinamentos para o futuro: a Grécia transformada em província do Império Romano; cada patrício ou legionário se permitindo ao luxo de escravo grego, filósofo ou poeta, escultor ou pintor, simples plebeu ou bem nascido.

Roma, todavia, a rude Lácio das epístolas de Horácio, haveria de ser derrotada mais tarde por se ter deixado contaminar pelo espírito especulativo dos escravos trazidos da Hélade. *Grœcie capta ferum victorem cepit et artes intulit agresti Latio...*

Sei que o Ocidente vive, há séculos, alimentado pela cultura grega daquela época; não desconheço a influência poderosa que à civilização deu o pensamento grego; mas sei também que a Grécia nunca se conseguiu lavar da ignomínia da escravidão dos seus homens, e não desconheço, igualmente, que jamais há-de fazer esquecido o opróbio pela derrota mais completa registrada pela História.

Os casos de Roma e da Grécia servem, apenas, como paradigmas. Outros, muitos e muitos outros, houve antes e ocorreram depois; outros e muitos outros ocorreram em Idades recuadas no tempo e se repetirão nas Éras vindouras. As causas, porém, foram e serão sempre as mesmas: o predomínio do espírito de especulação abstrata sôbre o espírito impositivo das realidades de qualquer gênero; a divagação abstrusa em tôrno a problemas fictícios, em vez do estudo sem afetação das questões da existência do homem em sociedade.

A Filosofia, para ganhar sentido prático, teve de arredar do seu caminho a Metafísica.

A História só atingiu à realidade quando Voltaire denunciou a Teologia, proscrevendo-a nos exames dos eventos sociais, na análise de qualquer fenômeno, banindo-a das cogitações de qualquer ordem.

Nada de Silogismos. Apenas a Biologia e a Sociologia para o estudo do indivíduo e dos aglomerados humanos. A Lógica alicerçada na Matemática.

E' que, com o evolver dos conhecimentos, cada vez mais se impõe a volta à simplificação com o escôpo de tornar clara, direta, a visão dos fenômenos e assim se lhes poder dar a solução racional imediata.

A América, felizmente, não atingiu ainda ao espírito filosófico, nem ao espírito artístico e nem ao espírito religioso. No período de construção em que está, qualquer dêsses espíritos houvera sido perturbador da marcha avante.

Importou, entretanto, e desenvolveu desmesuradamente, o espírito jurídico, procurando aplicá-lo *à outrance* numa sociedade embrionária, amálgama de vários e díspares elementos étnicos; numa terra imensa, desconhecida em grande parte, de climas diversos, de ambientes vários; sôbre povos em processo de comixtão entre o preto, o branco, o vermelho ou amarelo, que formam o mais atordoador dos complexos raciais que se há operado sôbre a face da Terra.

Engendrado na Europa pequeníssima e excessivamente povoada, o espírito jurídico foi a barreira para os desmandos, regulou a cobiça, disciplinou os

apetites, permitindo a coexistência em minguado espaço das grandes aglomerações de creaturas pletóricas de energia.

No Continente Colombiano, porém, êle é e ainda será por largo tempo, planta de estufa alimentada com artifícios, conservada mercê de incessantes desvelos. Produziu benefícios — seria estultícia negar — mas, não há dúvida possível, tem sido empêço no campo das relações internacionais impedindo ou dificultando a expansão natural dos povos; segundo as necesidades de cada um dêles, seu ajustamento aos "habitats" convenientes. No Brasil, particularmente, opondo-se ao espírito militar, tem sido, em várias circunstâncias, lamentável.

Pode-se dizer, a propósito, que a evolução brasileira se vem processando na luta entre êsses dois espíritos antagônicos.

E' isso que me proponho a demonstrar no ensaio sôbre a questão do domínio político sôbre as terras chamadas do Acre, questão que Oliveira Lima declarou haver sido "o mais grave dos litígios de fronteira que o Brasil teve a sustentar".

A gravidade extrêma do deslinde, entretanto, não foi apenas, como pensou o hábil diplomata *doublé* de historiador, pelo dissídio entre o Brasil e a Bolívia e o Perú sôbre as raias dos respectivos domínios, mas, principalmente, pela iminência em que esteve a América do Sul de ser transformada em campo colonial para os povos de prêsa do outro hemisfério e da Europa, exercitados no usofruto das terras da Ásia, da África e da Oceania.

Nunca, de fato, depois da independência das nações sul-americanas, esteve tão ameaçada a civilização que nesta parte do Continente construiram os descendentes dos povos íberos.

Daí, dessa circunstância, a magnitude inexedível dos homens com espírito militar que conjuraram semelhante ameaça. Êles não foram, no transe, apenas homens do Brasil ou de província do Brasil, porque foram heróis da América Latina.

BREVES CONSIDERAÇÕES SÔBRE A POLÍTICA DO BRASIL [1]

O exame do largo e melindroso processo que teve a questão do domínio político sôbre as terras extremadas do noroeste do Brasil, deixa claro que ela foi creada pelo espírito pragmático dos estadistas e diplomatas e dirimida pelos homens, cujos caracteres se formam na luta ou no preparo para a luta, isso na dura disciplina do corpo e do espírito que preconizou Friederich Nietzsche em **"A Vontade de Poder"**, para que haja sempre "uma espécie mais forte".

Enquanto nosso destino de povo foi conduzido por êsse espírito varonil, o Brasil pôde falar alto no concerto dos outros povos do Continente; foi ouvido e foi acatado. Não sei si era temido; sei que era respeitado.

Na Colônia — é inegável — aqueles reis de Portugal, antes soldados do que políticos, porque sem medo à guerra, porque isentos de temores vãos, impermeáveis aos sentimentos acomodatícios, contemporizadores, e possuindo o senso da realidade, não hesitavam em passar do projeto à ação, o que importa em dizer, em transferir do âmbito das chancelarias para os campos de batalha a equação dos problemas nacionais.

Sob João VI ainda é assim. Logo da chegada à terra, de que viria a ser o único rei, não pôs dúvida em mandar riscar suas raias junto ao Prata e invadir os domínios da França na América Meridional. Aquele exército de D. Diogo de Sousa, crismado de pacificador, foi, em verdade, o agente do desejo real de dar forma ao sonho de João III no século XVI; missão que também tiveram Manoel Marques d'Elvas Portugal e James Jeo,

um por terra e outro por mar, de levaram à Caiena o estandarte branco com as armas lusitanas ao centro.

Com Pedro I já não é bem o caso. Vivem-lhe n'alma anseios de imposição, mas quasi não lhes pode dar realidade. De além-mar vêm-lhe preocupações; no interior do país acirram-se os sentimentos nativistas; sua vida sentimental intensa e desregrada exgota-lhe as energias e indú-lo à relaxação e a erros graves, um dos quais levaria as armas invictas do Brasil à melancólica jornada do Passo do Rosário.

Na Regência é que se estabelece, pela primeira vez, a ascendência absoluta do espírito pragmático, importado das velhas terras do já velho continente. Diogo Antônio Feijó não encontra dificuldades de monta em dissolver o Exército, isto é, a desarmar a Nação. Ninguém, de resto, cogita sinão de leis, leis para tudo e todos, leis sem finalidade e sem utilidade. (**"Bernardo Pereira de Vasconcelos e seu tempo"** de Otávio Tarquínio de Sousa).

Quando Pedro II, a 23 de Julho de 1840, com a maioridade que lhe foi outorgada, assumiu o govêrno, o país inteiro estava convulsionado pela política, agitado pela desordem. Os partidos se sucediam no poder sem fôrça alguma. No Parlamento — cópia do parlamento inglês — debatiam-se problemas fantasistas, em verdadeiros jogos florais, lídimas porfias acadêmicas em tôrno a abstrações; oradores extraordinários alongavam-se ao exagêro no puro gôzo das bonitas palavras. O imperador apenas reinava; não governava. Quem governavam eram os gabinetes ministeriais de acôrdo e segundo os interesses dos respectivos partidos, em regra interesses eleitorais. Fora disso era a metafísica aplicada na arte de dirigir o Estado, num país jovem, rico de possibilidades, imenso e complexo, onde tudo estava por estudar e compreender. Queriam envelhecê-lo, alinhando-o aos velhos paises organizados,, antes que tivesse pago o tributo devido à mocidade. (*)

Pedro de Alcântara, moço e sádio, não frequentou a Escola Militar ou a Academia de Marinha; poucas vezes terá vestido farda; nunca viveu ao ar livre dos campos, das matas ou das praias; jamais praticou **sports;** pouco visitou quartéis e navios de guerra. Educado por frade erudito, desenvolveu o gôsto por estudos transcendentes, especulações filosóficas, fez-se poeta e arremedava falar línguas mortas. Coisa alguma que lembrasse o pai desabusado, galhardo, generoso nas atitudes, diserto nos

gestos, e nem o avô empreendedor, lógico, forte dentro da aparente fraqueza, astuto fingindo que era ingênuo.

Quando Rosas e Oribe arreganham as prêsas para o Império, o Brasil estava desapercebido. Fez-se mistér que o general Caxias corresse ao sul para improvisar tropas. Na província exausta, por dez anos de luta armada, mas sempre pronta para a guerra, encontra os elementos que Manoel Marques de Sousa e Manoel Luiz Osório levam a Caseros e a Buenos Aires.

A advertência, todavia, não foi levada em maior conta.

Logo depois, porque em 1864, é preciso que os estancieiros sul-riograndenses estabelecidos no Uruguai, se armem, êles próprios, para a defesa de suas propriedades e de suas vidas, enviando à Côrte o antigo general farroupilha Antônio de Sousa Neto para intimar ao govêrno: "Ou o Império faz a guerra ao govêrno de Montevidéu ou nós a faremos por nossa conta e risco!... Quem, no transe, salva a situação, é Tamandaré. Enquanto o Conselheiro Saraiva esbofava-se em discussões doutrinárias com os caudilhos solértes nas posições de mando, o impávido marinheiro da Independência, véla pela dignidade do Brasil, indo até ao sítio de Paisandú. Um incarna o espírito pragmático, convencional, jurídico; o outro é o espírito militar, franco e rude, positivo e decidido. [3]

O Paraguai, em seguida, é o que sabe. Na primeira fase a campanha é conduzida a bem dizer pelo Parlamento. Tudo haveria que ser submetido à Câmara e ao Senado, as arenas onde se entestavam os partidos políticos adversos, "arremedos ingênuos de arregimentações políticas européias", na opinião de Vicente Licínio. [4] O general Canabarro, no comando da fronteira do Rio Grande do Sul com a Argentina, prevendo a invasão, pede angustiosamente recursos, expondo a situação: não tem infantaria e nem artilharia; a cavalaria está desmontada; o armamento é obsoleto; os quadros estão desfalcados; não dispõe de meios de transporte... Não o atendem. Parece que ninguém o ouve. Quando Estigarribia atravessou o Uruguai êle quasi nada pôde fazer de eficaz. Ainda assim obriga o inimigo a marchar cosido ao rio, temeroso, pronto para bandear-se, conduzindo-o ao cêrco de Uruguaiana onde o sacrificou no altar da Pátria, segundo a sua própria expressão. Não obstante tudo, porém, mandam responsabilizá-lo pela invasão! E' que o ministro da Guerra, Angelo Muniz da Silva Ferraz, desde anos passados, nutria des-

peito pela derrota eleitoral que lhe infligira Canabarro, em Alegrete. (5)

Depois é o general Pôrto Alegre bracejando em São Borja à míngua de homens e de armas, de munições e de transportes.

O general Osório, fazendo apêlo aos gaúchos, escudado em seu incontrastável prestígio pessoal, é que consegue organizar o 3.º Corpo de Exército, que se assinala em Avaí, Lomas Valentinas e Campo Grande.

O general Caxias, por simples politiquice, é mantido à distância. Ninguém lhe quer a opinião; não o consultam e não tomam em consideração seu plano de operações, aquele que desabusaria os éstos imperialistas de Solano Lopez, matando o sonho megalômano de reconstituição do Vice-Reinado do Prata.

A vitória final dos aliados, não há dúvida possível, foi obra dos homens d'armas e dos guerreiros por instinto, quando se viram livres das peias que à sua ação, desde o comêço, puseram os políticos de todos os matizes.

I

Antecedentes da Questão Acreana — Tratados de 1750 e de 1777 — O princípio do "Uti-possidetis: Ita-possideatis" — Tratado de La Paz de Ayacucho, de 1867 — A demarcação da nascente do rio Javarí pelo Barão de Tefé.

A Questão Acreana resultou da circunstância de ser a política do Brasil dirigida consoante o pragmatismo, a doutrina filosófica que tudo sotopõe à lei, mesmo quando a lei é inhumana, absurda, inconsequente, contrária aos interesses vitais da Nação, no caso o patrimônio territorial herdado de Portugal. [6]

Quando em 1833 teve início a série de cizanias entre o Império e a Bolívia, prêsas todas, ou quasi todas, ao estabelecimento dos lindes das respectivas dominações, já o Brasil estava sendo conduzido por vontades pouco afeitas a encarar de frente, com varonilidade, o que viesse de fora, como ameaça à dignidade do país. E' assim que à crise de 1833 sucede a de 1837, que é seguida pelas de 1844, 1845, 1846, 1850, 1853 e 1858, sem que ninguém se atreva a uma repulsa decisiva. Causas não faltavam; antes, abundavam. Ora são concessões de sesmarias feitas pela república do altiplano andino em território brasileiro; ora no que diz com o domínio amplo do rio Madeira que a Bolívia pretendeu exercer completamente, ora sôbre direito concedido por êsse país aos Estados Unidos para a livre navegação nos rios da bacía Amazônica, os quais cursos d'água, no dizer do convênio, eram caminhos livres, "abertos pela natureza ao comércio de todas as nações. . ."

Em 1834 realizou-se a primeira tentativa boliviana para o deslindamento do que já era questionado — a fronteira —. Encarrega-se da missão o general Mariano Armaza, cuja proposta foi, nem mais nem menos, como princípio basilar, a adopção do Tratado de Santo Ildefonso, de 1777, entre Espanha e Portugal; e como corolário: "que a linha divisória começasse aos 22.°, na margem direita do Paraguai, até a embocadura do Jaurú, daí seguisse pelas águas dêsse rio e pelas do Aguapeí até encontrar na serra do mesmo nome as cabeceiras do rio Alegre e daí baixasse até o Guaporé".

Foi repelida a proposta.

Em 1841 frustra-se a tentativa brasileira do Conselheiro Duarte da Ponte Ribeiro.

Mais para diante também falha a missão diplomática confiada ao Barão do Rêgo Monteiro. (1863)

Não há, aliás, como negociar em bôa fé com os estadistas de La Paz, onde, segundo Antônio Pereira Pinto, ("Estudos sôbre algumas questões internacionais"), "as tradições adversas ao Brasil passavam em seu govêrno de geração em geração. . ."

Falhavam, de fato, todas as tentativas para fazer compreender às gentes do Pacífico, (bolivianos e peruanos), que os tratados de 1750, (de Madrid), e o de 1777, (de Santo Ildefonso), não poderiam servir de base a deslindamentos na América, depois da Independência. Não valia o argumento de que êsses dois tratados — mesmo na hipótese que se quisesse aceitá-los — haviam sido anulados, não existiam, foram tornados sem efeito algum: o primeiro pelo tratado de 12 de Fevereiro de 1761, depois do qual veiu a guerra de 1762 que terminou pela assinatura do tratado de 10 de Fevereiro de 1763; o segundo ficou sem nenhum valor quando pactuado em Badajoz o tratado de 6 de Junho de 1801.

E com isso, igualmente, não havia meio suasório algum para demonstrar que o único princípio certo, aquele que haveria de ser seguido nas relações de domínio territorial no Continente Colombiano, era o do **Uti-possidetis: Ita-possideatis,** do Direito Romano incorporado ao Direito Internacional: **"Uti eas oedes, quibus de agitur, nec vi, nec clam, nec precario alter ab alteri possidetis; quo minus ita possideatis, vim fieri veto"**, explicado nestes dizeres por Ulpiano no DIGESTO: **"Est igitur hoc interdictum, quod vulgo UTI POSSIDETIS appellatur, retinendas possessionis: nam hujus rei causa reditur, ne vis fiat ei qui possidet".**

Foi, de resto, sempre, salvo no tratado de 28 de Setembro de 1885, com a Argentina, na questão das Missões do Uruguai, o princípio seguido pelo Brasil nos convênios com o Paraguai, Perú, Equador e Venezuela sôbre a delimitação de domínios.

E' em 1867, em meio à campanha contra Solano Lopez, que a Bolívia insiste pressurosa para que, afinal, seja terminada a questão já antiga e sempre irritante. Curupaití — fruto do tratado da Tríplice Aliança, no que tocava ao Comando em Chefe — terá excitado seus apetites. No govêrno da República está Melgarejo. O Império comissiona Lopes Neto para o fim especial de estudar e resolver em definitivo com o Chanceler Mariano Muñoz. Dá-lhe, para isso, os poderes de plenipotenciário. Daí o Tratado de Ayacucho, de 27 de Março de 1867.

Quem estuda, hoje, êsse tratado, não pode deixar de reconhecer a habilidade de Lopes Neto em fazer os estadistas bolivianos aceitarem o princípio diretor do **uti-possidetis**, que até então haviam recusado terminantemente, invocando sempre os Tratados de Madrid e de Santo Ildefonso, como as convenções que deveriam presidir no deslinde.

Não obstante sua vitória inicial, entretanto, o diplomata brasileiro não pôde deixar que o artigo 2.º do Tratado, na parte referente à linha divisória no território cortado pelo rio Aquirí ou Acre, fosse redigido, **mutatis-mutandis**, como o foram os artigos respectivos dos Tratados de 1750 e de 1777, em relação à mesma zona.

O cotejo dos textos dispensa comentários.

No artigo VII do Tratado de Madrid foi estipulado que:

> "Baixará (a fronteira) pelo álveo dêsses dois rios, já unidos, até à paragem situada em igual distância do dito rio das Amazonas, ou Marañon, e da bôca do dito Mamoré; **e desde aquela paragem continuará por uma linha Léste Oéste até encontrar a margem Oriental do Javarí que entra no rio das Amazonas pela sua margem Austral. . .**"

O artigo XI do Tratado de Santo Ildefonso consigna o seguinte, a propósito:

> "Baixará a linha pelas águas dêsses rios Guaporé e Mamoré, já unidos com o nome de Madeira, até à para-

> gem situada em igual distância do rio Maranhão ou Amazonas e da bôca do dito Mamoré; **e desde aquela paragem continuará por uma linha léste-oéste até encontrar a margem oriental do rio Javarí...**"

No artigo II, já referido, do Tratado de Ayacucho, está mais explícita a fronteira, em razão do conhecimento, que já havia, do Madeira para o sul:

> "... baixará por êste rio (Verde), até à sua confluência com o Guaporé e pelo meio dêste e do Mamoré até ao Bení, onde principia o Madeira. **Dêste rio para o oéste, seguirá a fronteira por uma paralela, tirada da sua margem esquerda na latitude sul de 10° 20', a encontrar o Javarí.**"

Deve ser lembrado, nesta altura, que ninguém, absolutamente ninguém, sabia a posição em que ficavam as nascentes do Javarí. Era o rio-mistério, totalmente desconhecido porque nunca explorado. Sôbre êle só havia lendas, hipóteses, fantasias. Os demarcadores portugueses e castelhanos nunca o tinham penetrado; estabeleceram-se na sua foz, em Tabatinga, e aí permaneceram.

No Brasil, à vista do Mapa da Linha Verde, supunha-se que o rio manasse no paralelo do Madeira, isto é, a 10° 20' de latitude sul. Nem pode imaginar outra coisa quem lê a passagem do Tratado que lhe diz respeito, a qual refere o paralelo a ser traçado como divisa entre os dois domínios.

A condicional que seguiu à letra transcrita, portanto, só poderia ter sido um golpe de habilidade do contratante boliviano, no caso Mariano Muñoz, e com a qual teve de concordar Lopes Neto:

> **"Se o Javarí tiver as suas nascentes ao norte daquela linha léste-oéste, seguirá a fronteira, desde a mesma latitude (10° 20'), por uma reta, a buscar a origem principal do dito Javarí."**

Houve, nessas condições, a pre-ciência de que o rio fadado a tão grande renome, não nascia a 10° 20', porém mais ao norte.

A confirmação disso te-la-ião o Barão de Tefé e Guilhermo Blake, chefes da Comissão Mixta Brasileo-Peruana, quando, a 14 de Março de 1874, conseguiram atingir à região das nascentes do Javarí, cuja posição estimavam ser a 7° 1′ 17°,5 de latitude sul e 74° 8′ 27″,07 de longitude oéste de Greenwich, isso numa penetração ousadíssima, verdadeira odisséia, que, para honra do grande almirante brasileiro e orgulho de nossa raça, deve ser conhecida em seus pormenores. De 82 pessoas que penetraram as águas do Javarí em 17 de Janeiro, só 55 alcançaram regressar ao Solimões. Os restantes, inclusive o irmão do chefe brasileiro e o sub-chefe da Comissão, (agrimensor Carlos von Hoonholtz e capitão João Ribeiro da Silva), ou sucumbiram à febre, ou à fome, ou às flexas ervadas dos Mayorunas... Em 1866, aliás, uma outra Comissão Mixta — brasileo-peruana — havia sido massacrada pelos selvícolas antes de ter atingido o fim da viagem à região a explorar: Soares Pinto, o chefe brasileiro, foi morto; Paz Soldan, o chefe peruano, alcançado por 14 flexas, perdeu uma das pernas e só à custa de sobrehumanos esforços conseguiu salvar-se, com alguns, (poucos), soldados da escolta. Os mais serviram de pasto à ferocidade dos íncolas.

O tratado de Ayacucho, à vista do que foi dito, só pôde ser qualificado como um ato inconsistente. Pactuado como si o Javarí brotasse na altura de 10° 20′, foi localizado quasi junto ao paralelo de 7°!

Não consta que alguem, na ocasião, houvesse protestado. Toda a gente que prestou atenção ao ajuste diplomático não terá compreendido aquela ressalva posta ao fim do artigo 2°: "Se o Javarí tiver as suas nascentes ao norte daquela linha lésteoéste, seguirá a fronteira, desde a mesma latitude, por uma reta, a buscar a origem principal do dito Javarí...

Ao depois, a terra era grande e os homens eram poucos, ter-se-á pensado com aquele fatalismo que resulta do pragmatismo rígido.

II

As sêcas no Nordeste — Migração para a Amazônia — Desbravamento do Acre — A exploração da Hévea brasiliense — Dados estatísticos da exportação da borracha.

Nordéste: 1877. A sêca reduz à miséria as populações do interior das províncias da Paraíba do Norte ao Piauí. As criações sucumbem à falta de água e de alimento; as plantações estiolam e morrem; os débeis — crianças, velhos, mulheres e homens enfermos — também não resistem à míngua dos elementos de vida. Só os eugenicamente fortes — e formam êles legiões — marcham para léste, rumo à orla do mar, em busca das cidades litoreanas.

Surge, então, o problema sòcial do trabalho para o retirante dos sertões calcinados pelo sól. Ocorre, no transe angustioso, a emigração para mais longe, para a Amazônia fabulosa, onde a borracha começava a figurar em posição destacada nas pautas da exportação. E os flagelados são remetidos — é o termo que cabe — como alimarias, nos convézes e nos porões dos navios, sem higiene e quasi sem alimento. Os agentes dos seringalistas amazônicos fornecem-lhes as passagens; os governos provinciais vêm com bons olhos o êxodo em massa.

No trajeto longo morrem às centenas.

Um dia, afinal, eram largados num barranco deserto, à beira de uma floresta escura.

Aqueles espectros de criaturas humanas, porém, não se entibiam. Põem-se a trabalhar como gigantes, com energia e com

tenacidade assombrosas. Coisa alguma os amedronta, nem os selvagens ameaçadores que lhes rondam as vizinhanças, nem as féras esfaimadas que se anunciam em volta, nem as febres que irrompem a cada instante, nem a solidão temerosa que os cerca. Ao corpo rijo só os **piuns** e os **carapanans** ofendem; à alma bronzea só aguilhôa a saudade da próle deixada sem recursos nas praças de Fortaleza, de Natal, da Paraíba ou de Terezina.

Êles são, antes de tudo, especimens do homem extraordinário e ainda não estudado do Nordéste, numa marcha colonizadora como não registrára a História, no dizer de quem melhor aprofundou o assunto: Araujo Lima. "Guiado talvez por instintivo impulso de aventura, desprezou as regiões dos baixos rios, que continuaram a ser o **habitat** da população indígena, penetrou os altos sertões e violou-os até as linhas imprecisas de suas fronteiras ainda mal traçadas". (7)

Dentro de pouco estão profundamente enterreirados nas margens do Madeira, do Purús, do Acre, do Tarauacá, do Juruá, do Abunã, do Yáco, do Beni.

Não lhes importa de quem seja aquilo. E' terra virgem; terra em sêr, como disse Vicente Licínio; terra por amansar, como a qualificou Euclides da Cunha; terra por desbravar, por construir.

Empós dos pioneiros audaciosos seguiu o Estado ganancioso com seus agentes — Fisco e Justiça — também sem cogitar de quem fosse aquilo na realidade. (8)

A produção da borracha, então, cresce vertiginosamente na Amazônia. Enquanto no quinquênio anterior à invasão nordestina foram exportados pelos portos de Belém e Manaus 10.570.740 quilogramos com o valor de 12.651:193$912, no quinquênio seguinte, (1878-1882), a cifra de pêso subiu para 17.131.624 quilogramos e a do valor aumentou para 44.427:271$227. A curva, aliás, sóbe sempre:

1883-1887	27.391.213 quilogramos	63.491:962$337
1888-1892	34.272.673 "	79.220:814$565
1893-1897	54.360.661 "	293.563:270$447

E com isso a Amazônia transforma-se num El-Dorado. Há depoimentos interessantíssimos sôbre a vertigem da vida no extremo norte, mercê da goma elástica, e, por conseguinte, mercê

do homem transplantado dos sertões adustos do Nordéste para a região da grande bacia fluvial. Em "Amazônia", Araujo Lima, alinhou fatos edificantes, a propósito, que testemmunhou e que colecionou. Orlando Corrêa Lopes, nos opúsculos políticos "O Estado do Acre e o Estado do Amaznas" e "O Acre e o Amazonas", também refere coisas espantosas no Pará e no Amazonas no período áureo da borracha.

III

A demarcação da fronteira brasileo-boliviana — Protocolo Carvalho-Medina — Advertência de Taumaturgo de Azevedo ao govêrno do Rio de Janeiro — Incidente entre Taumaturgo de Azevedo e Dionísio de Cerqueira.

O Tratado de Ayacucho, de 1867, deveria vigorar por 6 anos, isto é, até 1872, no que se referisse com a navegação. No tocante aos limites seria de duração ilimitada.

Em 1870, em obediência ao tratado vigorante, há um comêço de demarcação que se leva a efeito até Baía Negra.

E' em 1895 que o Ministro da Bolívia no Brasil — Frederico Diez de Medina — propõe ao govêrno do Rio de Janeiro que se prossiga na demarcação. Aceito o alvitre foi assinado pelo dito plenipotenciário e pelo Ministro das Relações Exteriores, Dr. Carlos de Carvalho, a 19 de Fevereiro, o respectivo protocolo, peça singela — 2 artigos apenas —, tratando no primeiro dêles dos comissários e no segundo fixando para todos os efeitos a nascente do Javarí na posição que lhe atribuiram Tefé e Blake em 1874: 7° 1' 17,5 de latitude sul e 74° 8' 27",0 de longitude oéste de Greenwich. (9)

Bolívia nomeia seus comissários ao Coronel Juan Manoel Pando e ao Engenheiro Carlos Satchell.

Brasil designa para os cargos ao Tenente-Coronel Gregório Taumaturgo de Azevedo e ao Capitão-Tenente Cunha Gomes.

A 29 de Setembro do mesmo ano de 1895 encontram-se os comissários de uma e outra nação em Caquetá, povoação à mar-

gem do rio Acre, perto da qual deveria passar a fronteira, encetando desde logo os trabalhos geodésicos. E' digna da mais atenta consideração a correspondência então trocada entre os dois primeiros comissários — Taumaturgo e Pando — sôbre as observações astronômicas procedidas no local, ficando claro desde o início o esfôrço boliviano no sentido de tornar vitorioso seu ponto de vista, enquanto o brasileiro sem se arredar da verdade, procura resguardar os interesses que lhe foram confiados. Ambos são admiráveis. Taumaturgo, todavia, sobreleva-se ao contendor, quer pela firmeza de suas convicções, quer pela lógica irretorquível com que argumenta para provar a certeza de seus cálculos, quer pela alta sabedoria científica que demonstra. Êle é, na circunstância, o homem providencial, o elemento necessário na ocasião, **the right man in the right place.** Anima-o, ao demais, o espírito militar: justo, franco, leal e desassombrado. Seu escrúpulo leva-o a execessos tremendos no trabalho, mas não cede uma polegada do território nacional.

Serzedelo Corrêa, também espírito forte, historiando os trabalhos executados pela Comissão Mixta, em 1895, concluiu sentenciosamente seu juizo a respeito: "A linha do Madeira ao Javarí, que nele se consigna (Protocolo Carvalho-Medina) não está, até agora, demarcada. Não há, por conseguinte, nessa região, um só palmo de terra que possa ser considerado legitimamente como pertencente à Bolívia".

Foi datado de Manaus, a 6 de Março de 1897, o célebre ofício de Taumaturgo de Azevedo ao Ministro do Exterior de então — general Dionísio de Cerqueira — comunicando sua convicção de que a Comissão Brasileo-Peruana de 1874, chefiada por Tefé e Blake, não havia atingido à nascente do Javarí. Não há, hoje, que comentar, sinão que admirar, a coragem do patriota. Entre pôr em dúvida o que tinha feito Tefé, já sagrado por tantos títulos, e a possibilidade de cooperar com seu silêncio para que fosse mutilado o território pátrio, não hesitou: denunciou oficialmente a exploração de 1874, embora com bases pouco sólidas porque segundo informações dos moradores do Javarí e opiniões de pessoas que nunca haviam estado na região das nascentes, tais como Costa Azevedo, Paz Soldan e Juan Manoel Pando. Impressionado com a perda de uma área que calculou em 5.870 léguas quadradas, aceitou de bôa mente a hipótese de êrro grave na demarcação de Tefé. Seus argumentos nesse importantíssimo documento são dignos de meditação profunda,

não certamente no sentido geográfico, mas com relação ao problema que fôra creado com o povoamento da região por brasileiros. Disse êle, de fato: "Dirigindo-se a linha geodésica de 10° 20' a 7° 1' 17,5, ela será muito inclinada para o norte, fazendonos perder o Alto rio Acre, quasi todo o láco e o Alto Purús, os principais afluentes do Juruá e talvez os do Jutaí e do próprio Javarí: rios que nos dão a maior porção da borracha exportada e extraída por brasileiros". Avança considerações de ordem econômica, citando cifras; cogita do problema humano que ninguém ainda tinha compreendido; alvitra medidas para acautelar os interêsses do Brasil.

Dionísio de Cerqueira, na gerência dos negócios estrangeiros, porém, não atende, ou melhor, desatende as razões de Taumaturgo de Azevedo. Desatende e argumenta em contrário, censurando a atitude do velho camarada em documento tornado público.

Taumaturgo, alma combativa, contesta com vigor e se demite das funções.

Com o entestamento dos dois soldados, com espíritos opostos, tivera início a fase dramática dos acontecimentos, os quais se sucederiam daí por vante, engravecendo sempre a questão lindeira irritantíssima.

Não obstante, entretanto, a posição assumida na questão por Dionísio de Cerqueira, o govêrno incumbe ao Capitão-Tenente Cunha Gomes, 2.° Comissário Brasileiro, de imediatamente efetuar a reexploração do Javarí. O Ministro, que também falára como técnico, tinha em jôgo sua reputação profissional.

O resultado das investigações **in-loco** pelo substituto de Taumaturgo de Azevedo, cujo relatório foi datado de 11 de Janeiro de 1898, não foi, todavia, de feição a modificar a situação: a diferença encontrada não excedeu de 10' (dez minutos). Essa própria diferença seria reduzida mais tarde, em 1901, pelo então diretor do Observatório Nacional, Dr. Luiz Cruls, que chegou à conclusão de que a verdadeira nascente do Javarí está a 7° 6' 55". Tefé, a rigor, não errara como asseverou o Barão de Ladário, no Senado, e como acreditou Taumaturgo no desejo de salvar a situação das terras, onde vivia uma já respeitável população brasileira, só brasileira. Aqueles minguados minutos, fossem 10, segundo Cunha Gomes, ou fossem 5, segundo Cruls, de pouquíssimo alterariam a inclinação da linha a traçar do Madeira ao Javarí. Bem examinado o problema, considerada a la-

titude e a longitude estabelecidas por Tefé, a linha que conviria ao Brasil é a que fosse traçada de acôrdo com sua demarcação. [10]

Apesar do resultado pouco satisfatório da reexploração levada a efeito por Cunha Gomes e Lopo Neto, a questão toma vulto, ganha fóros nacionais alastrando-se por todos os ângulos do país. O govêrno brasileiro, entretanto, mantém-se aferradamente ao Tratado de 1867, cuja exata interpretação não parecia saber dar. Taumaturgo de Azevedo, magnífico de bravura, insiste na defesa dos nossos direitos. Serzedelo Corrêa e Rui Barbosa saem a público para o apoiarem; êste, com formidável dialética, sustenta o princípio do **Uti-possideris** que há de presidir no deslinde; aquele, engenheiro e soldado, com sapiência e pertinácia, encontra a interpretação racional para a ambígua redação dada ao artigo 2.° do malfadado Tratado que teve como base o célebre **mapa da linha verde,** onde o Javarí aparece como nascendo na altura de 10° 20'. [11]

Todos êles se afanam, se esmeram, se alongam no sentido de encontrar razões para salvar do domínio estrangeiro as gentes brasileiras radicadas nas terras marginais ao Acre, ao Iáco, ao Purús.

Dionísio de Cerqueira, o que importa em dizer o Govêrno do Brasil, não se deixa convencer. Não cede aos argumentos. Não transige ante o clamor público. Apenas notifica ao Ministro da Bolívia no Rio de Janeiro, Dr. José Paravicini, o não proseguimento da demarcação da fronteira entre os dois paises, por falta de crédito necessário às despesas. . .

O diplomata andino nem siquer acusou o recebimento da precitada nota, mas a 23 de Setembro de 1898 obtinha permissão para instalar uma Alfandega no Acre.

A situação dos acreanos, à vista disso, tornou-se aparentemente irremediável.

IV

Bolívia estabelece domínio político efetivo sôbre o território abaixo da linha Cunha Gomes — Fundação de Puerto Alonso — Protesto das autoridades amazonenses de Antimarí — Recusa dos comandantes dos navios brasileiros a se submeterem ao exame das autoridades bolivianas — Reação popular acreana chefiada pelo advogado José Carvalho.

E' do "Jornal do Comércio" do dia 19 de Janeiro de 1899, esta notícia tão eloquente: "A bordo do "Rio Tapajoz" expressamente fretado pelo Govêrno da Bolívia, e cuja bandeira flutuava no tópe do mastro grande, chegou a Manaus no dia 19 de Dezembro (de 1898) o Senhor Dr. José Paravicini, Ministro acreditado daquela República perante o Govêrno do Brasil, que ia tratar com o Govêrno do Amazonas, o melhor meio de serem estabelecidas as alfandegas mixtas no território contestado entre o Brasil e a Bolívia, na região do rio Acre".

Ramalho Junior, governador do Estado do Amazonas, a acreditar no que informa o correspondente do mesmo diário, não regateia manifestações de aprêço e de simpatia ao diplomata itinerante, que é festejado por todas as formas e meios, sendo conduzido ao vapor por todo mundo oficial quando resolveu proseguir na viagem rumo às terras longínquas do Acre.

No dia 2 de Janeiro de 1899, pelas 4 horas da tarde, o "Rio Tapajoz", sempre batendo alto o pavlhão boliviano, ultrapassou a linha Cunha Gomes, largando âncoras 4 ½ milhas além. No

dia imediato, pela manhã, bem cedo, Sua Excelência, seguido por sua comitiva e pela oficialidade do navio, saltou à terra, conduzindo em pessoa a bandeira tricolor da Bolívia, e, do alto do barranco, tomou posse do território em nome de sua Nação. Puerto Alonso — hoje Pôrto Acre — estava fundada sob a égide do então Presidente da República vizinha.

O acontecimento não interessou maiormente à Chancelaria Brasileira, nem ao Govêrno do Amazonas, nem ao do Pará onde foi fretado o "Rio Tapajoz". Revoltou profundamente, porém, aos seringueiros do **rio da borracha** que assistiram à cena ou dela tiveram notícia. Dentro em pouco não se falava de outra coisa nos barracões de Caquetá, de Bom Destino, de Telheiro, de Empresa, de Xapurí e de Baía. Observa-se e confabula-se, protesta-se em voz baixa e se formulam planos de reação no escuro da noite. E' a revolta que entra na fase da fermentação.

Parte do tenente Joaquim Sarmanho, reformado da Marinha de Guerra, comandante do "Franklin" — informa Serzedelo Corrêa **in** "O Rio Acre" — o primeiro protesto varonil, efetivo. Intimado a acostar seu navio ao do Ministro Paravicini para o exame no manifesto da carga, pagar os impostos pela borracha que conduzia e mais formalidades, desatende aos sinais que lhe são feitos do "Rio Tapajoz" e do "Rio Purús". Nem siquer diminuiu a marcha de seu barco. Desfraldada aos ares trazia e conservou a bandeira auri-verde do Brasil.

O diplomata **doublé** de conquistador não se ateve somente à fundação de Puerto Alonso, à criação da alfandega boliviana, (não mixta como informou o "Jornal do Comércio") e à instituição do Govêrno local que confiou ao cônsul Moisés Santivañez. Nada disso! Legislou sôbre a navegação nos rios brasileiros, (Decreto de 4 de Janeiro de 1899); fortificou a nova povoação e nomeou funcionários para a administração do território.

O Superintendente do Município amazonense de Antimarí, hoje Floriano Peixoto, Francisco Monteiro de Sousa Junior, sob cuja jurisdição estivera até à data o território, ofícia ao Ministro Paravicini inquerindo-o sôbre o que estava praticando, em que convênio assentava a ação que estava desenvolvendo. Foi um documento cortez, embora enérgico. A resposta que recebeu, entretanto, foi edificante: "Não tenho que dar satisfações a ninguém!... Sou um ministro plenipotenciário e como tal só me entendo de potência a potência!..."

pessoa alguma lhe havia tomado contas em Belém. Na capital do Amazonas tinha sido festejado pelo governador. Como, pois, admitir que aquele modesto chefe do mais remoto município do país lhe quisesse tomar contas, se houvesse permitido o direito de interpela-lo? Fôra uma impertinência difícil de qualificar. . .

Na casa de Joaquim Vitor da Silva, em Caquetá, acima da linha Cunha Gomes, reunem-se os proprietários acreanos e as pessoas de destaque nas redondezas, resolvendo a ida do advogado provisionado José Carvalho a Manaus afim de comunicar os fatos ao Govêrno Estadual. Seus esforços para fazer compreendida a situação, porém, resultam nulos. E'-êle próprio quem informa: "Vi que o govêrno do Estado nada faria. . . A imprensa manuense não protestava contra o apossamento do terreno litigioso pela Bolívia, limitando-se a descompôr o Ministro Paravicini, o qual, no dizer do Secretário da Fazenda, iludira a bôa fé do govêrno amazonense. . ."

Desesperançado de se fazer ouvir pelo govêrno, apela para a imprensa, publicando artigos violentos de censura à incúria governamental. Não têm éco as suas observações e os seus protestos. Apenas em Belém, nas colunas da "Folha do Norte", um moço português que viria a ser o grande biógrafo de Marquês do Pombal — João Lúcio d'Azevedo —, dá mostras de que o ouviu e assegura o apôio de sua pena ao trabalho de pregação patriótica. Retenha-se a singularidade do apôio tanto mais digno de atenção, porque oriundo de estrangeiro, em quem, por certo, só falava o sentimento da raça.

No território tornado boliviano por um golpe de inacreditável audácia, continuam os protestos mais ou menos anodinos, dos quais há que destacar os dos comandantes Melo Cardoso e Antônio Bandeira, que, imitando a atitude do comandante Sarmanho, recusaram-se a submeter seus navios ao exame das autoridades bolivianas de Puerto Alonso. O mais são queixas a meia voz, confabulações e projetos.

José Carvalho, de regresso a Caquetá, em desespero de causa, resolve providência violenta, direta, contra a autoridade boliviana incarnada no cônsul Santivañez e no major Gamarra. E' assim que no dia 30 de Abril de 1899, pela manhã, o advogado e jornalista cearense, seguido por um pugilo de moços em quem o sentimento da Pátria se sobrepunha ao próprio instinto de conservação, desembarca na cidadela boliviana e intima o

Delegado Nacional da Bolívia a abandonar sem demora a região, embarcando no primeiro navio que descesse para Manaus...

Na margem oposta do rio Acre haviam ficado cêrca de 300 homens reunidos por Joaquim Vitor da Silva e Joaquim Carneiro para o que desse e e viesse. Santivañez, porém, submeteu-se à intimativa categórica, feita sem maiores considerações, partindo com seus auxiliares e família.

O povo, somente o povo, havia feito sentir à Bolívia, nos seus emissários, que a Nação Brasileira não abdicava tão facilmente dos seus direitos, embora o pouco zêlo do govêrno federal e da displicência do govêrno estadual mais interessado no pleito.

V

Luiz Galvez, agente do Governador do Amazonas, toma conta do Acre e proclama sua independência — Reação de Antônio de Sousa Braga contra o aventureiro espanhol — Protocolo Olinto Magalhães — Salinas Végas — Antônio de Sousa Braga derrota o Delegado boliviano Ibarra e entrega o govêrno a Luiz Galvez — Consulado Brasileiro no Acre — Deposição de Luiz Galvez — O Brasil entrega novamente o Acre à Bolívia.

Na governação do Estado do Amazonas estava o coronel Ramalho Junior, que se havia apossado do cargo por um golpe difícil de qualificar, forgicando êle mesmo e seus partidários a renúncia do tenente Fileto Pires, que, enfermo, estava na Europa, em gôzo de licença legal. Os jornais do tempo registraram coisas tremendas, espantosas, fantásticas mesmo, sôbre desmandos na administração da coisa pública no período. O dinheiro era malbaratado sem pêso ou medida, mas, havia-o bastante para saciar todos os apetites e para a execução das concepções mais absurdas. A borracha, em verdade, era fonte abundantíssima de recursos. Essa borracha, na maior quantidade e melhor qualidade, provinha do Acre. A ameaça, portanto, de perder essa região, menos por ela do que pelos impostos com que concorria para o Tesouro Estadoal, levou o Governador Ramalho Junior a contratar uma segunda revolução contra a Bolívia. Vivia em Manaus, na ocasião, um indivíduo talhado à feição para a aventura: Luiz Gal-

vez Rodriguez de Aurias. Antigo jogador de pelota nos frontões da Capital da República, fôra reporter de polícia em Belém e agora era profissional de jogos de azar na cidade amazonense.

Ramalho Junior que não se amerceiara dos pedidos de providências feitos pelo brasileiro José Carvalho, em nome dos acreanos, delega ao estrangeiro mal afamado a missão de reivindicar o Acre para o Brasil.

Foi, não há dúvida, a página mais triste da História do Acre.

O aventureiro inescrupuloso, no mesmo ano de 1899, no mês de julho, chegou ao Acre disposto a fazer da região uma república independente, cujas rendas — dizia-se — iriam ter destino inconfessável. Tal foi a recepção que lhe fizeram as gentes acreanas, desejosas de solução qualquer que as livrasse da dominação boliviana, que, a 14 de Julho de 1899, em Puerto Alonso, proclamou a independência do Acre à Bolívia, instituindo-o como Estado Livre sob a forma republicana. E' a celebrizada **República do Galvez** das revistas do ano e das **charges** dos caricaturistas em moda.

Luiz Galvez nomeia ministros e decreta medidas de organização administrativa.

Todo o Acre o apoia incondicionalmente, inclusive Joaquim Vitor da Silva e Joaquim Domingos Carneiro, que antes haviam sustentado a iniciativa de José Carvalho. Na reunião preparatória da revolução tomaram parte, além dos nomeados, Gentil Norberto, Domingos Leitão, João Francisco Xavier. Outros que também se viriam a notabilizar posteriormente, apoiaram mais para deante o empreiteiro da revolução, valendo pois que se lhes registrem os nomes: Rodrigo de Carvalho, Hipólito Moreira, Galdino de Assis Memória e Albino dos Santos Pereira.

Deve ser dito que o Acre, depois da partida às pressas do cônsul Santivañez e do major Gamarra estava transformado em terra de ninguém, espécie de **no mans land.** As autoridades amazonenses de Antimarí ainda atônitas pela intervenção Paravicini e sem disporem de recursos materiais para levarem até àquelas longes e largas paragens o direito do Estado, assistiam impotentes ao desenrolar dos acontecimentos. Os bolivianos não se apresentavam na região. Nada, portanto, impediu ou dificultou a aventura.

Ninguém parecia avaliar o ridículo da situação; pelo menos ninguém intentou nos primeiros tempos transmudar as respectivas posições. Enquanto o espanhol era o chefe do govêrno de um

território brasileiro, os brasileiros, alguns dos quais homens inteligentes e capazes, serviam-lhe de acólitos.

E' Antônio de Souza Braga, rico seringalista, que ao regressar ao Acre, em Dezembro, depois de prolongada estada no Ceará, antes mesmo de desembarcar do vapor que o conduziu, o "Rio Afuá", tendo recebido informações seguras sôbre o que ocorria, dispôs-se a mudar a feição das coisas, investindo-se êle mesmo no poder.

Luiz Galvez e seus ministros estavam em excursão pelo alto rio Acre, a bordo do "Liberdade". Antônio Braga vai-lhes ao encontro no "Rio Afuá", ataca o navio do **Presidente da República** e prende a todos os passageiros, inclusive Luiz Galvez.

*

* *

Havia um ano que se dera a mudança do govêrno do Brasil. Prudente de Morais fôra substituido por Campos Sales a 15 de Novembro de 1898, nomeando Ministro do Exterior a Olinto de Magalhães, diplomata de carreira, que desde o início de sua gestão se mostrou simpático à Bolívia, ou pelo menos, fiel ao Tratado de Ayacucho. Dêle estas palavras sôbre a situação no Acre: "O seu território é habitado, não por bolivianos, por brasileiros, que nem um interesse real tem na sua independência, porque não lhes muda a sorte. Êles são, como antes, simples instrumentos na exploração de seringais, mais sujeitos à fatal consequência da insalubridade do clima que enriquecidos pelo seu trabalho. . .".

Salinas Végas substituira José Paravicini na legação boliviana junto ao govêrno do Rio de Janeiro, trazendo a incumbência de resolver a questão de limites entre os dois paises, consoante o que declarou quando fez entrega das respectivas credenciais ao Presidente da República.

Em 30 de Outubro de 1899, assinam, o Chanceler brasileiro e o Plenipotenciário boliviano, novo protocolo para a demarcação da fronteira.

A letra dêsse documento fez certo que se iria começar de novo, nas mesmas bases falsas, subordinando o deslinde ao espirito pragmático que sempre tinha vigorado na questão.

Que mais precisava para demonstrar que as nascentes do rio Javarí, ponto terminal da linha de limites, já tinham sido ex-

ploradas e reexploradas, não podendo ninguém alimentar a ilusão de encontrar outras mais ao sul? Que qualquer êrro que tivesse ocorrido nas duas determinações dessas nascentes seriam de nonada, insignificantes para o resultado final? Que mais faltava para fazer certo que Lopes Neto, em 1867, fôra ludibriado pelo Mapa da Linha Verde, de construção fantasista? Pretender-se-ia, porventura, com nova exploração, fazer o rio baixar de 7° até ao paralelo do Madeira? Seria ignorada na Secretaria do Exterior a interpretação que ao artigo 2.° do Tratado de Ayacucho deu Serzedelo Corrêa? E os argumentos de Rui Barbosa e de Lopes Gonçalves, sôbre a doutrina do **Uti-possidetis?**

Coisa alguma, porém, influiu no ânimo de Olinto de Magalhães ao assinar com Salinas Végas o novo protocolo.

O plenipotenciário andino não se atém ao deslindamento da questão fronteiriça. Reclama contra o apôio do govêrno do Amazonas aos revolucionários acreanos e apresta nova expedição para tomar conta do Acre, confiando a direção da mesma ao seu próprio secretário, Dr. Pedro Kramer, a quem nomeia Delegado Nacional na região.

Tendo falecido em Manaus, em 20 de Dezembro, o diplomata Kramer, substitue-o nas funções o senhor Ladislau Ibarra, que segue rumo a Puerto Alonso escoltado pelo capitão reformado do Exército Brasileiro — Antônio Leite Barbosa — veterano do Paraguai, e pelo boliviano Romualdo de La Peña.

Quando Antônio de Sousa Braga teve conhecimento da aproximação da nova expedição boliviana, a bordo do "Manaus", foi-lhe ao encontro no "Rio Afuá", atacando-a resolutamente. Do ataque resultou a prisão de Ibarra e seus acompanhantes, quasi todos feridos, inclusive o oficial brasileiro que foi condenado à morte como traidor à Pátria.

Souza Braga, não obstante a vitória, ou, quiçá, temeroso das consequências que dela lhe poderiam advir, entrega o govêrno do novo Estado a Luiz Galvez, isso no dia 2 de Fevereiro de 1900.

A 9 dêsse mesmo mês chega a Puerto Alonso, crismada de Pôrto Acre pelos revolucionários de Luiz Galvez, o aviso de guerra brasileiro "Jutaí", sob o comando do capitão-tenente Raimundo Ferreira, que também estava investido das funções de Vice-Cônsul do Brasil no Acre!. . . Verificando, porém, que alí não havia bolivianos, autoridades ou não, retornou a Manaus,

dois dias depois, não sem antes ter visitado a Luiz Galvez na séde de seu govêrno.

O fato relatado faz certo que tanto no Estado Independente do Acre, como nos Estados Unidos do Brasil, ninguém tinha a noção exata do que ocorria.

Houve mais e melhor. Luiz Galvez ainda não teria esquecido aquela intempestiva visita do "Jutaí", eis que lançam âncoras em frente a Pôrto Acre o mesmo "Jutaí" e o "Tocantins", obedientes ambos ao mando do capitão de mar e guerra José Ramos da Fonseca. Seguira na esteira dos dois navios de combate o vapor "Cidade de Manaus", de propriedade do govêrno amazonense, conduzindo a seu bordo o Secretário da Fazenda do Governador Ramalho Junior.

Nova visita ao aventureiro espanhol? Não! Vinham simplesmente depô-lo do govêrno do Estado Independente do Acre e entregar o território à Bolívia. Lopo Neto, o Secretário das Finanças do Amazonas teria entregue, na ocasião, a Luiz Galvez, o preço ajustado para a aventura que durara de Julho de 1899 a Março de 1900, encerrando por essa forma a página negra dos acontecimentos.

VI

Tentativa do Governador do Amazonas junto ao Govêrno Brasileiro para fazer a Bolívia desistir de suas pretenções sôbre o Acre — Apôio de Olinto de Magalhães à Bolívia — Solidariedade das sociedades sábias do Rio de Janeiro ao ponto de vista de Taumaturgo de Azevedo e de Serzedelo Corrêa — Andrés Muñoz, Delegado Nacional da Bolívia, toma conta do Acre.

Antes de passar adiante na descrição do que foi a luta para tornar brasileiro o território do Acre, faz-se mistér referir os esforços do Governador Ramalho Junior junto ao Presidente Campos Sales para que tivesse solução o caso acreano, naturalmente permanecendo a região incorporada ao Estado do Amazonas para o efeito da arrecadação dos tributos sôbre a borracha, chegando a sugerir a hipótese do Amazonas contrair empréstimo externo de 1 milhão de esterlinos para comprar a desistência da Bolívia às suas pretenções.

Em resposta a essa e a outras sugestões o Presidente da República mandou dizer a Ramalho Junior que: "...o estabelecimento da alfandega boliviana em Puerto Alonso tinha sido por efeito de ato do govêrno de seu antecessor e que êsse ato dificilmente poderia ser revogado, ou não seria alterado, pois as linhas de demarcação até ao presente traçadas, não tinham considerado aquele ponto compreendido no território brasileiro..."

Olinto de Magalhães, por sua vez, em ofício n. 1 (reservado), de 26 de Junho de 1899, dirigido ao Governador do Ama-

zonas, sentenciou: "Quando o Govêrno Federal concordou no estabelecimento de uma alfandega à margem do Acre implicitamente reconheceu que é boliviano o território ao sul da linha Cunha Gomes. E reconheceu bem. Como, pois, há de êle agora obrigar o Govêrno da Bolívia a retirar a sua alfandega, a desistir da posse que tomou e a voltar ao estado anterior? Isso seria injusto e motivo bastante para uma declaração de guerra. Mais tarde ou mais cedo o govêrno boliviano havia de tomar posse do seu território. Agora o toma e está no seu direito. Não seria justo privá-lo no interesse dêsse Estado da renda que lhe pertence. . ."

Duas peças curiosas essas! Os dois estadistas não parecem que o fossem. O primeiro, investido na suprema magistratura da Nação, subordina os problemas vitais do país à ética profissional: não revogar o ato do antecessor e nem siquer discuti-lo. O segundo, encarregado de dirigir a politica exterior do Brasil, trai a marca que lhe deixou o exercício da diplomacia de salão, maneirosa, adocicada; o medo à guerra indú-lo à simples medida de aconselhar resignação ao Governador Ramalho Junior.

Nem um, nem outro parecem capacitados do problema humano que se criara como uma fatalidade naquela porção extremada do Brasil.

Nem ao Presidente, nem ao Ministro do Exterior, ocorreu aquele princípio salutar **do Uti-possidetis: ita-possideatis,** dado que o conhecessem e lhe avaliassem o alcance.

Ignoravam, os dois, por certo, que, como demonstraria o Barão do Rio Branco mais tarde, "toda a imensa região regada pelos afluentes meridionais do Amazonas a léste do Javarí, é dependência geográfica do Brasil". E que, históricamente também, nos pertenciam as terras ribeirinhas ao Acre, ao Juruá, ao Iáco, ao Purús, ao Madeira, porque foram os homens da nossa raça que as descobriram, que as desbravaram, que as enriqueceram; que foram os brasileiros Manoel Urbano da Encarnação, João Rodrigues Cametá e João da Cunha Corrêa, em penetrações perigosíssimas, nos anos de 1852, 1857, 1861, 1865 e 1866, a perlongarem essas terras; e que, quando o ministro boliviano Francisco Vellarde, na Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, na sessão de 28 de Julho de 1886, em presença de Pedro II, declarou que **o Aquirí ou Acre ainda não foi encontrado, porém em breve aí chegarão os infatigáveis pioneiros, que, com o nome de seringueiros vão em procura do rico produto em que negociam. . .,** já o

dito Aquirí ou Iquirí ou Acre, não somente era conhecidíssimo desde muito, como desde muito era explorado pelos bandeirantes do Brasil no século XIX, os nordestinos de vontade férrea e coragem desmedida e resistência espantosa; e mais, que até às terras do Bení e do Madre de Dios, indiscutivelmente bolivianas, tinham chegado as avançadas brasileiras.

Não haveria, pois, que insistir na mesmice de saber si o Javarí manava um pouco mais ao norte ou um pouco mais ao sul, para léste ou para oéste, mas só e apenas, encarar o problema com firmeza, com decisão, com desejo expresso de lhe dar remate lógico, consentâneo com á realidade, isto é, com espírito dominador, aquele espírito que nos legaram os homens sem medo de Portocale.

Não se diga, entretanto, que no Brasil não se pensasse com tal espírito. Taumaturgo de Azevedo não cessava de pregar nossos direitos. Serzedelo Corrêa esplendidamente secunda-o na pregação patriótica; Lopes Gonçalves, mais erudito do que todos em Direito Internacional, dá lições magistrais na imprensa diária; Lauro Sodré, Lauro Muller, Rui Barbosa, Paula Freitas, Bernardo de Mendonça, Paulo de Frontin e João Lúcio d'Azevedo, cada qual com mais brilho, insistem nos argumentos, abundam em dessassombro.

No Parlamento, nos jornais, nas sociedades sábias, entre os quais se distingue a colenda Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, no Clube Militar, nas ruas, nas praças, por toda a parte, em suma, alteiam-se vozes eruditas, eruditas e corajosas, advogando a sorte dos acreanos, que brasileiros eram e brasileiros queriam permanecer, batendo-se pela dignidade da Nação, pleiteando em defesa do patrimônio que nos deixara Portugal e que o govêrno ia deixar mutilar, ou melhor já havia consentido na mutilação.

Apenas no exercício do poder público é que não havia um homem no molde daqueles que Emerson classificou, que Nietzsche exaltou, que Carlyle cantou, que Homéro nivelou aos deuses, a que Taine chamou de conciências das coletividades.

O govêrno de La Paz aproveitando-se solertemente das nossas insuficiências, organiza nova expedição para ocupar o Acre. Confia-lhe a direção ao Dr. Andrés S. Muñoz a quem dá o título de Delegado Nacional. Essa expedição parte da capital boliviana em Outubro de 1899 e chega a Riberalta em Dezembro, onde permanece em aprestos militares e à espera do resultado das obser-

vações que **in loco** foi despachado a fazer o Major Justo M. Tapia. E' êsse oficial que leva a Muñoz a notícia do mau êxito que teve a expedição Ibarra.

Quando o novo Delegado Nacional reenceta sua marcha, em meados de 1900, a expedição é composta pelas seguintes unidades: Coluna 16 de Julio, Coluna 10 de Abril e Coluna Zapadores que se movimentam às ordens dos Tenentes-Coroneis Emílio Fernandez Molina, Enrique F. Cornejo e Felix Arano. Há, ainda o piquete Abarôa e o piquete Cochabamba, do comandante Manoel Antônio Sanjinés e do Tenente-Coronel Enóc Rivas. A chefia do Estado Maior coube ao Tenente-Coronel Luciano Fernandez; o comissariado da guerra foi dado ao senhor José Montes; a direção geral dos serviços de saúde teve como responsável o Dr. Luiz Viaña.

Quem quiser ter a prova mais decisiva da incapacidade da Bolívia para estender seu domínio político até à linha Cunha Gomes — dada que essa fosse a verdadeira raia de sua separação com o Brasil — basta acompanhar no "diário" da Expedição Muñoz o que lhe foi de sacrifícios a marcha, não apenas de La Paz a Riberalta, mas dessa localidade a Mercedes e de Mercedes a Puerto Alonso. Legítima **via crucis!** O fato é que tendo deixado a capital boliviana em Outubro de 1899, só em Setembro de 1900 logrou chegar a seu destino. Fome, doenças, falta de recursos, desconhecimento absoluto da região, inadaptabilidade ao "meio" ambiente.

Faz-se preciso lembrar, nesta altura, que a flotilha do Comandante Ramos de Fonseca havia posto fim à revolução encabeçada por Luiz Galvez e Antônio de Souza Braga, em Março dêsse ano de 1900, estando, pois, o Acre, em plena paz. Assim é que o Dr. Andrés Muñoz o encontrou e porisso se pôde investir no govêrno da região.

VII

Nova expedição militar boliviana para reforçar as guarnições do Acre — Prisão do 1.º Vice-Presidente da República e do Ministro da Guerra da Bolívia pelos revolucionários acreanos chefiados por Gentil Norberto e Pedro de Sousa Braga. — Combate de Riozinho — Aventuras da lancha "Iris" — Situação desesperada dos bolivianos no Acre.

Enquanto o govêrno do Rio de Janeiro, para dar cumprimento ao Protocolo Olinto de Magalhães-Salinas Végas, de 30 de Outubro de 1899, confiava ao notável astrônomo Luiz Cruls, ao Capitão de Fragata Acioli Lobato e ao Capitão Tasso Fragoso, a segunda reexploração do Javarí para derimirem definitivamente as dúvidas sôbre a altura em que nasce êsse rio, o govêrno de La Paz aprestava uma nova expedição militar para reforçar as guarnições do Acre, mobilizando as tropas aquarteladas na capital, no Departamento de Cochabamba e no Departamento de Santa Cruz. Para o comando em chefe delas nomeou o próprio Ministro da Guerra, Coronel Ismael Montes.

Ao 1.º Vice-Presidente da República, Dr. Lúcio Pérez Velasco, que acompanhou a expedição, foi dado o cargo de Delegado Nacional Extraordinário, com poderes excepcionais para promover a pacificação da zona noroéste do país que lhe era conhecida por tê-la habitado por muito tempo.

A's 2 horas da tarde do dia 14 de Julho de 1900, a coluna Velasco-Montes encetou sua marcha rumo à fronteira com o Bra-

sil. Compõem as unidades da tropa jovens cheios de entusiasmo patriótico pertencentes às sociedades pazcena, cochambense e cruzcena. Conduzem essas frações oficiais afamados por suas capacidades militares entre os quais se destacavam o Tenente-Coronel Pastor Baldivieso e o Major Benjamin Azcuí.

A 19 de Outubro do mesmo ano, empós vicissitudes de toda ordem, o Coronel Ismael Montes, na qualidade de Comandante em Chefe da Expedição, que assinalou junto à de Ministro da Guerra, datou de Empresa, no rio Acre, sua primeira Ordem do Dia, dispondo sôbre o comando da tropa que o acompanhara até à localidade, (parte da mesma tinha ficado em Mercedes, sôbre o rio Orthon), enquanto êle e mais o Vice-Presidente Pérez Velasco, baixavam até Puerto Alonso ou Puerto Acre, onde, desde Setembro, estava instalado o Delegado Nacional Andrés Muñoz.

A revolução, entretanto, continuava latente em cada peito brasileiro que vivia na zona. A intervenção dos navios de guerra do Brasil, em favor da Bolívia, extinguindo o govêrno Galvez-Braga, longe de arrefecer os ânimos, exaltou-os ainda mais.

Os acreanos, na ocasião, não têm um Chefe; têm vários chefes. E' o Engenheiro Gentil Norberto um dêles; o outro é Silvestre Monteiro; outro, ainda, é José Felipe da Silva; é Pedro de Sousa Braga; é Alexandrino Silva; é Hipólito Moreira e são outros vários.

Nenhum dêles, embora todos bravos, é capaz de ação com grande envergadura, sabe traçar plano militar de conjunto, pode desenvolver atividade política eficaz no sentido de congregar e disciplinar os esforços de todos. Isso vale dizer que não há ordem e nem arte na revolução. Falta, em cada um, conhecimentos que não se improvisam. Carecem todos daquele **quid** especial que caracteriza os condutores de homens nos momentos decisivos.

Não obstante tudo, porém, o Engenheiro Gentil Norberto consegue aprisionar o Ministro Ismael Montes, na passagem pelo seringal "Bagaço", e o seringalista Pedro de Sousa Braga logra deter o Vice-Presidente Velasco em "Bôa União", os quais são conservados em custódia desde 19 até 23 de Outubro.

Essas prisões marcam o início da terceira revolução acreana, ou melhor, a terceira fase da revolução que, iniciada com a deposição do Cônsul Moisés Santivañez, a 30 de Abril de 1899, só terminaria na ante-manhã de 27 de Abril de 1903,

quando a bandeira branca cobriu a guarnição de Puerto Rico, salvando-a da rendição iminente.

O Tenente-Coronel Pastor Baldivieso cientificado pelo Delegado Muñoz da prisão do Ministro Montes e do Vice-Presidente Velasco, tomou providências tão prontas e eficazes, que a libertação dos prisioneiros foi feita sem mais delongas pelos chefes acreanos, os quais, logo a seguir, como num golpe de mágica, foram aprisionados.

Estabeleceu-se, dess'arte o predomínio boliviano, embalde as populações continuassem em revolta, hostilizando por todas as formas e meios os agentes do govêrno de La Paz. O que fazem, entanto, não merece o nome de guerra porque não obedece a plano algum, geral. Cada qual, chefe ou chefiado, tem idéias e tem projetos. Age segundo as circunstâncias e como pode. Em Catuaba, em Bôa União, em Bagaço e até acima da linha Cunha Gomes, fazem-se aprestos para a luta. Contam, ao demais, com a fome e a peste que reinam em Puerto Acre. Os doentes, em grande número, são removidos para o hospital militar que fôra instalada em Humaitá sob as vistas do próprio Delegado Extraordinário.

Para atender às necessidades de víveres, foi destacado o Major Eduardo Schuckraff, que, na lancha "Iris" guarnecida por 10 soldados à paizana, faz "raids" audaciosos até Papirí, sendo aí atacado por pequena partida insurgente capitaneada pelo Engenheiro Lins Caldas. Na refrega morrem vários homens de ambos os lados, inclusive Lins Caldas. Eduardo Schuckraff deixou alguns prisioneiros nas mãos dos revoltosos.

A situação tornara-se desesperadora para os andinos, quer da Delegação Muñoz, quer da Expedição Montes-Velasco, aconselhando a retirada imediata à mingua de recursos, vencidos pela própria natureza, sitiados pelas circunstâncias. Uma repetição, em menor, do que aconteceu a Napoleão na Rússia.

Pérez Velasco, todavia, projeta e manda executar uma **diversão** sobre "Bagaço", sendo atacado em meio caminho, em frente a "Cajueiro", vendo frustrada sua intenção. Estava-se a 6 de Dezembro de 1900.

Ismael Montes que logo depois de sôlto havia seguido para Mercedes, voltou à frente do 2.° Batalhão de linha, o célebre Batalhão Independência, chegando a "Riozinho" naquele mesmo dia 6 de Dezembro, à tarde, onde foi atacado no dia 12 por fôrça rebelde ao mando do Coronel Antônio de Sousa Braga,

(120 seringueiros armados de rifles "Winchester"). A luta durou 2 horas, das 4 às 6 da tarde. Embora os mortos e feridos de um e outro lado, pode-se dizer que não teve resultado prático algum, de vez que os bolivianos continuaram no mesmo sítio e os acreanos voltaram à sua base de operações no seringal do chefe Sousa Braga. ([13]).

Enquanto isso a lancha "Iris" continuava seus "raids" rio acima em procura de mantimentos, sendo sempre atacada das margens do rio, acoitados os atiradores atrás das árvores, havendo que assinalar, como o mais grave dêsses ataques, o que recebeu em "Volta da Glória", quando a embarcação seguia sob a direção do Tenente-Coronel Emílio Fernandez Molina.

VIII

A Expedição dos Poetas — Apresamento da lancha boliviana "Alonso" — Rivalidades entre os dois chefes da Expedição dos Poetas — Ataque a Puerto Acre — Desbarato da Expedição dos Poetas em Caquetá — Um descendente de Antônio Conselheiro em cêna — Vitória boliviana.

Enquanto no Acre ocorriam os acontecimentos filiados à terceira revolução, em a qual, o que mais impressiona é a falta de direção, quer política, quer militar, uma vez que ninguém conseguira impôr-se aos companheiros de luta, no Amazonas e no Pará, sob as vistas complacentes dos respectivos governos, organizavam-se elementos para efetivarem a expulsão dos invasores do sólo pátrio.

Rodrigo de Carvalho, figura curiosa de paladino, tenaz e ativo, procura entendimentos na praça de Belém com o fim de obter recursos para um cometimento de grande vulto que partisse do Brasil.

Em Manaus é Orlando Corrêa Lopes, engenheiro de nomeada, temperamento combativo de patriota, que envida esforços para dar forma ao projeto acalentado de restituir o Acre aos seus verdadeiros donos, aqueles que o fizeram, deram-lhe importância econômica e valor social. Seu entusiasmo havia contagiado o que a cidade possuia de mais representativo nas letras, nas artes e nas profissões liberais. O próprio Governador do Estado, Coronel Silvério Neri, não escondia aos íntimos a simpatia pelo tentamen em formação.

Foi lindo deveras o movimento que agitou os meios cultos da capital amazonense. Tomou ares de romance de cavalaria. Ganhou foros de cruzada. Cada um dos conjurados era visto como generoso personagem de um drama de Schiller.

Ninguém, de fato, se podia conformar com a atitude do govêrno federal ajudando o govêrno boliviano, **manu militari,** quando devera proteger, a qualquer preço, com ou sem razão, as populações nordestinas que se haviam radicado de bôa fé sôbre terras que, em verdade, eram terras de ninguém, terras virgens, terras que nos mapas bolivianos, peruanos e brasileiros figuravam como "no descubiertas" ou "inexploradas", como as há, ainda, naquela mesma região da América e em outras, muitas outras.

Orlando Corrêa Lopes era bem o tipo do agitador de massas humanas: inteligente, loquaz, diserto, valente, inflamado sempre pelo amor da Pátria e da Raça, sonhando com um Brasil grande e forte, respeitado e rico. Êle era natural de rincão fronteiriço, (Itaquí, no Rio Grande do Sul), e por isso sabia bem como se conduzir para com os vizinhos.

Trajano Chacon, Barreto de Menezes, Deocleciano Coelho de Sousa, Efigênio de Sales, José Maria dos Santos, Perí Delamare, Abraham Benayon, Laudelino Benígno, Artur Catingueira, Epaminondas Jácome, Avelino Chaves e mais várias dezenas de outros, todos moços, todos fortes, todos patriotas, todos idealistas, constituem a cohorte esplêndida que segue a Orlando Corrêa Lopes. Uns são do Norte e outros do Nordéste; há alguns do extremo sul; uns poucos do centro-sul e do centro-norte. Dir-se-ia uma parada de brasileirismo em que se tivessem feito representar todas as unidades da Federação. Na sociedade são elementos da primeira plana, porque, advogados, engenheiros, jornalistas, médicos, comerciantes, poetas, oradores. Com êles é integrada a Expedição Floriano Peixoto, crismada desde o início de Expedição dos Poetas.

Silvério Neri, à socapa, fornece recursos de armas e munições aos expedicionários, e, mais do que isso, faz vista grossa sôbre o que se prepara.

O problema do transporte até Caquetá, a última localidade em território brasileiro, próxima de Puerto Acre, foi resolvido por Perí Delamare, antigo oficial da marinha de guerra, aprestando um velho "gaiola" já condenado, o "Solimões".

Nesse comenos chamam Rodrigo de Carvalho, que em Belém não fôra feliz nas suas negociações.

Nas vésperas da partida da Expedição Floriano Peixoto chegou a Manaus a lancha "Alonso", adquirida recentemente pela Bolívia, na Europa, que a destinava ao serviço da guarnição militar do Acre. Em seu bordo, soube-se de pronto, conduzia armas novas e munição abundante. Aquilo, no transe, era mais do que um insulto à soberania brasileira, era uma tentação. Orlando Corrêa Lopes, José Maria dos Santos e Efigênio de Sales, apenas os três, resolveram dar um golpe de mão sôbre o barco, apresando-o. Si bem planejaram a aventura, melhor a executaram. Subjugada a sentinela que montava guarda à prancha de acesso, penetraram no alojamento da guarnição e dominaram-na com presteza. Com presteza também fizeram funcionar o motor e seguiram com a lancha águas acima, até uma praia, onde deixaram os soldados e marinheiros da guarnição. O nome que ostentava nos bordos mudaram-no para o de "Rui Barbosa".

Quando o "Solimões" seguiu rumo a Caquetá tomou a reboque a "Rui Barbosa". Os sonhadores da Expedição dividiram-se pelos dois barcos.

Durante a viagem, entretanto, chegou-se à certeza cruel: não havia entre aqueles homens dispostos a tudo, até morrer pela Pátria, um que fosse chefe, um que incarnasse o tipo nascido para o mando, marcado para a direção suprema, fadado a nortear as caminhadas, capacitado para congregar a vontade de todos e imprimir diretriz única, que possuisse fôrça moral bastante para estabelecer a ordem e instituir a hierarquia nos valores. Orlando Lopes é um assomado; Rodrigo de Carvalho um teórico; os mais, todos muito jovens, todos muito bravos, todos muito letrados, são violentos como Orlando e são fantasistas como Rodrigo.

A alguém, no transe angustioso, ocorre um nome: Plácido de Castro, que devia andar por aquelas latitudes, demarcando propriedades como agrimensor que era. Sabiam que havia ganho fama, no Rio Grande do Sul, no decurso da Revolução Federalista, como chefe de pequenas partidas de combate. Sabiam todos, também, que êle cursara as Escolas Militares do Rio Pardo e de Pôrto Alegre. Puzeram-se, então, a procurá-lo, a inquerir por êle em cada pôrto, em cada estação de lenha do percurso longuíssimo de Manaus a Caquetá. Afinal, quasi no fim da viagem, encontraram-no próximo ao Purús, numa barraca à

margem do Pauiní em estado pre-agônico, vítima do beri-beri inexorável.

E a expedição Floriano Peixoto seguiu sem chefe de fato, sem comando de feição militar, à mercê da própria sorte, numa aventura que só era respeitável pelo ideal que a animava.

Dias passados, antes de chegar a Caquetá, Orlando Corrêa Lopes que fremia para entrar em ação, irritado com a marcha vagarosa do "Solimões", passou-se com alguns companheiros mais afoitos para bordo da lancha "Rui Barbosa" e tomou a dianteira, como si pretendesse, êle e seus poucos acompanhantes, liquidar a situação, esmagando os bolivianos fortificados em Puerto Acre. As informações que obteve antes da linha divisória, porém, arrefeceram-lhe os éstos mavórticos, induzindo-o a esperar o velho "Solimões".

A 24 de Dezembro, apesar de todos os conselhos em contrário, não obstante as advertências que lhe fizeram, antes de fazer junção de seu grupo com os da chefia do Coronel Manoel Felício Maciel e do agrimensor André Arcoverde, que se aproximavam, Orlando Corrêa Lopes investe Puerto Acre, da margem direita do rio. Os atacantes numeram 132 homens. Exceção de Avelino Chaves, que fôra alferes-aluno e de José Maria dos Santos, que cursara a Escola Militar e combatera em Canudos, ninguém entendia da arte da guerra. O resultado foi o esperado por toda a gente: a retirada sôbre Caquetá, com o abandono de um pequeno canhão e de uma metralhadora, depois de 3 horas de tirotear descompassado e ineficaz. Carregaram alguns mortos.

No dia imediato, ainda mal refeitos os combatentes, enquanto era discutida a substituição do engenheiro Orlando Corrêa Lopes, no Comando em Chefe da Expedição Floriano Peixoto, pelo antigo Alferes-aluno Avelino Chaves, são atacados e desbaratados pelos "cabras" do Coronel Felício Maciel, personagem tredo, digno descendente do famigerado Antônio Conselheiro, aquele da tragédia das margens do Vasa-Barris. E só não foram todos massacrados devido à bravura e à audácia de José Maria dos Santos e de Trajano Chacon com a ajuda oportuna do Comandante Melo Cardoso, do vapor "Rio Aquirí".

Êsse o melancólico fim da romanesca aventura dos intelectuais que viviam e trabalhavam em Manaus no começo do século.

Muito pior, entretanto, do que a falta de êxito no ataque de 24 de Dezembro de 1900 e do desbarato da Expedição

dos Poetas, foi o resultado de um e de outro: o socorro de víveres à guarnição boliviana de Puerto Acre por 18 navios mercantes que estavam retidos em Caquetá pelos outros revolucionários, e isso quando o Delegado Andrés Muñoz já havia combinado com o Coronel Baldivieso o abandono da localidade e de todo o território, rumando à Bolívia, por terra, premido que estava pela falta absoluta de artigos de alimentação, e que o Ministro Ismael Montes, no alto do rio Acre, já se aprestava para fazer igual marcha com o Batalhão Independência.

IX

Domínio absoluto da Bolívia sôbre o Acre — Mudança de delegados do govêrno de La Paz — Movimento de tropas de ocupação — Contrato Aramayo — O "Bolivian-Syndicate" — Surge Plácido de Castro.

Com a submissão expressa dos revolucionários, no comêço de 1901, mediante documento em forma, o govêrno de La Paz, representado pelo Ministro Ismael Montes e pelo Vice-Presidente da República, Dr. Pérez Velasco, considerou pacificado o território e assim liquidada a questão. Já em Fevereiro, o Ministro da Guerra expedia ordens ao Batalhão Independência para a viagem de regresso e dava instruções para a fusão dos piquetes Abaroa, Cochabamba, Pérez Velasco e Noroéste, num único corpo com a designação de "Coluna Defensora del Acre", a qual coluna, sob o comando do Tenente-Coronel Pedro Salazar, permaneceria na região que era parte integrante do Território de Colônias.

Êle próprio e o Vice-Presidente da República, seguiram rumo de Manaus, enquanto Andrés Muñoz com os empregados civis da Delegação, na lancha "Iris", em que também iam os enfermos, subiu o rio Acre em direção à Bolívia.

Em La Paz, o govêrno e o Parlamento, quando do regresso dos expedicionários, tributaram-lhes honras de vencedores, atribuiram-lhes distinções honoríficas e vantagens materiais extensivas aos herdeiros respectivos. E' que, graças a êles e ao govêrno do Rio de Janeiro, o Acre ficou sendo boliviano, pelo direito resultante do Tratado de 1867 e pelo direito imposto pelas armas. Os seringueiros e seringalistas e profissionais e comerciantes que

habitavam as terras do Aquirí, eram tão bolivianos quanto o eram os do Orthon, do Rapirrã, do Madre de Dios, pois estavam sujeitos às mesmíssimas leis, a idênticas autoridades.

Foi a quadra das martificações patrióticas, da angústia ante o inelutável da situação, da nostalgia pelo pendão auri-verde que não poderia ser arvorado e pela língua materna que não devia ser falada.

Em substituição ao Dr. Andrés Muñoz foi nomeado para o cargo de Delegado Nacional o Senhor Carlos Torrico que por pouco tempo o exerce, regressando à Bolívia, por Manaus. Como autoridade suprema permanece o Tenente-Coronel Pedro Salazar até à chegada do Coronel Manoel Canseco, em 17 de Setembro.

Bolívia aproveita-se da calma reinante à superfície para se organizar e se fortificar no território, procurando, ademais disso, insinuar-se nas bôas graças da população.

Os acreanos, porém, não esmoreciam. Conspiravam e contrabandeavam armas. Planejavam e agiam na sombra. Seus agentes, em Manaus, em Belém, em Fortaleza e no Rio de Janeiro, procuravam fazer-se ouvidos, pediam socorros, imploravam apôio.

Olinto de Magalhães, na pasta do Exterior, não parecia disposto a se arredar do que fôra convencionado, estava erigido em lei ou era considerado como praxe internacional. A feição humana do deslinde não lhe interessava, não lhe podia interessar porque não fazia parte de qualquer regulamento, porque não fôra objeto de qualquer dispositivo da Constituição de 24 de Fevereiro. Era um simples funcionário ocupando posto que caberia a um estadista; era um pragmático quando haveria necessidade de um revolucionário. Atende solícito, às reclamações do Ministro da Bolívia, D. Claudio Pinilla, contra o Governador do Amazonas, Coronel Silvério Neri, e, por sua conta, adverte essa autoridade a propósito dos auxílios que teria prestado aos revolucionários acreanos.

Em La Paz, não obstante tudo, ninguém alimentava esperanças sôbre a possibilidade de ser mantida a soberania boliviana nas terras orientais da República, fosse até à oblíqua Bení-Javarí, fosse até o paralelo de 10° 20', si viesse a prevalecer a interpretação aconselhada por Serzedelo Corrêa. Êles próprios o confessam hoje, sem rebuços: **"La constante renovación de fuerzas para imponer nuestra soberania en el Acre, demandaba gastos ingentes, que no podia cubrir nuestro exhausto erario nacional; fuera del sacrificio de innumerables patriotas, que sucumbián por**

la letalidad del clima, antes que por los proyectiles del enemigo. . ."

Sessenta por cento dos efetivos, em média, lhes custou cada expedição.

Criara-se para os estadistas da Bolívia uma conjuntura terrível. Haviam ganho a partida diplomática. O Brasil ajudára-lhes a ação militar, como para estadear munificência. Não podiam, entretanto, conservar a prêsa apetecida e menos fruir-lhe os lucros fabulosos. Ocorre-lhes, então, o arrendamento puro e simples do território a companhia estrangeira que **"pudiera contar para la defesa de sus intereses con el apoyo que los gobiernos fuertos prestan a sus nacionales. . ."**

Foi, não há dúvida,, idéia digna de príncipe florentino da Renascença.

Feliz Aramayo, Ministro da Bolívia em Londres, não teve grandes dificuldades na obtenção do contrato de arrendamento, assinando-o a 11 de Julho de 1901 com Frederick Wallingford Widtridge, incorporador dos capitais que têm origem inglesa e americana. Na Inglaterra e nos Estados Unidos, de fato, é que estavam os maiores interessados na borracha do Acre.

Na presidência da **The Bolivian Syndicate of New-York City in North America,** como ficou denominada a companhia, foi colocado um filho do Coronel Theodor Roosevelt, então Presidente dos Estados Unidos, naturalmente o país de govêrno forte que não teria dúvida em defender os interesses de seus nacionais. . .

Vale relembrar de passagem, como simples nota à margem, que uma velha questão entre o Brasil e a Bolívia, em 1844, teve como causa a tentativa de franquia por esta, em benefício da América do Norte, da navegação no Amazonas, questão que se repetiu **mutatis-mutandis,** em 1858, quando não houve tentativa apenas, mas convênio expresso nesse sentido, ampliando-se a concessão também para os rios que fluem para a bacia do Prata. (15).

Talvez pura coincidência si não fosse a lembrança daquele célebre panfleto do geógrafo Maury, dado a público em 1853 sob o título **The Amazon and the Atlantic slopes of South America** em que se falava no **direito** que assistia aos Estados Unidos de forçarem o Brasil a abrir o Amazonas à navegação.

Méra casualidade, si tivessem sido esquecidas aquelas palavras do general americano Grant ao general mexicano Porfírio Diaz, em 1883, dizendo que os Estados Unidos possuiam tudo,

exceto café, borracha e assucar, mas que haveriam de ter êsses três artigos **seja como fôr** (by any means), acentuou Eduardo Prado em "A Ilusão Americana".

Simples transação comercial carente de importância, essa do arrendamento do Acre a capitalistas americanos, si já tivessem caído no olvido as notas do Barão do Penedo, Ministro do Brasil em Washington, ao Secretário de Estado das Relações Exteriores, pedindo providências para evitar a invasão armada da Amazônia que se preparava na grande república, sob as ordens de Maury, oficial da marinha de guerra.

Retomando o fio dos acontecimentos em exame, deve-se informar que o Congresso boliviano, logo a 21 de Dezembro, aprovou o contrato pelo qual a soberania da nação andina sôbre o Território das Colônias foi transferida para o Bolivian-Syndicate.

Um elemento extranho, pois, ia-se instalar na América Meridional, com a faculdade até para manter fôrça armada. Era, portanto, um Estado novo que se criaria no coração da Amazônia.

A título de curiosidade vale ser conhecido que a comissão do Bolivian-Syndicate mandada para tomar conta do Acre, em 1902, era composta por um norte-americano, dois ingleses e um argentino.

A América do Sul iria ver, sem protesto, essa transformação de sua carta política?

Os povos sul-americanos não teriam pejo em descer ao nivel dos povos da Asia, da África e da Austrália sob o regime das **Chartered Companies?**

O Brasil não se amercearia, afinal, da população brasileira do Acre que ia ser submetida ao chicote dos feitores exercitados na Colônia do Cabo, em Zanzibar, na India ou na Arábia?

Não e não!

Tinham falhado os diplomatas. Os estadistas no poder não haviam sabido defender a integridade territorial que nos deixaram os portugueses em 1822. Alí perto, entretanto, como de propósito, vivia um homem com espírito de dominação, espírito romano, espírito militar, que não permitiria êsse aviltamento à raça, essa afronta aos brios sul-americanos pela Bolívia.

Deixo falar êsse homem predestinado. Herói, porque capaz e oportuno. Gênio porque compreendeu com presteza o problema e imaginou com segurança o meio de resolvê-lo.

"No exercício da profissão de agrimensor, munido da indispensável provisão, me achava eu no Território de Colônias, da

Bolívia, em Junho de 1902, demarcando o seringal "Vitória", de propriedade de José Galdino. Os bolivianos, senhores da região que lhes havia sido entregue pelo Govêrno brasileiro, tinham elevado à categoria de vila o povoado de Xapurí, com o nome de Antônio Antunes de Alencar, que alí gozava de algum prestígio e que envidara esforços para conciliar os brasileiros com os bolivianos, em parte o conseguindo, tanto que se fez eleger intendente conjuntamente com o Dr. Magalhães. Continuava, entretanto, o desgosto dos brasileiros, sobretudo devido aos rumores que lá chegavam do arrendamento do Acre a uma companhia estrangeira.

Em 23 de Junho — é êle ainda quem fala — chegaram-me às mãos, alguns jornais que noticiavam como definitivo o arrendamento do território acreano e estampavam o teor do contrato, então firmado entre a Bolívia e o "Bolivian Syndicate". Era uma completa expoliação feita aos acreanos. Veiu-me à mente a idéia cruel de que a Pátria Brasileira se ia desmembrar; pois, a meu ver, aquilo não era mais do que o caminho que os Estados Unidos abriam para futuros planos, forçando-nos desde então a lhes franquear à navegação os nossos rios, inclusive o Acre. Qualquer resistência por parte do Brasil ensejaria aos poderosos Estados Unidos o emprêgo da fôrça e a nossa desgraça em breve estaria consumada. Guardei, apressado, a bússola de Casella de que me estava servindo, abandonei as balisas e demais utensílios e saí no mesmo dia para a margem do Acre. . ."

X

Síntese biográfica de Plácido de Castro — O avô, Major José Plácido de Castro, da "Legião de São Paulo" — O pai, Capitão Prudente da Fonseca de Castro, do 2.° Corpo de Exército na Guerra do Paraguai — Êle, Cadete do 1.° Regimento de Artilharia de Campanha; aluno das Escolas Militares do Rio Pardo e de Pôrto Alegre; Major do Batalhão "Antônio Vargas" na Revolução Federalista; Inspetor de alunos no Colégio Militar do Rio de Janeiro; Empregado da Companhia Docas de Santos — A provisão de Agrimensor em Manaus — Beri-beri adquirido no Purús — Estada no Ceará.

O homem que assim falou, ou melhor, que assim escreveu, chamava-se José Plácido de Castro. Neto de soldado, filho de soldado, êle próprio soldado, nascera no maior viveiro de soldados do Brasil: o Rio Grande do Sul.

O avo, natural de São Paulo, o centro vicentista do bandeirismo brasileiro, passara a existência sob as armas, na região das raias meridionais, ora em terras argentinas, ora em terras uruguaias, ora em terras pátrias. De 15 de Março de 1806, quando assentou praça na Legião de São Paulo, até 1837, quando seu nome deixou de figurar nas relações de oficiais que recebiam sôldo na Pagadoria da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, combateu pelo Brasil. De ajudante de cirurgia subiu pelo próprio esfôrço ao oficialato superior. Foi o Major José Plácido

de Castro condecorado com todas as veneras do tempo e agraciado com o hábito de São Bento de Aviz.

O pai foi aquele Capitão Prudente da Fonseca de Castro, comandante da 1.ª Companhia do 2.º Regimento de Cavalaria, provisório, parte integrante do Corpo de Exército que o general Conde de Pôrto Alegre levou até à segunda Batalha de Tuiutí.

Quanto a êle, assentou praça no 1.º Regimento de Artilharia de Campanha, aquartelado em São Gabriel, poucos dias depois de haver completado a idade regulamentar — 16 anos — em 1889, no mês de Dezembro. Daí por diante só há que vê-lo como soldado; primeiramente na Escola Tática e de Tiro de Rio Pardo, entre os melhores estudantes, (média 7 no conjunto das matérias do curso); depois como 2.º Sargento e 2.º Cadete no corpo de tropa, em que jurara bandeira; em seguida, em 1893, em Março, na Escola Militar do Rio Grande do Sul, com séde em Pôrto Alegre, sendo certo, porém, que desde 1890 obtivera licença para se matricular, não o tendo feito em 1891 e em 1892 por falta de vaga.

O Rio Grande do Sul, ao tempo de sua matrícula na Escola de Pôrto Alegre, era um fervedouro de anseios políticos. De um lado havia o partido político de Júlio de Castilhos que apoiava decisivamentte o govêrno federal em mãos de Floriano Peixoto; no lado opsto, em tôrno de Jóca Tavares, formavam os liberais intransigentes que haviam protestado contra o golpe de Estado desferido por Deodoro da Fonseca e que verberavam agora a deposição do Generalíssimo — vasta manobra puramente militar que restituiu o poder aos **leaders** positivistas do Exército, no dizer de José Maria dos Santos (A Política Geral do Brasil), que ainda ironiza por esta forma: "Ceder naquele terreno, alí no Rio Grande do Sul, seria dar um golpe de morte na obra de Benjamin Constant, despojando o regime dos atributos verdadeiramente científicos que ainda lhe permitira a Constituição de 24 de Fevereiro, para tê-lo em pouco afundado na grosseira ideologia dos liberais e parlamentaristas. Talvez fosse mesmo a restauração completa da monarquia. . ."

Nem toda a oficialidade do antigo 6.º Distrito Militar, entretanto, pensava de igual forma.

A Escola Militar espelhava a situação. Dividira-se. Dois grupos com idéias políticas opostas entestavam-se com valentia nos alojamentos, no refeitório, nas salas de estudo, no pátio interno e até na rua da Praia. Castilhista-Florianista, um; Gasparista-Ta-

varista, outro. Eram os "pica-paus" e os "maragatos", ou, quando se tratavam cordialmente, "republicanos" e "federalistas".

Plácido de Castro, natural de São Gabriel, na região fronteiriça com o Uruguai, onde maior era o prestígio de Joca Tavares e de Silveira Martins, estava alinhado entre os "maragatos". Não era, todavia, dos exaltados; antes, era dos calmos, daqueles que prefeririam estudar a politicar. Não fugiu, entanto, ao imperativo categórico de tomar posição quando lhe submeteram à assinatura, em Setembro, o pedido a ser dirigido ao govêrno para o fechamento da Escola, afim de que os alunos pudessem ir combater nas tropas legais: recusa perentoriamente. O resultado de seu gesto franco, de recusa, não se fez esperar muito. Com o fechamento da Escola foi recolhido prêso ao 13.º Batalhão de infantaria e em seguida recambiado para a campanha com classificação no Corpo de Transporte, aquartelado em Bagé, para onde seguiu com a nota de suspeição.

A revolução tivera início em Fevereiro. Joca Tavares, em pessoa, comandava a coluna que estacionara nas proximidades de Bagé, da qual era parte integrante o 6.º Batalhão do Exército com o Coronel Oliveira Salgado à frente. Embora em rigorosa prontidão, o Corpo de Transporte, como, de resto, todas as unidades de guarnição à cidade, não se permitiu o uso de arma de fogo a Plácido de Castro, que só era empregado nos serviços internos do quartel. Era uma humilhação e que somavam outras, dos partidários do govêrno, que o ameaçavam entre-dentes e o provocavam com indiretas e dichotes.

Quando, na iminência do combate de Rio Negro, lhe dão armas e lhe confiam o encargo de ronda às guardas avançadas, estando farto da situação que lhe fôra creada a contra-gosto seu, bandeia-se para as tropas federalistas, assinalando a transmigrassão com ato de invulgar cavalheirismo, tal o impetrar, desde a chegada, pela libertação de dois republicanos do Corpo de Transporte, seus adversários portanto, sendo que um dêles era seu inimigo pessoal, e que tinham sido aprisionados na véspera.

Daí em diante é difícil acompanhar-lhe os passos na luta fratricida que por anos ensanguentou as terras do Rio Grande do Sul, as de Santa Catarina e as do Paraná, ameaçando São Paulo e Rio de Janeiro. Seu nome foi posto em relêvo várias vezes nas ordens do dia, sempre por atos de bravura, sempre por atos de lealdade à causa que abraçara, sempre assinalando gestos de generosidade, de cavalheirismo e de devotamento.

Quando em 1895, o general Galvão de Queiroz e o general Joca Tavares, em Pelotas, assinaram a paz, Plácido de Castro já era major, embora seus 21 anos de idade. Apresentou-se ao Comando do Distrito Militar, finda a refrega, mas não aceitou os benefícios da anistia ampla que a todos foi concedida pelo govêrno de Prudente de Morais, circunstância que é digna de meditação.

Um ano apenas, entanto, passou fora do serviço do Exército. Em 9 de Julho de 1896 foi admitido no Colégio Militar do Rio de Janeiro, como guarda da 2.ª classe. Passado um mês foi promovido à classe superior e no ano seguinte, a 11 de Setembro, era nomeado Inspetor de Alunos. Foi datado de Abril de 1898 o ato de sua exoneração, a pedido.

Nesse período, por certo, é que teria obtido o preparo intelectual básico que tanto lhe haveria de servir na questão em que foi **magna pars.** Aqueles conhecimentos impressionantes que estadeia mais tarde, de história, de geografia e de cartografia, terão sido obtidos ouvindo as aulas a que assistia como **bedel,** do Comandante Temístocles Sávio, do Barão Homem de Melo e das outras notabilidades que professavam no estabelecimento. E com isso terá fortificado no ambiente militar o seu espírito impositivo de soldado por temperamento e por tradição.

Não há, porém, que alongar minúcias. A estada de alguns meses em Santos, no serviço da Companhia de Docas, explica-se apenas como para acumular recursos para a viagem até ao Amazonas; enquanto a permanência em Manaus, no convívio dos engenheiros Orlando Corrêa Lopes, Gentil Norberto, Lins Caldas, Coelho de Sousa e outros muitos é justificada pelo afan de se habilitar para a obtenção da provisão de Agrimensor que lhe permitiu a ida para o Acre, afim de demarcar propriedades particulares.

Em fins de Dezembro de 1900, como já foi referido atrás, quando a Expedição dos Poetas se avizinhou da boca do rio Acre, êle já estava alí por perto, enfermo. E' certo, todavia, que desde antes dessa época, o agrimensor Plácido de Castro estava na região e dela conhecia a situação histórica, geográfica e política. Carta sua, de 21 de Maio dêsse ano, ao Coronel Joaquim Vitor da Silva, datada de Antimarí, faz prova de que para êle não mais havia segredos na questão e de que não estava ainda envolvido na contenda financiada pelo Governador Ramalho Junior, do Amazonas, é por estar ela sendo conduzida por estrangeiro, aquele Luiz Galvez Rodrigues de Aurias, pelotário no Rio de Janeiro,

reporter em Belém, jogador em Manaus. Repugnara-lhe ao nacionalismo bravío a intervenção do aventureiro espanhol; não se ajeitara com seu idealismo soberbo aquele sentimento interesseiro que aconselhara a intervenção do Amazonas. Não obstante essas incompatibilidades com o movimento em curso, pôs à disposição do correspondente — pessoa com ascendência no meio — uma carta geográfica da Amazônia anotada por êle próprio e ministrou conselhos, como técnico, sôbre as divisas do Acre com a Bolívia, com o Perú e com o Brasil.

Depois dêsse tempo é a doença grave e a viagem ao Ceará para tratamento.

Quando regressou ao Acre, no começo de 1902, a situação não mais comportava dúvidas. Os revolucionários estavam vencidos com o auxílio do govêrno brasileiro e a Bolívia na plena posse do território. Sua passagem por Puerto Acre foi assinalada nos escritórios da administração boliviana, como incidente sem a menor importância, como refere Benjamin Azcuí em seu livro tão bem documentado.

A circunstância da missiva ao Coronel Joaquim Vitor deixa claro que Plácido de Castro, em Junho de 1902, ao encabeçar o movimento que tornaria vitorioso, estava completamente senhor de tudo o que ocorrera no Acre. Conhecia o ambiênte físico e o clima moral; sabia os elementos com que podia contar; já tinha avaliado as possibilidades para o bom êxito do cometimento e as probabilidades de insucesso. Tudo havia examinado através de sua formação severa de homem já duramente experimentado em cruenta refrega, na qual a ação dos contendores foi desenvolvida a sério, por vezes ultrapassando, de um lado e de outro, às regras da guerra civilizada.

Nada menos, portanto, que uma aventura!

XI

Don Lino Roméro assume o govêrno do Acre com o fim especial de entregar o Território aos diretores do "Bolivian-Syndicate" — Plácido de Castro ataca Xapurí e proclama a independência do Acre — Derrota dos acreanos em Volta da Empresa — Ataques bolivianos a Telheiro e a Bom Destino — Vitória dos acreanos em Volta da Empresa depois de 11 dias de luta — Marcha fulminante de Plácido de Castro sôbre Santa Rosa, no Abunã, cuja guarnição é derrotada — Investida sôbre Costa Rica, no Tahuamanu, cujos defensores também são vencidos — Aprestos dos latifundiários do Madre de Dios para atacarem o Acre — Sítio e rendição de Puerto Acre — Copiando a passagem de Humaitá, no Paraguai.

3 de Abril de 1902. A bordo do vapor "Cearense" chega a Puerto Acre o novo Delegado Nacional, Dr. Lino Roméro, que se faz acompanhar de numeroso pessoal administrativo, inclusive vários estrangeiros. Fôra escolhido a dedo para o fim especial e melindroso de fazer entrega do território aos diretores do Bolivian-Syndicate que se avizinhavam da região.

Na opinião de historiador boliviano **"el nuevo delegado, que ambulaba por los espacios siderales y menospreciaba la marcada resistencia de los acreanos a sus insólitas disposiciones, empeñado en hacer sentir el peso de su auctoridad no sólo a los pobladores**

sino a los propios elementos, mostraba-se despótico con los antiguos empleados. Al ex-delegado Coronel Canseco, sobre quien se hacia pesar la acusación de peculato, se le registraron por la policia hasta sus maletas y el periodico "El Acre", em otras manos, sirvió para difanar a sus fundadores... Desde los primeros momentos, la nueva auctoridad se móstró fría y altanera, creando una atmósfera de recelos que debian influir más tarde en el pronunciamiento que veladamente se preparaba..."

Transcrever tudo o que está escrito sôbre Don Lino Roméro seria fazer novos livros. Sabendo-se o que fazia com o antecessor, alta patente do Exército, pode-se imaginar qual fosse sua atitude para com os brasileiros sob o domínio boliviano, gente de raça oposta à sua, que havia combatido seus compatriotas. Os decretos que baixou tinham feição de **ukases.** Estabeleceu o regime do "crê ou morre", da subserviência para quem pretendesse permanecer no território, da humildade para quem apetecesse conservar a liberdade e os bens.

Olinto de Magalhães, Ministro do Exterior do Brasil, como se verifica do relatório da pasta a seu cargo, faz reclamações contra os vexames e perseguições que sofrem os acreanos, pedindo providências.

Claudio Pinilla, Ministro da Bolívia no Rio de Janeiro, promete atender a essas reclamações e a êsses pedidos de providências.

Como bons diplomatas que eram, os dois usavam e abusavam daqueles métodos de contemporizar para ganhar tempo, de tergiversar para fugir à questão. Tudo convencional, inoperante.

Plácido de Castro, que não é diplomata como Olinto de Magalhães e como Claudio Pinilla, que não vive no mundo da lua como Lino Roméro, não pede providências, como o primeiro, e nem se submete às imposições do Delegado Nacional. Compreendeu, ademais, a suma gravidade da transferência da soberania da Bolívia sôbre o território para os agentes de capitais americanos e ingleses.

Tudo havia sido tentado em pura perda desde que Taumaturgo de Azevedo, no ofício de 6 de Março de 1897, ao Chanceler Dionísio de Cerqueira, denunciara o Protocolo Carvalho-Medina, de 1895, e o êrro da Chancelaria brasileira na nota de 8 de Abril de 1896, um e outra calcados na exploração brasileo-peruana de 1874 às nascentes do Javarí. Poderia não ter base a acusação aos demarcadores de 1874, mas não era para ser des-

prezada, como foi, a advertência sôbre a gravidade do problema que se criara do Acre com o restabelecimento de população brasileira em terras bolivianas.

Falhara lamentavelmente a ação diplomática, quebrando a tradição de nossa política exterior.

Não tinham tido bom êxito as tentativas de José Carvalho, de Luiz Galvez-Antônio de Sousa Braga, de Gentil Norberto e de Orlando Corrêa Lopes.

Impunha-se, pois, a guerra, como recurso extremo, o único que vale quando cessa o dos argumentos; não, porém, a guerra feita como até então, sem ordem, porque sem chefe de fato, sem resultado, porque carente de plano geral para a ação militar e política.

Plácido de Castro, não obstante seus 27 anos, embora o agravo que lhe fizera o beri-beri insidioso, sente possuir a capacidade para o cometimento temerário. O exercício da guerra nos descampados sulinos, por quasi 3 anos, desenvolvera-lhe o tirocínio inato, fundamental, que fôra ampliado pelos ensinamentos teóricos obtidos em Rio Pardo, em Pôrto Alegre, no Rio de Janeiro, tornando-o a criatura escepcional para o transe, o homem providencial para a circunstância.

Era, além do mais, militar, sem ser soldado na eccepção literal, isto é, não recebia sôldo; não era elemento oficial; não fazia parte do govêrno do Brasil. Possuia o espírito da classe sem pertencer a ela. Era animado pelo espírito de guerreiro, sem que ostentasse a farda de capitão.

Parece que uma fôrça superior, oculta, o havia colocado no Acre, no momento preciso. Antes, talvez fosse prematura sua intervenção. Depois, talvez, fosse tardia.

Conforta o espírito acompanhar-lhe a largos traços, como num debuxo, a atividade assombrosa, poliforme, que desenvolve desde que soube do arrendamento do território até que conseguiu desabusar a última guarnição boliviana no Acre.

Cientificado da assinatura do contrato entre o govêrno da Bolívia e o "Bolivian-Syndicate", a 23 de Junho, a 25 desce com rumo a Caquetá, em canôa, sozinho, pregando a revolução de passagem por cada seringal à margem do rio. A 29 está em Bagaço e a 30 chega a Bom Destino. No dia 2 de Julho, em Caquetá, toma parte na célebre reunião dos seringalistas com maior responsabilidade na região, saindo dela aclamado Comandante

em Chefe das fôrças a serem organizadas, porque nada, de fato, estava organizado, nem as fôrças e nem o que quer que fosse.

Desesperançado de que a revolução tivesse início alí mesmo, onde "todos declaravam que empenhariam o melhor da vida, mas ninguem queria ser o primeiro", volta para o seringal de José Galdino, no alto Acre, sempre desacompanhado.

Em 6 de Agosto, apenas seguido por 33 homens, cai de surpresa sôbre Xapurí prendendo as autoridades bolivianas.

No dia seguinte, a 7 de Agosto portanto, data magna da Bolívia, proclama a independência do território, erigindo-o em Estado Soberano.

Nos fins do mesmo mês, depois de ter organizado uma guarnição de 150 homens para Xapurí, ponto vulnerável aos possíveis ataques dos "caucheros" bolivianos das imediações, desce com 64 seringueiros **retirados às pressas da seringa.** Ao chegar a Bemfica soube que sua demora, ocasionada por violento acesso de paludismo, causara o desânimo entre os conjurados, alguns dos quais já tinham fugido para o Brasil, enquanto outros se haviam deixado prender pelo Delegado Lino Roméro.

"Que situação dolorosa aquela!" consignou êle próprio nos apontamentos que escreveu a pedido de Euclides da Cunha.

Extrema-se, então, na atividade política. Deixa sua pequena mesnada no seringal Liberdade e volta a Caquetá para galvanizar as energias dos companheiros, para reacender os entusiasmos cívicos.

Ao magnetismo de sua presença retornam todos aos seus postos, uns procedendo ao recrutamento, outros providenciando sôbre recursos bélicos, sôbre víveres, transportes e o mais que fosse, enquanto êle regressava ao acampamento.

Coincide a sua volta ao seringal Liberdade com a aproximação de uma nova coluna boliviana destinada a aumentar a guarnição de Puerto Acre. Comanda-a um oficial de **élite:** Tenente-Coronel Rozendo Rojas.

Quando Plácido de Castro foi advertido por seus elementos de informação de que a tropa boliviana havia passado pelos Campos do Gavião, em direção à Emprêsa, saiu-lhe ao encontro com apenas 63 homens, que é o mesmo que dizer, 63 recrutas, pretendendo surpreender Rozendo Rojas em marcha. Um traidor, porém, havia precedido sua marcha, informando dela ao chefe inimigo que se embosca no meio da floresta. O encontro, apesar de tudo, foi violento, tão violento com ainda não tinha havido

outro no Acre. O chefe acreano, exgotada a munição, é obrigado a retirar, deixando 22 mortos no campo da luta e carregando 10 feridos. Os bolivianos, embora melhor armados, embora a superioridade numérica, embora em posição adrede escolhida, enterraram 10 mortos, inclusive 2 oficiais, e tiveram 8 feridos graves que tratar. Não obstante a vitória, Rozendo Rojas não se atreveu à perseguição.

O combate inicial constituiu uma séria advertência, não só aos bolivianos, como também aos acreanos.

A guerra mudara de feição, transmudara-se; deixara de ser encontro de guerrilhas para ser embate frontal; não mais espera individual nas tocaias, mas investimento cara a cara, em conjunto.

E' que um espírito novo, desconhecido na latitude, estava a dirigir, para resolver, de vez, a velha equação dominadora sôbre o Acre.

Rozendo Rojas, o chefe vitorioso, não ousou proseguir na viagem para Puerto Acre. Segue temeroso até Volta da Empresa, alí perto do local do primeiro encontro, iniciando **in-continenti** obras de fortificação.

O comando da guarnição de Puerto Acre, séde do Govêrno do Território de Colônias, informado da situação da coluna de Rojas, também não se atreve a movimento de envergadura para libertá-la, e isso porque se sente cercado, embora sem sofrer hostilidades. Tenta, entretanto, pequenas diversões: a 24 de Setembro cabe ao Coronel Manoel Canseco, com 120 praças, levar ataque de surpresa a Bom Destino, onde Plácido de Castro mantinha 96 homens, sendo rechassado com algumas perdas; a 30 é o Tenente-Coronel Ibañez que avança nas mesmas condições sôbre Telheiro que está defendido por tropas ao mando do agrimensor André Arcoverde — Major do Exército Acreano —, sendo igualmente rechassado, deixando abundante prêsa de guerra.

Enquanto se verificam êsses acontecimentos próximo à fronteira com o Brasil (linha Cunha Gomes), Plácido de Castro organizava os elementos para o sítio de Volta da Empresa onde Rozendo Rojas, febrilmente, construia obras de resguardo e envidava esforços para que de Puerto Acre lhe enviassem socorros.

Informado, entrementes, que os proprietários bolivianos na zona do Tahuamanu, preparavam fôrças irregulares, com índios mansos, para virem em auxílio das guarnições de Volta da Empresa e de Puerto Acre, ordena a José Galdino que marche para

atacar e desbaratar essas formações, o que é feito com excelente êxito.

A 4 de Outubro, afinal, tudo estava aprestado para o ataque a Volta da Empresa, onde Rojas tivera tempo suficiente para se entrincheirar e armazenar recursos, embora sempre estivesse estado, desde 18 de Setembro, quando houve o primeiro encontro, vigiado de perto, cortadas as comunicações, em sítio virtual.

No dia 5, pela manhã, é que tiveram início as operações de investimento em grande estílo.

Tudo fôra previsto e disposto por Plácido de Castro, desde o plano geral até as mais insignificantes minúcias.

Não é aquí lugar para a descrição pormenorizada da luta que se prolongou, ininterruptamente, por 11 dias. Vale que se diga, entretanto, que a 15 de Outubro de 1902 aquelas ínvias paragens, então mais ínvias ainda, foram teatro de cena rara e sempre profundamente contristadora: a capitulação de uma praça.

O vencedor de Volta da Empresa fôra vencido na própria Volta da Empresa.

A espada que comandara a vitória da vespera ia ser entregue ao vencedor daquele dia.

Plácido de Castro, porém, é magnífico no transe. Não humilhou o vencido, a despeito de soezmente ofendido por êle em proclamações e em ofícios. Não humilhou e não consentiu que ninguém o fizesse. Foi bem um chefe militar brasileiro.

*
* *

Tudo faria crêr que Plácido de Castro, esmagada a coluna Rojas, marcharia presto para tentar o mesmo em Puerto Acre. Assim se pensou no seu pequeno exército. Êle, entretanto, pensou e agiu por outra forma.

Antes de Puerto Acre, cujas comunicações estavam cortadas, porque dispunha êle do domínio incontrastável sôbre o rio, resolveu enfrentar os elementos que estavam em aprestos no rio Abunã (Santa Rosa), e no Tahuamanu (Costa Rica), em território incontestavelmente boliviano. Eram os latifundiários abastados que voltavam à cêna com gente perigosíssima, porque semi-bárbara. Os boatos que chegavam ao Acre sôbre o número

dos índios de quem dispunham Nicolas Suarez, Claudio Farfan e outros vários, eram apavorantes. Sabia-se, ao demais, que de permeio a êles, adextrando-os e dirigindo-os, havia oficiais e graduados do exército regular, enviados de Riberalta.

Plácido de Castro é sintético ao extremo nas suas informações. Não divaga ou comenta. Não adjetiva e não usa circunlóquios. O estílo retrata-lhe o perfíl moral de homem objetivo, franco, claro, incisivo. Si não houvera sido um grande guerreiro, haveria de se notabilizar como geômetra. Enquanto na Ordem do dia datada de Xapurí, em 28 de Dezembro de 1902, gastou apenas meia página para descrever a marcha que efetuou desde Iquirí ao Gavião, do Gavião a Santa Rosa, o combate nessa localidade durante 4 horas, sua entrada nela depois da completa destruição das obras de defesa, e, para terminar, o regresso vitorioso a Xapurí, os escritores bolivianos dedicam capítulos vastos e bem recheiados ao feito militar.

O mesmo em relação à investida sôbre Costa Rica — 16 dias de marcha forçada, através de matas e sob a ação quasi continuada da chuva. Verdadeiro "raid", escreveu êle. O combate, decidido em pouco tempo, não lhe mereceu maior atenção, consignando apenas as perdas notáveis do inimigo ante a carga fulminante de sua infantaria.

O documento examinado conclue por esta fórma eloquente: "O caminho agora é Porto Acre". Esqueceu de consignar nele, todavia, que as duas vitórias haviam, a um só tempo, afastado qualquer perigo de ataque imediato provindo da região do Madre de Dios, impedido qualquer remessa de socorros ao derradeiro reduto boliviano no Acre, desabusado os éstos combativos dos latifundiários e seus índios e vingado a chacina de partida acreana no Igarapé da Baía, de onde apenas um homem se salvou com vida, mas gravemente ferido.

Fosse como fosse só restava Puerto Acre, a povoação fundada em 1899 pelo Plenipotenciário Paravicini, quasi junto à linha Cunha Gomes, vizinha de Caquetá, como uma espécie de Colônia de Sacramento, em frente de Buenos Aires.

Aí ocorreria o mais sério cometimento de toda a campanha, não apenas no aspecto militar, como na feição moral e na repercussão política, uma vez que na localidade tinha séde o govêrno do território e o Comando da Coluna Defensora del Acre.

Antes de continuar no relato das operações militares, deve ser informado que a comissão de diretores do "The Bolivian Syndicate in New York City", a serem certas as notícias históricas do Coronel Benjamin Azcuí, havia chegado a Manaus, **"sin que el gobierno federal les opusiera ningún obstaculo ni manifestase recele alguno por su permanencia en esa urbe; pero, sin motivo aparente, volvieron a Inglaterra dos de sus miembros, al saber la capitulación de Vuelta de Empreza. . ."**

Informa ainda o mesmo historiador militar boliviano, para honra nossa, que os comandantes dos navios mercantes, sob diversos pretextos, negavam-se a dar passagem aos diretores do Sindicato, e que só à custa de muitos esforços e o pagamento de 500 libras por cada passagem, pôde conseguir o Cônsul da Bolívia no Pará, Florián Zambrano, que os aceitassem no "Pais de Carvalho", isso mesmo só até a cachoeira do Purús, de onde passariam para a lancha "Iris" que alí estava oculta.

Daí em diante não avançam mais os do Sindicato, a despeito das diligências do Dr. Juan Quiroga Chinchilla que os acompanhava, para incutir-lhes coragem e dar-lhes calma. Em ata que lavraram antes de retornar a Belém, datada de 18 de Janeiro de 1903, consignaram **"que los revolucionários tenian sitiado Puerto Acre y con tal motivo interrompida toda comunicación con él, por lo qual no les era possible arribar al término de su viaje y volvian sin ejecutuar su mandato. . ."**

Nessa data, realmente, Puerto Acre sofria duro sítio. Plácido de Castro, que na Ordem do Dia de 28 de Dezembro de 1902, dada em Xapurí, logo do regresso do Tahuamanu, apontara o caminho daquela localidade, terá marchado sôbre ela sem tardança, uma vez que a 13 de Janeiro de 1903 estava tudo pronto para o investimento das posições defensivas, inclusive varadouro contornando todo o terreno, onde se ia ferir o combate que foi marcado para o dia seguinte, mas só iniciado na madrugada de 15.

A guarnição boliviana, em sítio virtual desde o início das operações a 6 de Agosto, porque sem meio algum de comunicação com o exterior, teve largo tempo para fortificar a vila e até para reparar o canhão e a metralhadora que haviam sido abandonados, na retirada, pela Expedição Floriano Peixoto, em 24 de Dezembro de 1900.

Integravam essa guarnição o Batalhão Cochabamba do comando do Tenente-Coronel José Quintin Ruiz, o Batalhão 3.º

sob as ordens do Tenente-Coronel Hermógenes Ibañez, a Coluna 6 de Agosto, composta pelos funcionários administrativos da Delegação Nacional (bolivianos e de outras nacionalidades), e civis que habitavam a vila, sob a direção do Dr. Leocadio Trigo, e o Parque, que era a guarnição da peça de artilharia e da metralhadora, composta de 2 oficiais e algumas praças especializadas.

O armamento dos batalhões era fuzil Mauser e Mannlicher.

Havia, ainda, o Coronel Manoel Canseco, antigo Delegado Nacional, que não exercia comando.

O Comando em Chefe era exercido pelo Tenente-Coronel José Quintin Ruiz.

Como documento de prova da feição de humanidade que à guerra imprimiu Plácido de Castro, transcrevo **ipsis-literis** pequeno trecho do livro do Coronel Benjamin Azcuí e constante, noutros termos, do livro do Dr. José Manoel Aponte, auditor de guerra da guarnição de Puerto Acre e portanto testemunha ocular dos acontecimentos: **"El 14, Plácido tuve la galanteria de anunciar oficialmente al delegado Roméro su proximo ataque al puerto y propornele una sóla ambulancia en la colecturia de Caquetá para la asistencia de los heridos de ambas partes. Lo que no aceptó Roméro. . ."**

Entre 15 e 24 de Janeiro de 1903, salvo pequena interrupção de 1 hora, si tanto, no dia 23 pela manhã quando Lino Roméro enviou parlamentar à presença de Plácido de Castro propôr armistício para enterrar os mortos, e que o chefe acreano percebendo que se tratava apenas de singelo árdil de espionagem, não aceitou, o ataque foi continuado, entrando muitas vezes pela noite a dentro.

De 24 de Janeiro, de fato, foi a ata da capitulação incondicional, ata assinada por Plácido de Castro, na qualidade de Comandante em Chefe do Exército Acreano, e por Lino Roméro, como Delegado Nacional da Bolívia. Como testemunhas apuzeram suas assinaturas nesse documento, os Tenentes-Coroneis José Brandão e José Antônio Duarte, do Exército Acreano, o Tenente-Coronel José Quintin Ruiz, Comandante em Chefe da praça, e o Coronel Manoel Canseco.

Devo referir, ainda, como simples curiosidade histórica, que os bolivianos de Puerto Acre, copiando os paraguaios de Humaitá, tinha fixado grossa corrente de ferro nas duas margens

do rio, e que o vapor "Independência" (tomado aos bolivianos em Volta da Empresa), tendo a bordo Plácido de Castro, forçou galhardamente a passagem sob intensa fuzilaria.

De qualquer forma, no dia da rendição das tropas que defenderam tão valentemente Puerto Acre, os acreanos entraram na posse integral do território que haviam descoberto e civilizado, enriquecido e integrado ao Brasil.

XII

O Barão do Rio Branco no Ministério do Exterior — Psicologia do grande Chanceler — Primeiras medidas diplomáticas para completar a obra de Plácido de Castro — Rescisão do contrato com o "Bolivian-Syndicate" mediante indenização que lhe pagou o Brasil — Marcha do General Juan Manoel Pando para o Acre — O Acre Setentrional, tornado litigioso, é ocupado por fôrças brasileiras ao mando do General Olímpio da Silveira.

Quando o Conselheiro Rodrigues Alves assumiu o govêrno do país, a 15 de Novembro de 1902, em sucessão a Campos Sales, o ambiente nacional estava em elevada temperatura. No Rio de Janeiro, em São Paulo, no Rio Grande do Sul, no Ceará, no Amazonas e no Pará, havia movimento entusiástico do povo pelos feitos de Plácido de Castro. Organizavam-se batalhões patrióticos para marcharem em auxílio dos acreanos. Os jornais estampavam, cada dia, artigos vibrantes, procurando fazer com que o govêrno atentasse para o drama que se desenrolava nas florestas da Amazônia. Os oradores populares, em **meetings** infindáveis, alinhavam protestos contra a inércia bizantina dos estadistas. Ninguém, em verdade, se conformava com a atitude assumida e mantida pela Chancelaria.

Êsse, ainda, o **climax** encontrado pelo Barão do Rio Branco ao ser investido no cargo de Secretário de Estado e Ministro das Relações Exteriores, no dia 2 de Dezembro do mesmo ano.

As manifestações que lhe tributaram desde a chegada da Europa, na véspera, fizeram-n'o compreender que elas não eram somente ao advogado vitorioso nas questões das Missões do Uruguai e do Amapá, mas ao homem forte em quem se depositava a esperança de que também iria resolver em definitivo a irritante questão pela posse do Acre.

Não terá sido difícil, de resto, essa compreensão. O bacharel José Maria da Silva Paranhos do Rio Branco, antigo professor de História e de Corografia do Brasil, era, antes de tudo, um espírito positivo, de lutador às direitas, franco de gestos, enérgico quando se fazia preciso, trabalhador extremo mas que sabia viver a vida com requintes de romano em férias. O Consulado em Liverpool, as comissões na Rússia, na França e nos Estados Unidos, as legações na Suissa e na Alemanha, não haviam deformado aquele simpático e desabusado Juca Paranhos das noitadas alegres no Alcazar do velho Rio de Janeiro de meados do século passado. O fardão vistoso de diplomata não conseguira afeiçoar aquela alma de mosqueteiro diserto e generoso nos moldes convencionais da diplomacia de simples boas maneiras. O cosmopolitismo de Paris, Berlim e New-York não tinham desnacionalizado o inexcedivel biógrafo do General Barão de Cêrro Largo, o estudioso da Batalha do Passo do Rosário, o erudito das Efemérides Brasileiras.

Tudo leva a pensar, aliás, que Rio Branco foi um soldado furtado às fileiras. Não sei si alguma vez êle terá confessado isso; sei, porém, como toda gente, que o 2.° Rio Branco agiu sempre sob a inspiração de um espírito eril, espírito dominador, espírito militar. (16).

O fato é que Rio Branco, desde a investidura no cargo, se capacitou da situação e resolveu solucioná-la, como solucionou, arrematando o que Plácido de Castro já havia feito pelas armas, equiparando sua ação com a do campeador, sem excedê-la porque apenas completando-a.

Claudio Pinilla, o astuto diplomata boliviano acreditado junto ao govêrno do Rio de Janeiro, percebeu, de pronto, logo no primeiro contacto com o novo Chanceler brasileiro, que a situação se modificara radicalmente, profundamente e decididamente. O mesmo terá compreendido o Chanceler boliviano.

A presença de Rio Branco no Itamaratí, de fato, transmudara o ambiente que não é mais propício a negações, a tergiversações, ameaças veladas, ironias mal dissimuladas. As palavras pas-

saram a ser tidas em respeito e tomadas na acepção insofismável, clara, incisiva. As palavras e os atos. E' que Rio Branco não usava perifrases; votava horror ao circunlóquio, indo diretamente ao ponto nevrálgico de cada assunto que tivesse de resolver.

Aquele telegrama à Legação Brasileira em La Paz, expedido de Petrópolis a 18 de Janeiro de 1903, basta para se lhe fazer o retrato psicológico. Tratou nele de tudo: da partida de Pando para o Acre com a intenção de esmagar os brasileiros, únicos habitantes da região; deu a justa inteligência ao malfadado Tratado de 1867, condenando a interpretação anterior; cogitou do contrato que a Bolívia havia assinado com o "Bolivian-Syndicate"; e... declarou litigioso o território compreendido entre o paralelo de 10° 20' e a linha Cunha Gomes.

O Presidente Juan Manoel Pando, apesar disso, talvez não acreditando no que lhe deram ciência, deixou que seu Ministro da Guerra, 3 dias depois de recebido o telegrama de Rio Branco, portanto a 21, partisse com tropas rumo feito ao Acre, e êle próprio, a 26, também se pôs a caminho, na mesma direção, igualmente acompanhado de fôrça armada, isso não obstante a péssima situação da política interna. E' que lhe viviam n'alma, a um tempo, dois sentimentos que se somavam: o de vingar as derrotas de que já havia tido notícia, possivelmente salvar a guarnição de Puerto Acre, cuja rendição não poderia saber ainda, e tornar efetiva a entrega do território ao Sindicato yankee para o recebimento da primeira prestação ajustada: 800.000 libras inglesas. [17].

O transe — é de se convir — foi angustioso para o primeiro magistrado da nação andina. Para se poder ausentar da capital tivera que desterrar o Vice-Presidente da República, Dr. Aníbal Caprilles, e em cada dia de marcha chegavam-lhe notícias alarmantes de La Paz, cuja situação piorava sempre. A 5 de Fevereiro, estando em Mapiri, de tal gravidade foram as notícias recebidas, que resolve o regresso imediato, fazendo-se acompanhar pelo 5.° Batalhão de Infantaria. Chegando, porém, a Palechuco, mudou de opinião e voltou sôbre os próprios passos pelo caminho de Tumupasa com metade do dito corpo. A outra metade mandou que seguisse para La Paz. Mais para diante ordenou o regresso do Ministro Ismael Montes.

Foi em caminho, já nas vertentes da Cordilheira, que soube da capitulação de Puerto Acre e da invasão da Bolívia por Plácido de Castro, que, segundo as versões que lhe chegaram, já teria

ocupado Gironda e Bela Flôr, dispondo-se a marchar sôbre Puerto Rico.

Enquanto o Presidente da Bolívia marchava para o Acre, Rio Branco dando fôrma concreta às suas palavras, induziu o Presidente Rodrigues Alves a mandar efetivar a ocupação do Acre Setentrional, isto é, a parte do território ao norte do paralelo de 10° 20'. O General Olímpio da Silveira recebeu a incumbência e seguiu sem demora a lhe dar execução. A 17 de Março já a vanguarda do Corpo de Ocupação, sob o comando do major Gomes de Castro, penetrava no Acre, indo acampar em Empresa. A 3 de Abril era o próprio Comandante em Chefe dêsse Corpo, também nomeado Governador do Acre Setentrional, que chegava a Puerto Acre, então já Pôrto Acre, à frente de alguns batalhões de infantaria e um de artilharia de posição.

A divisão da esquadra, sob o comando do Almirante Alexandrino de Alencar, igualmente enviada ao extremo norte, só mais tarde chegaria a Belém do Pará.

A situação, portanto, modificara-se integralmente sob o influxo de Rio Branco.

A ocupação militar, pelo Brasil, do Acre Setentrional, tornado zona em litígio, constituira fator moral decisivo para ulteriores resoluções. [18]

XIII

Plácido de Castro é reconhecido pelo Brasil na qualidade de Governador do Acre Meridional — Decretos de Plácido de Castro — Plácido de Castro marcha para o Tahuamanu, na Bolívia, para embargar a aproximação do General Pando — Sítio de Puerto Rico pela vanguarda das tropas de Plácido de Castro — O "modus-vivendi" entre o Brasil e a Bolívia salva a coluna do General Pando.

Plácido de Castro, [19] aclamado Governador do Acre, depois da capitulação do último reduto boliviano no território disputado pela Bolívia (25 de Janeiro de 1903), até à data da chegada do General Olímpio da Silveira (3 de Abril), exercera domínio absoluto sôbre a região abaixo da oblíqua Bení-Javarí. Seus decretos, o primeiro dos quais datado de 25 daquele mês, deixaram clara sua intenção de anexar o Estado Independente do Acre ao Brasil: adoção dos pontos cardiais da Constituição Brasileira; adoção, como oficial, do idioma falado no Brasil e da moeda em curso no Brasil. Mais eloquente do que tudo o mais, porém, é a aceitação expressa no Decreto de 10 de Abril, da situação creada com as medidas de Rio Branco: "considerando — reza êsse documento — que é dever de patriotismo não embaraçar as negociações do Ministério do Exterior, em virtude das quais se fez a referida ocupação, fica transferida para a cidade de Xapurí a séde do Govêrno do Estado Independente do Acre e a Alfandega para o lugar Capatará. . ."

O ato de Rio Branco, tornando litigiosa a porção do Acre que demora acima do paralelo de 10° 20' e com isso dando nova interpretação ao artigo 2.° do Tratado de Ayacucho, de 1867, diminuía a área do Estado que havia creado, mas, em compensação, fizera certo o interesse do Brasil por aquela porção de terra. Era, aliás, o que pretendiam os acreanos. A outra parte, aquela que vai do citado paralelo até às divisas que estabeleceu pelo Decretto n.° 3, de 28 de Janeiro: **"o rio Bení acima da foz até à foz do Orthon; dêsse ponto acima pelo leito do Orthn até à confluência do Manuripe com a Tahuamanu e daí pelo leito do Manuripe até sua nascente principal; pelo Sul, por uma paralela ao Equador, traçada da nascente do Manuripe à fronteira do Perú; ao Oéste, finalmente, com a República do Perú. . ."** ficava sob seu govêrno.

Foi nessa altura dos acontecimentos que Plácido de Castro recebeu do General Olímpio da Silveira a informação de que o Capitão-General Juan Manoel Pando já havia atravessado o Abunã, em marcha para o Acre. Recolheu imediatamente suas pequenas guarnições, expediu ordens aos piquetes que mantinha em vários pontos extremos da fronteira com a Bolívia, para se reunirem a êle, confiou ao Quartel Mestre General do Exército Acreano, Engenheiro Gentil Norberto, o serviço de recrutamento (os soldados de suas tropas eram seringueiros que depois da capitulação de Puerto Acre tinham retornado ao trabalho da "seringa"), e se fez a campo para ir escorar as tropas com que o General boliviano havia descido os Andes. Ocupou Gironda e Bela Flôr. Naquela instalou seu Quartel-General, de onde desprendeu patrulhas de descoberta em direção a Lisbôa e a Puerto Rico.

Foi a última dessas patrulhas que a 18 de Abril, pela manhã tomou contacto com as fôrças do General Pando, já entrincheiradas em Puerto Rico, na confluência do Tahuamanu com o Manuripe, mantendo-as em sujeição, praticamente sitiadas porque sem domínio sôbre o rio Orthon, formado pelos dois outros, a única via de comunicação normal para atingir Palestina e Riberalta, de onde lhe poderiam vir auxílios.

Conspícuo oficial brasileiro que fez parte do Estado Maior do General Olímpio da Silveira, informou, faz pouco, em publicação no "Jornal do Comércio", que essa patrulha era composta por só 60 seringueiros, armados de rifles "Winchester", por certo já fatigados de quasi um ano de fogo.

Benjamin Azcuí, Coronel do Exército da Bolívia, em obra recente, publicada pelo govêrno daquele país e com o beneplácito do Estado Maior do Exército, afirmou que as tropas atacadas na localidade referida numeravam 481 homens nos últimos dias do combate que durou de 18, pela manhã, até 26, pela noite a dentro.

Plácido de Castro permanecera durante êsse tempo em Gironda preparando-se para ir terminar o que sua vanguarda havia iniciado sob tão bons auspícios. Já se aprestava para marchar com o grosso de suas fôrças, quando lhe chegou ao acampamento o Major Gomes de Castro, enviado pelo General Olímpio da Silveira, com o ofício em que lhe foi comunicada a assinatura do **modus-vivendi.**

A realidade é que alí, em Puerto Rico, atacados e atacantes, na manhã de 27 de Abril do ano de 1903, tiveram conhecimento do convênio que tinha sido assinado em La Paz, a 21 de Março, pelo Plenipotenciário brasileiro Eduardo Lisbôa e pelo chanceler boliviano Eliodoro Villazon, pondo fim ao conflito armado até que fosse pactuado um novo tratado de limites entre Brasil e Bolívia.

O contrato com "The Bolivian Syndicate of New-York City in North America", desde 27 de Fevereiro havia sido rescindido mediante a indenização que lhe pagou o Brasil de 110.000 esterlinos, funcionando no ato o Ministro Assis Brasil.

O Tratado de Petrópolis viria depois, aos 17 de Novembro de 1903, concertado pelo Barão do Rio Branco e Ministro Assis Brasil de nosso lado e pelos Ministros Claudio Pinilla e Fernando Guachalla do lado oposto, tornando o Acre indiscutivelmente brasileiro, não somente a parte em litígio como até muito abaixo, sinão nas divisas assinaladas por Plácido de Castro, não longe delas, isso mediante a compensação de 2 milhões de libras que o próprio território se encarregaria, êle somente, de liquidar dentro de poucos anos com o produto do imposto de 23 % sôbre a borracha e a cessão de territórios ocupados por bolivianos.

XIV

Considerações finais — Taumaturgo de Azevedo, Plácido de Castro e o Barão do Rio Branco nunca falaram em conquista — Quiseram, sómente, a reivindicação do que pertencia ao Brasil por direito insofismável.

Balanceando o que ficou dito, uma conclusão se impõe irrefragável, indubitável, única. E' que foram homens, animados pelo espírito militar, aquele espírito preconisado por Friederich Nietzsche em **Der Wille zur Macht,** que suscitaram, venceram e arremataram a Questão Acreana, isso num protesto à doutrina que sustenta ser a Humanidade tudo e o Homem coisa alguma; quando, na realidade, como foi demonstrado neste ensaio, foram homens, homens excelsos na verdade, homens predestinados, mas de qualquer forma homens, a conduzirem a coletividade, a dar novo rumo ao povo, a transmudarem as posições dos dados de um problema que parecia insolúvel, para solucioná-lo.

Taumaturgo de Azevedo possuia, antes de qualquer outro, êsse espírito. Quer como cientista, entestando com Juan Manoel Pando; quer como estadista, quando governou o Piauí; quer como fundador da Cruz Vermelha Brasileira; quer quando sustentou a luta com Dionísio de Cerqueira, em defesa de seu ponto de vista, suscitando nessa luta a questão das divisas territoriais com a Bolívia, só há que ser visto como soldado. Formação militar integral: enérgica, desassombrada, imperativa. A vida — não haverá exagêro em afirmar — transcorreu-lhe entre porfias, porfias doutrinárias e políticas, mas sempre porfias.

Plácido de Castro só pode e deve ser enxergado e estudado como soldado. Soldado à moda de Caxias — capaz na arte da guerra e capaz na ação política. E' o chefe que nunca tinha surgido no Acre e pelo qual todos ansiavam. Não é apenas o estrategista e o tático nas operações propriamente militares; o comandante supremo que dirigia as operações em conjunto e em minúcias, combatendo êle mesmo; o engenheiro que projetava e abria estradas, construia pontes, desenhava cartas; o oficial de administração que cogitava do reabastecimento e do remuniciamento de sua tropa. Era, com tudo isso e em grau elevado, o homem que possuia o condão para conhecer os outros homens, submetendo-os à sua vontade e conduzindo-os eficientemente para o fim almejado por todos. Essa pluralidade de atributos, não há dúvida possível, êle os coordenou e disciplinou sob as armas da Pátria, nas escolas e nas casernas — que escolas também são — aprendendo a obedecer e a mandar, a planejar e a executar. O tirocínio militar bravio, que Euclides da Cunha assinalou nos gaúchos, não bastava na época e na zona, sinão tivesse havido o duro exercício na guerra e antes o aprendizado nas fileiras.

Rio Branco — não há duas opiniões — era uma alma de soldado. Valente, imperioso, com propósitos marcados, de ação sempre meridiana. O instinto de dominação deixa-se ver nele em qualquer ato ou gesto, nas posturas que tomava como professor, como político e como diplomata. Ninguém mais do que êle teve em familiaridade os grandes capitães do Brasil. Cêrro Largo, aquele magnífico general José de Abreu, êle o tomou como personagem para estudo que é clássico na História Militar do Brasil, no cíclo heróico, aquele em que se estabeleceu a aristocracia da bravura tão exaltada por Rui Barbosa. O ambiente que lhe apraz é o da pólvora em explosões, é o do tilintar das espadas nos talins, dos estribos que se chocam, das vozes ríspidas de comando a se misturarem no ar com as notas vibrantes dos clarins.

Certa vez, menino ainda, surpreendi-o junto à amurada do Cais Pharoux, desacompanhado, calças de brim branco, fraque preto, chapéu alto caído sôbre a nuca. Acompanhava embevecido, as manobras, ao largo, de três belonaves: "Barroso", "Rio Grande do Sul" e "Bahia", que, em formação de combate haviam chegado do alto mar e no momento iam lançar ferros. Nunca pude esquecer a cena, e, mais do que ela, o olhar de íntima satisfação do grande homem — na ocasião para mim, apenas um homem grande — na contemplação da pequena amostra de nosso poder naval.

Estaria evocando a esquadra dantanho, a de Tamandaré, aquela que levou o pavilhão auri-verde tão longe e elevou tão alto, ou estaria cogitando nos meios para multiplicar aqueles três barcos brancos numa centena de outros, para que, do Oyapock ao Chuy, nunca deixasse de flutuar ovante a bandeira do Brasil?

*

* *

Na Questão Acreana nenhum dêsses homens representativos da Nação pretendeu prejudicar direitos da Bolívia, mas não admitiu a hipótese, siquer, de que os do Brasil e dos brasileiros fossem prejudicados.

O problema fôra creado por uma fatalidade, qual a da radicação de milhares de criaturas de nossa raça em terras que o Tratado de Ayacucho — pactuado em momento dramático da vida nacional e à vista de carta geográfica fantasista — havia deixado com a Bolívia.

Essas terras, ademais tudo, quando do referido convênio, estavam em completo abandono.

Houve, de conseguinte, que readquirir essas terras, e êles o fizeram, discutindo quando foi possível, lutando quando se fez mistér.

Tanto foi assim que Plácido de Castro, quando da rendição de Puerto Acre, ao lavrar a ata respectiva, não opôs nenhuma dúvida ao desejo do Tenente-Coronel José Quintin Ruiz, Comandante em Chefe da guarnição boliviana, de consignar no documento a bravura com que os seus soldados haviam combatido; negou-se, todavia, a fazer a mesma declaração em referência aos próprios comandados, também solicitada pelo comandante Ruiz, como para não humilhar os vencidos. Não quis, igualmente, na ocasião, receber as espadas dos chefes militares "porque era um ato que aumentava o infortúnio daqueles já infortunados pela derrota". Antes havia declarado ao Dr. Lino Roméro, o ríspido Delegado Nacional que havia sido escolhido a dedo para a missão da entrega do território ao "Bolivian Syndicate", "que o nosso ideal era sómente o da emancipação do Acre."

Não terá sido por outra coisa, aliás, que êsse próprio Delegado Roméro escreveria sôbre êle, mais tarde, nestes termos bem expressivos: "Era indômito na investida e incomparável na equanimidade para com os inimigos aprisionados."

Quanto a Rio Branco, é êle mesmo quem descreve a conjuntura em que se viu colocado ao assumir a pasta das Relações Externas: "Como combinar o desempenho de nosso dever para com êsses compatriotas na aflição (os acreanos), com o firme desejo de não praticar atos de hostilidade contra o Govêrno amigo (da Bolívia)?

Não pretendeu, nunca, nem o prejuizo material do povo andino e menos sua humilhação.

Tornou litigioso o território acima do paralelo 10° 20′ por haver "adotado a inteligência mais conforme com a letra e o espírito do Tratado de 1867 e o critério mais seguido entre nós, embora não tivesse sido até então o dêste ministério."

Obteve amigavelmente da Bolívia a aceitação do **modus-vivendi** para "intervir como mediadores" no território ao sul do dito paralelo, que era inquestionavelmente da Bolívia mas que estava sob absoluto domínio de Plácido de Castro, e aí evitar encontro de armas durante as negociações. . .

Ninguém, de resto, em ocasião alguma, falou em conquista. Não falou e não agiu com essa intenção. Quiseram todos, apenas, a reivindicação daquilo que por direito insofismável pertencia ao Brasil.

*

* *

Taumaturgo de Azevedo foi o paladino inexcedível.

Plácido de Castro foi o braço que executa com valença e com oportunidade.

Rio Branco foi a habilidade e a energia que decidiu em face do Direito.

Somaram-se, completaram-se, confundiram-se no mesmo espírito, tornando-se os homens representativos do Acre, os guardiões da civilização da América Meridional. ([20])

NOTAS À MARGEM

NOTAS À MARGEM

1

Ninguem excedeu a José Maria dos Santos no exame das realidades brasileiras. Em "A POLÍTICA GERAL DO BRASIL", o escritor descreveu o mais completamente possível a evolução do país, desde a Independência até o período contemporâneo, isso num ponto de vista elevado, quer quanto à sociedade, quer quanto à economia. A síntese que existe neste trabalho só foi possível depois da leitura do livro citado.

2

As opiniões neste particular são acordes. Tristão de Ataíde, a propósito, escreveu: "O Brasil se formou às avessas, começou pelo fim, termos bancos antes de termos economia".

3

"ÁS PORTAS DA GUERRA", de Hélio Lôbo. "A MISSÃO SARAIVA", do Conselheiro Saraiva.

4

"Á MARGEM DA HISTÓRIA DO BRASIL", de Vicente Licínio Cardoso.

5

"GUERRA DOS FARRAPOS", de Castilhos Goycochêa.

6

Pragmatismo, na acepção rigorosamente filosófica, é a doutrina segundo a qual a verdade está no efeito prático de uma idéia já transformada em lei, não admitindo, pois, discussão ou mudança.

Pode-se ter que essa doutrina teve início em 1878, quando o inglês Charles Peirce publicou em "POPULAR SCIENCE" o artigo "COMO TORNAR CLARAS NOSSAS IDÉIAS". Seu escôpo principal foi eximir a religião dos ataques dos filósofos ontológicos (Ontologia: parte da Metafísica que trata dos entes em geral), e das reduções trazidas pelas ciências. Daí o agrado com que foi recebida a doutrina pelos teólogos.

Outra fonte do pragmatismo foi a idéia defendida por Maxwell, da preferência dos princípios estatuídos à utilidade que possa resultar das pesquizas e exames.

William James, americano do norte, na sua notável obra "ESSAYS IN RADICAL EMPIRICISM", aparecida em 1912, explica o pragmatismo por esta forma: "Em vez de indagar de onde promanou uma idéia qualquer e quais suas premissas, examinar-lhe apenas os resultados".

Há nessa doutrina muito da razão prática de Kant e alguma coisa de Schopenhauer no "MUNDO COMO VONTADE E PODER". Sua base, porém, é o tradicionalismo empírico da filosofia inglesa.

Will Durant comentando a obra de William James, insinúa a doutrina como a mais própria ao cenário americano, onde tudo se subordina ao utilitarismo. . . Verdade é que o cenário americano a que êle se refere é o da América Inglesa, a parte setentrional do Continente Colombiano.

Sôbre o assunto devem ser consultados, além dos livros a que já foi feita menção, os seguintes: "HISTÓRIA DA FILOSOFIA", de Laurindo Leão, e "HISTÓRIA DA FILOSOFIA", de Will Durant.

7

"A AMAZÔNIA", de Araujo Lima. O que há de mais interessante nessa obra digna de toda a admiração, porque, talvez, a mais profunda que haja sido escrita sôbre o homem e a terra do Brasil, é o paralelo e a síntese estabelecidos entre o Nordestino e o Nortista, isto é, entre o caboclo dos sertões de Pernambuco ao Piauí e do interior da Amazônia.

Antes de conhecer essa obra não sabia explicar a causa de não ter havido amazonenses e paraenses entre os revolucionários do Acre, tanto mais para estranhar quando o drama ocorrera em terras que haviam estado sob a jurisdição do Estado do Amazonas.

Impressionára-me bastante uma carta de Rodrigo de Carvalho ao Governador Silvério Neri, nos fins de 1902, dando-lhe a notícia de que contavam os revolucionários com um amazonense, filho de Parintins. . . O fato da referência fez certo de que não haveria outros. Araujo Lima explicou-me, porém, as razões dessa ausência.

8

Informa Avelino Chaves **in** "EXPLORAÇÃO DA HEVEA NO TERRITÓRIO FEDERAL DO ACRE", que os vanguardeiros no povoamento do Acre foram o Major Alexandre Oliveira Lima, que receberia mais tarde a antonomásia de Barão da Boca do Acre, o Capitão José de Matos, o tio dêste, João Gabriel e Chagas Souza, alí chegados a 3 de Abril de 1877, na lancha "Anajáz", do comando do piloto Simplicio Gonçalves.

Algum tempo depois chegava a segunda leva que era composta pelo Coronel Girão, Henrique Leônidas, Vicente Nogueira, os irmãos Leite (Frutuoso, Heráclito, José e Enéas), Xavier Barbosa, Joaquim de Aguiar, Jerônimo Corrêa Padre, Felismino dos Santos, Escolástico de Carvalho e outros, todos cearenses como os da primeira leva, os quais se fixaram no lugar hoje denominado Santo Antônio.

9

A respeito dêsse Protocolo, escreveu Lopes Gonçalves que, "Em toda a regulamentação, para o traçado da fronteira pelo Amazonas, o que tem havido por parte do Brasil são êrros geográficos e de direito, e por parte da Bolívia a mais requintada má fé. . ."

10

Cotejando-se as observações de Tefé com as de Cruls chega-se à conclusão de que, longe de prejudicar os interêsses do Brasil, as daquele foram as mais vantajosas. Não discuto a possibilidade de ter havido engano nas observações de Tefé, evidentemente causadas por defeito nos instrumentos, no que disse com a latitude, e diferença de hora no que se refere à longitude. Referentemente à latitude obtida por Cunha Gomes, 23 anos depois da exploração levada a efeito por Tefé, o êrro ainda é maior, só podendo ser atribuido a defeito no instrumento com que foram feitas as observações, como assinalou Ferreira da Silva, nos dias que correm.

De qualquer forma, verifica-se dos algarismos das explorações e re-explorações do Javarí, que não estava alí o remédio para o caso. Si não vejamos:

Tefé-Blake, em 1874: **Lat. 7° 1' 17' Sul; Long. 74° 8' 27' O. de Gw.**

Cunha Gomes, em 1897: **Lat. 7° 11' 48", 10; Long. 73° 47' 44",5 O. de Gw.**

Cruls-Balivan, em 1901: **Lat. 7° 6' 55" Sul; Long. 73° 47' 30", 6 O. Gw.**

Ferreira da Silva, 1926: **Lat. 7° 6' 58",51; Long. 73° 47' 30",6 O. Gw.**

Nada, pois, que lembre os 10° 20' do mapa da Linha Verde, nem os 8.° de Horácio Williams, nem os 9.° de Luiz Gruder, nem as posições inter-

mediárias sugeridas por Ladário e confirmadas por Juan Manoel Pando e aceitas por Paz Soldan, menos ainda aquelas informações veiculadas por Taumaturgo de Azevedo obtidas dos moradores da região.

Em monografia para o Instituto de Geografia e de História Militar, debati amplamente o assunto das nascentes do rio Javarí, esclarecendo observações que me fez o Sr. General Tasso Fragoso.

11

O mapa da linha verde, causa da questão, foi dado por muito tempo como inexistente. Nesse caso o Plenipotenciário Lopes Neto teria concertado o Tratado de Ayacucho, de 1867, sem base alguma. O mapa, entretanto, existe. Foi encontrado pelo Barão do Rio Branco em poder de Pecegueiro do Amaral e se encontra atualmente na Mapotéca do Itamaratí. Foi organizado em Janeiro de 1860 pelo Conselheiro Duarte da Ponte Ribeiro e pelo Major graduado do Estado Maior de 1.ª classe Izaltino José Mendonça de Carvalho. Por êle, em verdade, o Javarí desce até o paralelo 10° 20' de latitude sul! Coisa alguma, em matéria de cartografia, mais fantasista, diria mesmo, mais atentatória à realidade.

Uma pergunta se impõe à vista dêsse documento: Onde, Duarte da Ponte Ribeiro, um dos homens mais respeitáveis que têm tomado parte na gerência dos negócios de fronteiras, teria encontrado elementos para êsse mapa?

12

Muito se tem escrito sôbre a interferência de Luiz Galvez Rodriguez de Aurias na revolução. O que não há dúvida possível é que o espanhol esteve a sôldo do Governador do Amazonas, na época Ramalho Junior.

No que se refere à importância que teria sido entregue ao mesmo, por Lopo Neto, então Secretário das Finanças do Estado, por ocasião de ser o espanhol deposto da Presidência do Acre, como a última prestação do ajuste, é que há várias versões: Alcindo Guanabara em seu livro "A PRESIDÊNCIA CAMPOS SALES", refere uma centena de contos de réis; o Tenente-Coronel Dr. Emílio Fernandez em "LA CAMPAÑA DEL ACRE" escreveu 220 contos; em outras publicações, de autores menos autorizados, há importâncias maiores, uma das quais refere 800 contos de réis.

A gravidade do caso está, porém, na paga e não na importância dela.

13

O ataque ao Batalhão Independência (2.° de linha), por uma partida de 180 acreanos, em "Riozinho", e do qual nenhuma vantagem resultou,

quer para os atacantes, que não conseguiram desalojar os bolivianos da posição que ocupavam, quer para êstes que não puderam perseguir os revolucionários, quando, exgotada a munição, retiraram-se da luta, é contado na Bolívia como si houvera sido uma explêndida vitória sôbre... o exército brasileiro.

Em uma das praças públicas de La Paz, segundo informa o professor Antenor Nascentes em seu livro "AMÉRICA DO SUL", está perpetuada essa **batalha** de Riozinho.

Vale relembrar que na época em que se realizou a escaramuça, simples escaramuça (6 de Dezembro de 1900), o govêrno do Rio de Janeiro estava, ainda, inteiramente favorável à Bolívia, atitude que só modificaria em 1903, com a entrada do Barão do Rio Branco para o Ministério das Relações Exteriores e consequente das vitórias que Plácido de Castro havia ganho sôbre as tropas do país vizinho, sem o menor auxílio do Brasil.

Não será demais relembrar, outrosim, que o último reduto boliviano capitulou a 24 de Janeiro de 1903 e que somente a 17 de Março a vanguarda do Corpo de Ocupação do General Olimpio da Silveira, ao mando do Major Agostinho Raimundo Gomes de Castro, penetrou no Acre. E mais: que o único combate havido depois que o Brasil ocupou o Acre Setentrional, isto é, a parte do território acima do paralelo de 10° 20', teve início a 18 de Abril, terminando a 26 dêsse mesmo mês, nele não tendo tomado parte nem um oficial ou soldado regular do Brasil.

A intervenção do Brasil, nesse combate, foi para fazê-lo cessar, dando conhecimento ao Governador do Acre Meridional do **modus-vivendi.**

A título de curiosidade é transcrito o trecho, a propósito, do livro de Antenor Nascentes: "Não deixei de visitar uma praça que trazia nome português: Riozinho. Depois li a explicação: puzeram aquele nome para comemorar uma grande derrota (?) do exército brasileiro (?) em 1901. Fiquei espantado; como poderiamos ter sido derrotados pelos bolivianos se o Brasil nunca entrou em guerra com a Bolívia?"

Com o mesmo fim também é copiado, **ipsis literis**, passagem do livro "Resumen Histórico de las Campañas del Acre", da autoria do Coronel Benjamin Azcuí, publicado com o beneplácito do General Chefe do Estado Maior, às expensas do Tesouro Nacional e impresso nas oficinas da Intendência da Guerra da Bolívia. Segundo está declarado no prefácio, o trabalho em aprêço foi calcado em documentos oficiais. O autor, oficial combatente, foi parte nos acontecimentos dessa época como comandante primeiro do piquete Pérez Velasco. A passagem é a seguinte, do Capítulo XXII, sob título: "Combate de Riozinho": **"Después de dos horas de combate los insurgentes convencidos de su impotencia, comenzaron a abandonar el campo en completo desorden, sin que fuese posible perseguilos, a causa de que nuestros soldados ignoraban el modo de conducirse dentro del bosque, donde se encontraban cual niños con vendas jugando al escondite, siempre expuestos a extraviarse y perder el contacto con las demás unidades".**

Da parte oficial do encontro consta que os revolucionários tiveram 12 baixas e os bolivianos 1 oficial, 1 médico e 2 soldados...

O cotejo entre o que ouviu e leu o escritor brasileiro e o depoimento do historiador militar boliviano, dispensa comentários.

14

E' imprescindivel lêr sobre as pretenções norte-americanas na América do Sul, notadamente na Amazonia, por intermédio dos paises do Pacífico, o livro lapidar de Eduardo Prado: "A ILUSÃO AMERICANA".

Há, de fato, nessa obra impressionante, provas bastantes para se poder compreender quão perigosa foi a tentativa de 1902-1903 sôbre o Acre e daí a extraordinária significação dos feitos de Plácido de Castro e seus companheiros frustrando **manu-militari** essa tentativa.

15

Tinha para mim, independentemente de qualquer opinião a respeito, que êsse fôra o mais grave momento para a civilização sul-americana, porque aquele em que essa civilização mais seriamente esteve ameaçada,

Era opinião minha, pessoal, produto do estudo e da meditação à vista da vasta documentação que reuni sôbre a Questão Acreana.

Nenhuma sugestão alheia, verbal ou documental, influiu em meu julgamento.

Foi, portanto, com indizível satisfação, que já escrito êste trabalho, deparei em obra de Vicente Licínio Cardoso ("À MARGEM DA HISTÓRIA DO BRASIL"), opinião idêntica, fruto com certeza de estudos que tenha feito sôbre a época.

Sôbre o valor dessa opinião não é mister alongar-me. O sociólogo deixou um nome bastante grande para necessitar que se lhe encareça o altíssimo merecimento.

16

Liberato Bitencourt, retraçando o perfil do grande Chanceler brasileiro **in** "O BARÃO DO RIO BRANCO" assegurou que êle foi, nestes últimos tempos, quem mais amou as classes armadas. . .

17

Devo dizer que essa cifra me foi revelada verbalmente por pessôa que muito de perto tomou parte nos acontecimentos. Nunca encontrei referência a ela em documento ou obra. Tudo leva a crêr, porém, que o General Pando tenha descido os Andes menos pelo desejo de vingar as sucessivas der-

rotas de suas tropas, do que para ultimar o negócio com o Bolivian Syndicate. As aperturas do Tesouro da Bolívia eram permanentes, agravadas pelas lutas internas, umas e outras referidas por todos os escritores daquele país, militares ou não.

Não é segredo para ninguem, aliás, que o contrato Aramayo foi dado em troca de compensações em dinheiro.

Vale relembrar que Pando só teve conhecimento da extraordinária importância economica da região, em 1895, quando esteve em Caquetá, juntamente com Taumaturgo de Azevedo, procedendo ambos a observações astronômicas para marcação da fronteira.

18

E' digno da maior atenção o que se contém num folheto sob título: "O TERRITÓRIO DO ACRE E O TRATADO DE LIMITES ENTRE O BRASIL E O PERÚ", principalmente a "vária" do "Jornal do Comércio", de 10 de Julho de 1909, da qual êste trecho:

"O Brasil, depois de ter fixado, em 1851, os seus limites com o Perú, ao ocidente, pelo Javarí, tratou de os fixar também ao sul. O soberano que aí encontrou exercendo de fato a jurisdição, até onde esta se fazia sentir em contacto com a sua, foi a Bolívia. Com êle pactuou. Na ausência de direito convencional, — pois o Tratado de 1777 era meramente preliminar e feito para servir de base e preparo de um tratado definitivo que se não celebrou, — deviam as partes contratantes recorrer ao princípio geralmente aceito para a solução das questões de limites entre o Brasil e as nações vizinhas: o **util possidetis.** Este nos autorizava a reclamar mais do que a Bolívia queria reconhecer como nosso. Por considerações diversas, entre as quais merecem menção o aprêço em que tínhamos a amizade da Bolívia e a necessidade de fechar a porta a questões internacionais num momento em que a nossa contenda com o Paraguai tivera a infelicidade de provocar a animadversão de outros povos sul-americanos, não nos quisemos mostrar intransigentes e concordámos em que nossos limites com a Bolívia fossem traçados pelo modo estabelecido no Tratado de 1867 (a linha oblíqua Javarí-Bení).

"Sob êste ponto de vista, o Tratado de Petrópolis, celebrado trinta e seis anos depois, é, em grande parte, a restauração dos nossos verdadeiros limites ao sul, a dos limites a que tínhamos direito pela projeção da nossa jurisdição ao longo dos rios e segundo a orientação da marcha do povo brasileiro na conquista das matas desertas.

Não se pode, consequentemente, dizer, como os que defendem a tése peruana, que **comprámos** o Acre à Bolívia, que adquirimos o título espanhol que a Bolívia tinha sôbre essa região. O que fizemos foi **resgatar mediante indenização, o título português,** ou **brasileiro,** que **cederamos** à mesma Bolívia pelo Tratado de 1867".

E' necessário ter em vista que a "vária" de que foi transcrito o trecho acima foi publicada em 10 de Julho de 1909, o que é o mesmo que dizer

que a política exterior do Brasil estava sendo dirigida pelo Barão do Rio Branco.

Antes de Paranhos assumir a pasta outra era a concepção dominante, no Ministério.

Só os acreanos é que viam certo.

19

Plácido de Castro, ou melhor, José Plácido de Castro, o herói máximo da Questão Acreana, figura fascinante de campeador, homem com todas as marcas da predestinação à Glória, nasceu na cidade de São Gabriel, no Rio Grande do Sul, aos 12 dias de Dezembro de 1873, e morreu às 4 horas da tarde do dia 11 de Agosto de 1908, no seringal Bemfica, no Acre.

Foram seus pais o Capitão Prudente da Fonseca de Castro e Dona Zeferina de Oliveira Castro.

Pelo lado paterno era neto do Major José Plácido de Castro e de Dona Felisbina da Fonseca Sousa; pelo lado materno de Zeferino Manoel Cardoso e de Dona Claudina Maria de Oliveira.

Por sua árvore genealógica, organizada proficientemente por Celso M. Schroder, com a autoridade de membro do Instituto de Estudos Genealógicos de São Paulo e dos Institutos Históricos e Geográficos de São Paulo e do Rio Grande do Sul, além de primo por parte materna do próprio Plácido de Castro, verifica-se que seus troncos familiares são paulistas, quer por parte do pai, quer por parte da mãe.

Aurélio Pôrto, o grande genealogista gaúcho, e Bueno de Azevedo Filho, não menos notável linhagista de São Paulo, asseguram que a ascendência de Plácido de Castro, se entronca nos célebres Brancos ou Blancos, "bandeirantes" de Piratininga, circunstância que pode explicar sua transplantação para os confins da Amazônia e a ação que lá desenvolveu no sentido de jogar para mais longe o meridiano que seus ancestrais já haviam deslocado das proximidades do Atlântico em direção ao Oéste.

Orfão de pai, muito cêdo, Plácido de Castro foi obrigado a trabalhar desde a primeira infância para auxiliar a matença da família, enquanto esperava completar a idade regulamentar — 16 anos — para se iniciar na carreira militar.

Poucos dias depois de completar essa idade, de fato, porque a 27 de Dezembro de 1889, assentou praça, como 2.º Cadete, no 1.º Regimento de Artilharia de Campanha, aquartelado em São Gabriel, matriculando-se, meses depois, na Escola de Tática e de Tiro de Rio Pardo, onde completou o curso com notas plenas, grau 7, no conjunto das matérias de estudo, voltando ao seu regimento com o posto de 2.º sargento.

Em 1892 obteve licença para efetuar matricula na Escola Militar do Rio Grande do Sul, com séde em Pôrto Alegre, não tendo, porém, conseguido êsse intento por falta de vaga.

Em 1893, afinal, obteve matrícula nessa Escola, no começo do ano letivo.

Em Setembro dêsse mesmo ano, entretanto, por se haver recusado a assinar um pedido coletivo para o fechamento da Escola, afim de que os estudantes pudessem tomar parte no combate à Revolução Federalista, tornou-se suspeito ao Govêrno e, como tal, foi prêso e classificado no Corpo de Transporte, aquartelado em Bagé, onde só lhe dão armamento nas vésperas do encontro cruentíssimo de Rio Negro.

Espicaçado pelas injustiças do tratamento que lhe tinha sido dado, tanto na Escola como no Corpo, aproveitou a circunstância de ter sido destacado para serviço de ronda externa e se bandeou para as fôrças revolucionárias do General Joca Tavares.

Quando, em 1895, foi assinada a paz, Plácido de Castro que se fizera notar pela lealdade da conduta e pela bravura nas arremetidas, já era Major embalde só contar 21 anos.

Fiel aos seus princípios políticos, não aceitou a anistia ampla que a todos os revolucionários foi concedida pelo Govêrno de Prudente de Morais, transferindo-se para o Rio de Janeiro.

A 9 de Julho de 1896 aceitou o logar de guarda de 2.ª classe no Colégio Militar do Rio de Janeiro, sendo promovido à classe superior a 31 de Agosto do mesmo ano e nomeado Inspetor de Alunos, passado um ano e pouco, porque a 11 de Setembro de 1897.

O emprego, conquanto modesto, permitia-lhe prosseguir nos estudos, sendo certo que por essa época frequentou determinadas aulas da Escola Politécnica, como "ouvinte".

Incidente por questão de serviço com o professor de geografia do estabelecimento, Comandante Temístocles Nogueira Sávio, tão perfeitamente rememorado em artigo assinado pelo Coronel Jaguaribe de Matos, em o número d'"A Aspiração", comemorativo ao meio centenário do Colégio Militar, indu-lo a se demitir das funções.

O período seguinte é em Santos, ao Serviço da Companhia das Docas, onde regressa pelos bons ofícios de Júlio Barreto de Sousa, seu conterraneo. Começa a trabalhar a 18 de Março de 1898, isto é, poucos dias depois de haver abandonado o Colégio Militar. Sua ascenção também é rápida. Em menos de 3 meses é promovido a Escriturário, e logo em seguida, numa segunda promoção, é elevado ao cargo de Ajudante de Fiel de Armazem.

Consignam os registros dessa Companhia que a 28 de Fevereiro de 1899, expontaneamente, abandonou o serviço.

Observação do punho de Rodrigo de Carvalho à margem de uma das páginas do livro de Napoleão Ribeiro "O ACRE E OS SEUS HERÓIS", exemplar só por isso precioso, pertencente ao Dr. Hugo Carneiro, antigo Governador do Acre, informa ter sido êle próprio, Rodrigo de Carvalho, que induziu Plácido de Castro a ir para o extremo norte, ajuntando a essa observação que moraram juntos em Santos. . .

Júlio Barreto de Sousa, cuja palavra merece maior fé, assegura que a ida de Plácido de Castro para a Amazônia foi preparada por Gentil Norberto,

conterraneo e amigo de infancia, que lá já estava no desempenho de trabalhos de engenharia. O digno informante, que morou com Plácido de Castro, em Santos, declarou não se recordar que na "república" houvesse alguem com o nome de Rodrigo de Carvalho.

Ainda a propósito da ida de Plácido de Castro para a Amazônia há que referir trecho do livro do Dr. Manoel Aponte "LA REVOLUCIÓN DEL ACRE" —, segundo o qual Plácido lhe teria declarado, por ocasião da capitulação de Puerto Acre, de cuja guarnição o autor era Auditor Militar, que sua intenção era a de ir para o Pará trabalhar, procurando assim afastar-se do govêrno do Rio de Janeiro que **"lo perseguia y hostilizaba desde la memorable revolución separatista del Estado de Rio Grande do Sul. . ."**

Júlio Barreto de Sousa também nega que lhe houvera sido movida qualquer perseguição, obrigando-o a partir para a Amazônia.

Sua ida terá sido ditada pelo desejo de melhorar de situação noutro ambiente. Os conterrâneos, que já viviam em Manaus, principalmente o Dr. Gentil Norberto e o Dr. Orlando Corrêa Lopes, em correspondência com êle, tê-lo-ão animado a tomar essa resolução.

Entre Março de 1899 e Maio de 1900, o que vale dizer, desde que deixou Santos e que escreveu a célebre carta ao Coronel Joaquim Vitor da Silva, datada de Antimarí, só obtive as informações verbais que me forneceu o notável escritor Dr. José Maria dos Santos, de que Plácido de Castro morou, em Manaus, numa "república" em a qual também moravam Orlando Corrêa Lopes, Lins Caldas e outros engenheiros, tendo nessa época obtido a provisão de Agrimensor.

Da mesma fonte respeitável a notícia de que quando o "Solimões" seguia rumo a Caquetá, conduzindo a Expedição Floriano Peixoto, e foi lembrado o nome do moço gaúcho para chefiar a luta em que se iam empenhar, encontraram-no exangue, em estado pré-agônico, numa barraca à margem do Pauiní.

O certo, pois, é que entre fins de Dezembro de 1900, quando houve a malograda tentativa encabeçada por Rodrigo de Carvalho, Gentil Norberto e Orlando Corrêa Lopes, na qual tomaram parte José Maria dos Santos, Efigênio de Sales, Trajano Chacon e outros tantos intelectuais que viviam em Manaus, até que em Junho de 1902, resolveu avocar a direção da guerra que levou de vencida, terá única e exclusivamente trabalhado na demarcação de terras, salvo o período curto que esteve no Ceará em tratamento da saúde, talvez na residência dos Vasconcelos.

Depois da assinatura do Tratado de Petrópolis, em 17 de Novembro de 1903, o moço herói do Acre veiu à Capital Federal fazer entrega do território ao Govêrno. Acompanharam-no nessa viagem o Coronel Rodrigo de Carvalho, Ministro da Fazenda do Estado Independente do Acre, o Dr. Gentil Norberto, Ajudante General do Exército Acreano, e o Dr. Batista de Morais, Chefe do Corpo de Saúde do mesmo exército.

Em seguida Plácido de Castro foi à terra natal visitar a Mãe e os irmãos, contratando casamento, alí, com uma prima.

Tive notícias dignas de crédito que nessa ocasião visitou Buenos Aires e Montevidéu.

No livro do Dr. Genesco de Castro — "O ESTADO INDEPENDENTE DO ACRE E J. PLÁCIDO DE CASTRO" — há informação de que Plácido se iniciou no comércio e indústria da borracha em 1904, adquirindo, de sociedade com a firma P. Braga & Companhia, do Pará, o seringal Caparatá, desenvolvendo mais para diante seus negócios com a aquisição de outras propriedades.

De 24 de Julho de 1906 a 26 de Março de 1907 exerceu, interinamente, o cargo de Prefeito do Departamento do Alto Acre, o que se infere das datas referidas no relatório que de sua gestão apresentou ao Ministro do Interior e Justiça.

O relatório em questão é uma peça notável. Nada que se pareça com os documentos dessa natureza. Há nele, de fato, um estudo completo sôbre a situação do Acre (Departamento do Alto Acre), na ocasião, quer no que dizia com a economia, com as finanças, indústrias, comércio, saúde pública, instrução, serviços administrativos, estradas. Apontou erros, sugeriu medidas, propoz modificações, tudo no sentido de melhorar a região que havia reintegrado ao Brasil.

Essa sua intervenção nos negócios públicos foi acidental e à margem das suas outras atividades.

No que se relaciona com sua morte, não há dúvida possível, foi um crime de natureza essencialmente político, um magnicídio com todas as caracteristicas. O prestígio que desfrutava sôbre a população, parte pelo que fizera, parte pelo que fazia, opondo embargos ao despotismo de elementos oficiais, terá aconselhado sua eliminação na impossibilidade de afastá-lo do Acre.

No livro citado, do Dr. Genesco de Castro, há documentação bastante para fazer compreendido o crime. Também num opúsculo com o título "OS ASSASSINOS DO CORONEL PLÁCIDO DE CASTRO E O "CORREIO DA NOITE", estão referidos muitos fatos que explicam perfeitamente o que ocorreu.

A Justiça, por motivos que não se justificam, nunca se manifestou sôbre o crime, não obstante Plácido de Castro estar em companhia do Promotor Público e de um advogado, quando ocorreu o atentado.

O irmão do grande chefe acreano, e amigos seus, conseguiram identificar os integrantes do grupo assassino, inclusive aquele que o dirigia, o sub-delegado de polícia Alexandrino José da Silva; nunca, porém, conseguiram que os prendessem, ao menos para serem ouvidos em inquérito que pudesse servir de base a processo.

O mais curioso de tudo é que os criminosos, inclusive o sub-delegado Alexandrino Silva, deixavam de existir, pouco depois, matando-se uns aos outros. . .

Sôbre a personalidade de Plácido de Castro, seus feitos e assuntos relativos à Questão Acreana, o autor já publicou os seguintes estudos:

I "Plácido de Castro e o "quid" do seu heroismo", em o "Jornal do Comércio"", de 28 de Fevereiro de 1939.

II ""A Glória de Plácido de Castro", em o "Jornal do Comércio", de 30 de Abril de 1939.

III "Plácido de Castro — O Vulto Trismegisto do Acre" — em o "Jornal do Comércio", de Junho de 1939.

IV "Plácido de Castro — Pai do Acre — Aventureiro Sublime", na revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, (número relativo ao 2.º Trimestre de 1939).

V "Plácido de Castro, no Colégio Militar", em o "Correio da Manhã", de 4 de Julho de 1939.

VI "Epopeia Acreana" lido no "Radio Educadora do Brasil", em 10 de Abril de 1939, na "Hora do Acre".

VII "Plácido de Castro e o Acre — Terra Cearense —", em "Mocidade", de Fortaleza (Ceará), n.º de 26 de Setembro de 1939.

VIII "Plácido de Castro — O Homem Sonhado por Nietzsche" em "O Malho", de 1º de Junho de 1939.

IX "Carta de um escritor de História a uma Cidade histórica", em "A Folha Nova", n.º de Maio de 1939.

X "Plácido de Castro e a Independência do Acre" em "Aspectos", n.º de Julho de 1939.

XI "O Espírito Militar na Questão Acreana", conferência no Instituto de Geografia e de História Militar do Brasil, em 24 de Julho de 1939.

XII "Plácido de Castro — "O Último Bandeirante" — conferência no Centro Gaúcho de São Paulo, em 12 de Outubro de 1939.

XIII "O Mapa da Linha Verde — causa principal da Questão Acreana" — conferência no Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, em 13 de Outubro de 1939.

XIV "O Almirante Barão de Tefé e as nascentes do rio Javarí", estudo apresentado ao Instituto de Geografia e de História Militar do Brasil.

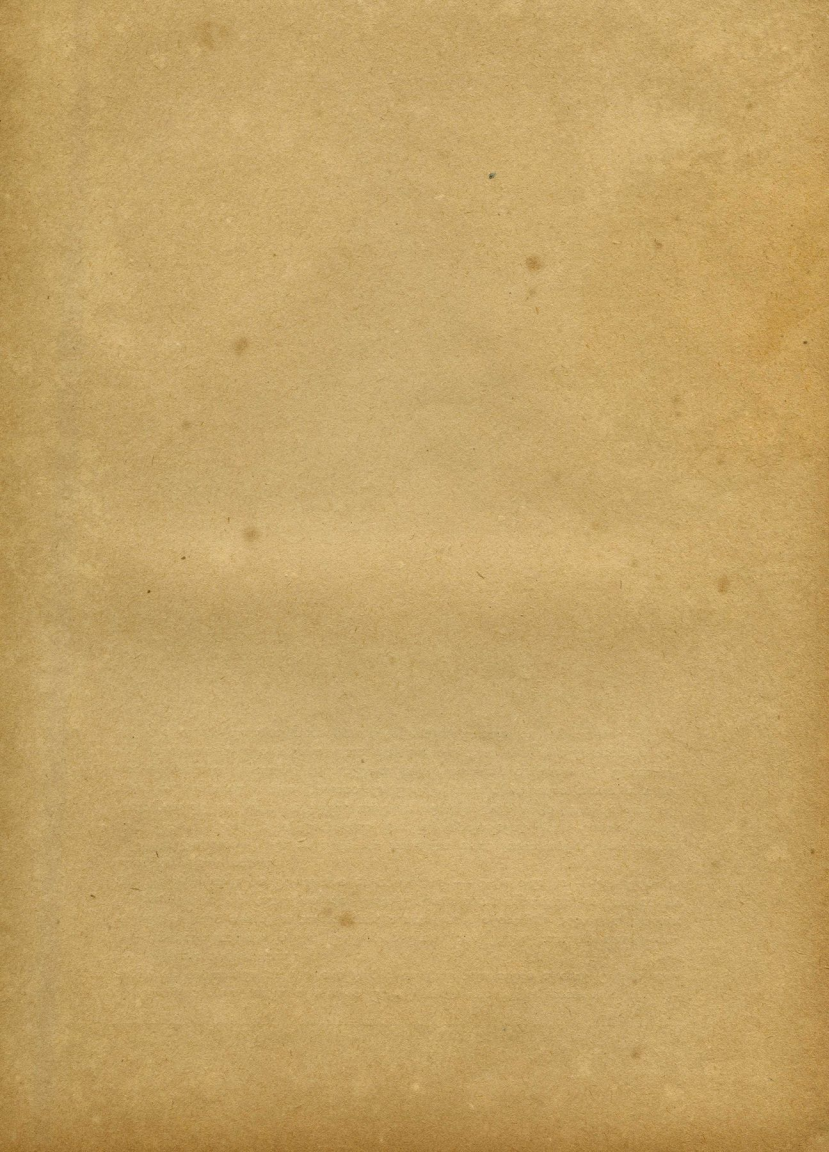
Tem em preparo obra de maior vulto sob título: "PLÁCIDO DE CASTRO NA HISTÓRIA DO ACRE".

20

O expediente de que lançou mão a Bolívia, em 1902, de arrendar o território acreano a elementos extranhos ao Continente, não constituiu novidade. Pelo Decreto de 17 de Novembro de 1832, o govêrno daquele país "concedeu ao cidadão argentino Manoel Oliden, uma data de terras de 25 léguas em todas as direções, tomadas de um ponto dado, para si e seus sucessores. . ." Essas terras o concessionário denominou pomposamente de PROVÍNCIA DE OTUQUIS e tentou vendê-las, primeiramente ao encarregado dos negócios da Grã-Bretanha no Rio de Janeiro, Sir Hamilton Hamilton, que não se interessou pelo negócio; depois renovou a tentativa de venda, na Europa, por intermédio do alemão Luiz Vernet, que em Hamburgo chegou a incorporar capitais com êsse fim, não logrando êxito algum devido à chamada Guerra

do Oriente; mais tarde, o mesmo Luis Vernet, em Paris, ensaiou a organização de companhia para a exploração da Província sôbre a qual Oliden alegava possuir soberania. . .

Um comerciante inglês, Guilherme Brash, em 1854, também esteve envolvido no caso nas ditas terras, que, a prevalecer a outorga boliviana, tinham limites dentro do território de Mato-Grosso, compreendendo os locais em que ficam o forte de Coimbra e as povoações — hoje cidades — de Corumbá e de Albuquerque.

Na "Memória" de onde foram extraídas essas informações, apresentada ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro pelo sócio José Carlos Pereira Pinto, em 30 de Maio de 1861, também há referência ao prêmio de dez mil patações, instituido pelo govêrno da Bolívia para o primeiro navio a vapor que chegasse ao território da república pelo Amazonas ou Prata. . . O memorialista comentando o prêmio disse que êle era "um incentivo forte para desafiar a cobiça de qualquer negociante inglês, francês ou americano. . ."

CRONOLOGIA
DA QUESTÃO ACREANA

CRONOLOGIA DA QUESTÃO ACREANA

1834

Falha a primeira tentativa boliviana junto ao Govêrno brasileiro, por intermédio do General Mariano Armaza, para resolver a questão de limites entre a Bolívia e o Brasil.

1841

Não obtêm êxito a tentativa brasileira junto ao Govêrno boliviano, por intermédio do Conselheiro Duarte da Ponte Ribeiro, com o mesmo fim.

1852

Manoel Urbano da Encarnação, brasileiro, descobre o rio Aquirí ou Acre, penerando-o até muito além de sua foz no Purús.

1857

João Rodrigues Cametá, também brasileiro, penetra o rio Acre.

1861

João da Cunha Corrêa, também brasileiro, faz outra penetração no Acre.

1863

Frustra a missão confiada a Rêgo Monteiro para tratar dos limites do Brasil com a Bolívia.

1865

Continuam as penetrações brasileiras no Acre e seus tributários.

1866

10 de Outubro. E' massacrada no Javarí a Sub-Comissão brasileo-peruana, chefiada pelo Capitão Tenente João Soares Pinto e D. Manoel Rouaud y Paz Soldan, encarregada de explorar êsse rio, determinando a posição de sua nascente principal.

1867

27 de Março. E' assinado em La Paz o Tratado de Limites entre o Brasil e Bolívia, conhecido como Tratado de Ayacucho, concertado entre o Ministro brasileiro Lopes Neto e o Chanceler boliviano Mariano Muñoz.

1874

17 de Janeiro. Parte de Tabatinga, no Solimões, a Comissão brasileo-peruana encarregada de explorar e determinar a nascente principal do rio Javarí. Chefiam-na, respectivamente, o Capitão de Fragata Antônio Luiz von Hoonholtz, futuro Barão de Tefé, e o Capitão de Fragata peruano D. Guillermo Blake.

14 de Março. A Comissão exploradora do Javarí estabelece que a nascente principal dêsse rio estaria a 7° 1' 17",5 de latitude sul e 74° 8' 27",7 de longitude oéste de Greenwich.

1877

3 de Abril. Chegam ao Acre os primeiros povoadores, todos cearenses, que se estabelecem em terras próximas à foz dêsse rio no Purús.

1886

28 de Julho. O Ministro boliviano D. Francisco Vellarde, em conferência na Siciedade de Geografia do Rio de Janeiro, em presença de Pedro II, declarou que o rio Aquirí ou Acre ainda não havia sido descoberto, mas que o seria em breve. . .

1895

19 de Fevereiro. Foi assinado no Rio de Janeiro, pelo Ministro do Exterior Dr. Carlos de Carvalho e pelo Ministro boliviano Frederico Diez de Medina, o Protocolo para a demarcação da fronteira entre os dois paises, aceitando ambos, a posição da nascente do Javarí estabelecida por Tefé e Blake, em 1874.

29 de Setembro. Os Comissários brasileiro e boliviano, Tenente Coronel Gregório Taumaturgo de Azevedo e Coronel Juan Manoel Pando, encon-

tram-se em Caquetá, no Estado do Amazonas, e encetam os trabalhos de demarcação da fronteira.

1897

6 de Março. Taumaturgo de Azevedo em ofício datado de Manaus, dirigido ao Ministro do Exterior, General Dionísio de Cerqueira, denuncia a exploração do Javarí, declarando que a nascente do rio seria muito mais ao sul.

1898

11 de Janeiro. O Capitão Tenente Augusto da Cunha Gomes entrega ao Ministro do Exterior o relatório da re-exploração do Javarí, concluindo nesse trabalho que a nascente principal do rio estaria a 7° 11' 48",10 de latitude sul e 73° 47' 44",5 de longitude W. de G.

23 de Setembro. Bolívia obtem do Govêrno brasileiro permissão para instalar alfandega no Acre.

19 de Dezembro. O Ministro boliviano no Rio de Janeiro, Dr. José Paravicini, chega a Manaus para combinar com o Governador do Amazonas a instalação de uma alfandega mixta no Acre.

1899

2 de Janeiro. O Ministro boliviano Paravicini, em pessôa, funda, com solenidade, Puerto Alonso, 4 ½ milhas além do local por onde passaria a linha divisória com o Brasil, a qual não havia, ainda, sido demarcada, instalando uma alfandega boliviana, não mixta.

4 de Janeiro. Dessa data o Decreto baixado pelo Ministro Paravicini dispondo sôbre a navegação no Acre e em outros rios.

30 de Abril. O advogado e jornalista cearense, José Carvalho, à frente de um grupo de acreanos depõe o Delegado Nacional boliviano deixado pelo Ministro Paravicini.

14 de Julho. Luiz Galvez, em Puerto Alonso, proclama a independência do Acre erigindo-o em Estado soberano, do qual se fez Presidente. O Acre estava acéfalo desde a deposição e partida do Delegado Nacional.

Outubro. Parte de La Paz uma expedição chefiada pelo Dr. Andrés Muñoz para ocupar o Acre.

30 de Outubro. E' assinado no Rio de Janeiro, pelo Chanceler Olinto de Magalhães e pelo Ministro boliviano Salinas Végas, um novo Protocolo para a demarcação da fronteira.

8 de Dezembro. Antônio de Souza Braga, seringalista acreano, depõe Luiz Galvez do govêrno que exercia sôbre o Acre e se instala, êle próprio, no poder.

20 de Dezembro. Morre, em Manaus, o Dr. Pedro Kramer, quando se dirigia ao Acre para assumir o cargo de Delegado Nacional da Bolívia, para o

qual cargo havia sido nomeado pelo Ministro plenipotenciário junto ao Govêrno brasileiro. Substitue-o, nas funções, Ladisláo Ibarra, que parte imediatamente de Manaus para Puerto Alonso.

9 de Fevereiro Chega a Puerto Alonso, já crismado de Pôrto Acre, o navio de

1900

.. de Janeiro. Antônio de Souza Braga impede, a mão armada, que Ladisláo Ibarra assuma o govêrno, expulsando-o do Acre.

2 de Fevereiro. Antônio de Souza Braga entrega, expontaneamente, a Luiz Galvez, a governação do Acre.

9 de Fevereiro. Chega a Puerto Alonso, já crismado de Pôrto Acre, o navio de guerra brasileiro "Jutaí", sob o comando do Capitão-Tenente Raimundo Ferreira, credênciado também como Vice-Consul do Brasil na localidade... Como não encontrasse govêrno boliviano regressou a Manaus 2 dias depois.

..de Março. Chega a Puerto Alonso ou Pôrto Acre uma esquadrilha de navios de guerra do Brasil composta pelo "Tocantins" e pelo "Jutaí", sob o comando do Capitão de Mar e Guerra José Ramos de Azevedo. Acompanhou a esquadrilha um navio de propriedade do Estado do Amazonas, no qual viajava o Secretário das Finanças dêsse Estado, Dr. Lopo Neto. Levava o Comandante Ramos da Fonseca a ordem de depôr, como depôs, a Luiz Galvez, do Govêrno do Acre.

14 de Julho. Parte de La Paz o Vice-Presidente da Bolívia, Dr. Perez Velasco, nomeado Delegado Nacional Extraordinário no Acre. Acompanha-o o Ministro da Guerra, Coronel Ismael Montes, que vem à frente do Batalhão "Independência".

.. de Setembro. A Expedição Muñoz chega ao Acre, investindo-se o Dr. Andrés S. Muñoz na sua governação.

19 de Outubro. O Vice-Presidente Velasco e o Ministro Montes chegam a "Empresa", na margem do rio Acre, acompanhados de uma escolta. O Batalhão Independência ficou em Riberalta. Seguiram em canôas, nesse mesmo dia, rumo a Puerto Alonso. Entre as duas localidades foram presos por Gentil Norberto e Pedro de Souza Braga.

23 de Outubro. Os revolucionários soltam o Vice-Presidente Velasco e o Ministro Montes. O primeiro continua a viagem para Puerto Alonso; o segundo segue para Riberalta a buscar o Batalhão Independência.

6 de Dezembro. Combate no Cajueiro entre revolucionários e bolivianos.

12 de Dezembro. Os revoluncionários ao mando de Antônio de Souza Braga atacam em Empresa o Batalhão Independência.

24 de Dezembro. Puerto Alonso é atacado pela Expedição dos Poetas, vinda de Manaus, no vapor "Solimões". Depois de algumas horas de tiroteio a Expedição dos Poetas retira do campo da luta em direção a Caquetá.

25 de Dezembro. A Expedição dos Poetas é atacada e destroçada em Caquetá pelo seringalista Manoel Felicio, à frente de um grupo de capangas, a pretexto de que precisava das suas armas para atacar os bolivianos.

1901

.. **de Fevereiro**.. .O Batalhão Independência regressa à Bolívia. O Vice-Presidente Perez Velasco e o Ministro Ismael Montes, também abandonam o Acre seguindo por via de Manaus. O mesmo faz o Dr. Andrés S. Muñoz. No govêrno da região fica o Tenente-Coronel Pedro Salazar.

11 de Junho. E' assinado em Londres o contrato de arrendamento do Acre ao Bolivian Syndicate, conhecido como Contrato Aramayo.

17 de Setembro. Chega ao Acre e assume o govêrno da região o Coronel Manoel Canseco.

.... A Comissão Mixta Brasileo-Boliviana para explorar o rio Javarí e localizar sua nascente, chefiada pelo Dr. Luiz Cruls e por Ballivan, executa essa missão, verificando que a nascente principal do curso dágua em questão está a 7° 6' 55" de latitude sul e 73' 47' 30",6 de longitude W. de G., posição que seria confirmada em 1926 pelo Almirante Ferreira da Silva.

1902

3 de Abril. Chega a Puerto Alonso, assumindo **in-continenti** o govêrno o Dr. Lino Roméro, designado especialmente para fazer entrega da região aos delegados do Bolivian Syndicate.

23 de Junho. Plácido de Castro que se achava demarcando o seringal "Vitória", acima de Xapurí, toma conhecimento, pelos jornais, do arrendamento do Acre.

25 de Junho. Plácido de Castro enceta sua viagem de propaganda revolucionária rio abaixo.

29 de Junho. Plácido de Castro chega a Bagaço e segue para Bom Destino.

30 de Junho. Plácido de Castro chega a Bom Destino e segue por terra para Caquetá, no território brasileiro.

2 de Julho. Reunião em Caquetá dos próceres revolucionários, ficando combinada a luta. Plácido é aclamado Comandante em Chefe das fôrças a serem organizadas.

6 de Agosto. Plácido de Castro encabeçando uma partida de 33 homens depõe as autoridades bolivianas de Xapurí.

7 de Agosto. Plácido de Castro proclama a independência do Acre à Bolívia e institue como Estado soberano sob o título de Estado Independente do Acre.

25 de Agosto. Os revolucionários comandados pelo Coronel José Galdino infligem derrota a partida boliviana chefiada pelo Capitão Gonçalo Moreno, em Santa Cruz.

18 de Setembro. Os revolucionários sob a direção de Plácido de Castro, numerando 63 homens, são derrotados por um batalhão boliviano (180 homens) comandando pelo Tenente-Coronel Rozendo Rojas, em lugar próximo à Volta da Empresa.

21 de Setembro. O Tenente Coronel Hermógenes Ibanez bate uma partida revolucionária em "Telheiro".

24 de Setembro. O Major Ladisláo Ferreira da Silva. à frente de 96 homens, vence, em Bom Destino, um ataque de 120 bolivianos ao mando do Coronel Manoel Canseco.

3 de Outubro. Plácido de Castro é aclamado general pelas fôrças revolucionárias. Recusa, porém, a honraria.

3 de Outubro. Os revolucionários, sob o comando de Plácido de Castro, constituidos em várias colunas, estabelecem o cêrco de "Volta da Empresa" onde se havia entrincheirado o Tenente Coronel Rozendo Rojas.

7 de Outubro. O vapor "Independência", armado em guerra pelos bolivianos de Volta da Empresa, rende-se aos revolucionários.

16 de Outubro. Rende-se a guarnição de Volta da Empresa, depois de 11 dias de luta. Os 160 prisioneiros foram expulsos do Acre.

10 de Novembro. Nicolas Suarez, com 80 homens, derrota uma partida em Igarapé da Baía, matando 48 revolucionários.

12 de Novembro. O mesmo Nicolas Suarez bate Manoel Alves em Montevidéu.

2 de Dezembro. O Barão do Rio Branco assume a pasta do Exterior.

18 de Novembro. O Coronel Plácido de Castro derrota as fôrças do Tenente Júlio Galloso, em Santa Rosa, no rio Albunã.

7 de Dezembro. Os revolucionários chefiados pelo Coronel Plácido de Castro derrotam os bolivianos do Capitão Frederico Roman, entrincheirados em Costa Rica, no rio Tahuamanu.

1903

15 de Janeiro. Plácido de Castro à frente de 800 homens estabelece o sítio de Puerto Alonso ou Pôrto Acre, séde da Delegação Nacional, defendido por vários corpos de tropa e civis armados.

18 de Janeiro. A delegação do Bolivian Syndicate que vinha assumir o govêrno da região, ciente dos sucessos no Acre, regressa apressadamente da cachoeira do Purús, onde estava, para Belém do Pará, de onde saíu do país.

18 de Janeiro. Telegrama do Barão do Rio Branco ao Ministro brasileiro em La Paz comunicando que o Govêrno havia tornado litigioso o território acima do paralelo de 10° 20' e que ia mandar ocupá-lo por fôrças do Exército.

21 de Janeiro. O Presidente da República da Bolívia, Capitan General Juan Manoel Pando, juntamente com o Ministro da Guerra, Coronel Ismael Montes, à frente de uma coluna de tropas, deixa La Paz rumo ao Acre.

24 de Janeiro. As tropas bolivianas sitiadas em Pôrto Acre rendem-se ao Coronel Plácido de Castro e suas tropas. O acêrvo da luta de 9 dias foi o seguinte: bolivianos 200 mortos, 200 feridos e 400 prisioneiros; brasileiros, 18 mortos e 45 feridos.

28 de Janeiro. Organização do govêrno. a-acreano Plácido de Castro foi aclamado Governador.

17 de Março. O Major Gomes de Castro penetra o Acre à frente da vanguarda do Corpo Expedicionário Brasileiro.

21 de Março. E' assinado em La Paz o **modus-vivendi** entre o Brasil e a Bolívia para a suspensão das hostilidades no Acre até que fossem resolvidas as questões pendentes, de limites.

3 de Abril. O General Olímpio da Silveira chega ao Acre assumindo o govêrno do Acre Setentrional, isto é, do território acima do paralelo de 10° 20'.

10 de Abril. O Governador Plácido de Castro transfere a séde de seu govêrno para Caparatá, uma vez que lhe cabia apenas o território abaixo do paralelo 10° 20' que ficou conhecido como Acre Meridional ou Estado Independente do Acre.

.. de Abril. Plácido de Castro informado da aproximação do General Pando com suas tropas, invade a Bolívia pelo Tahuamanu com a intenção de atacá-lo em Palestina.

18 de Abril. A vanguarda das tropas de Plácido de Castro (60 homens) toma contacto com as tropas de Pando que se haviam entrincheirado em Puerto Rico, mantendo-as em sujeição.

24 de Abril. O General Pando com apenas 2 ajudantes de ordens abandona Puerto Rico, por terra, a pé.

26 de Abril. Enquanto a vanguarda dos revolucionários acreanos, sob o comando do Coronel José Brandão, combatia com os bolivianos em Puerto Rico, impedindo-lhes que avançassem ou recuassem, Plácido de Castro, em Gironda, preparava-se para marchar com o grosso de suas fôrças, afim de dar o golpe final. Nesse dia chegou o Major Gomes de Castro com oficios do General Olímpio da Silveira para Plácido de Castro e para o General Pando, communicando-lhe a assinatura do **modus-vivendi.**

27 de Abril. No momento em que chegava deante de Puerto Rico o emissário do General brasileiro, foi levantada a bandeira branca em Puerto Rico para fazer idêntica comunicação aos atacantes da praça.

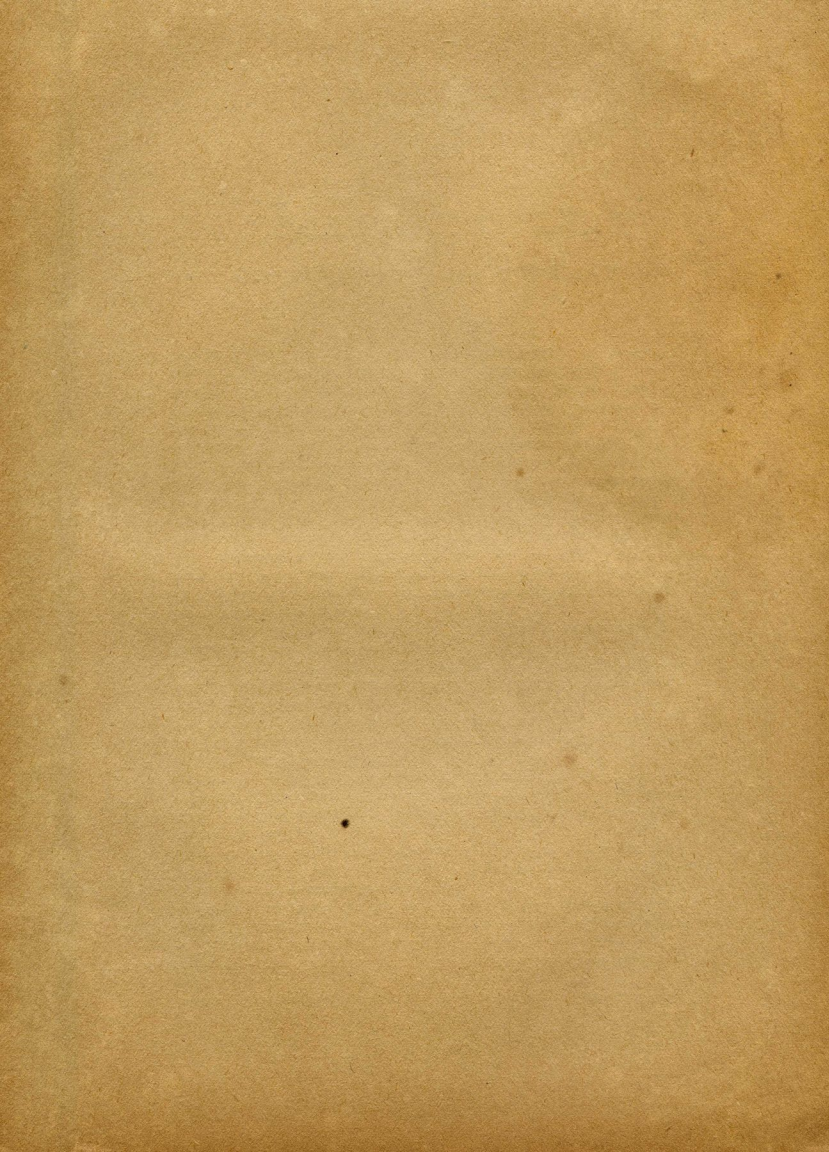
17 de Novembro. Assinatura, em Petrópolis, do Tratado de Limites entre o Brasil e a Bolívia, concertado pelo Barão do Rio Branco e por D. Claudio Pinilla Ministro plenipotenciário daquela República.

26 de Dezembro. O Congresso boliviano aprovou o Tratado de Petrópolis.

1904

25 de Janeiro. A Camara dos Deputados do Brasil aprovou o Tratado de Petrópolis.

12 de Fevereiro. O Senado brasileiro aprovou o Tratado com a Bolívia.

7 de Abril. O Govêrno brasileiro, em Decreto dessa data, deu organização administrativa ao Território do Acre.

BIBLIOGRAFIA
E DOCUMENTAÇÃO

BIBLIOGRAFIA E DOCUMENTAÇÃO

Obra	Autor
Campaña del Acre (Memórias Históricas de un Jubilado)	General Pastor Baldivieso.
La Campaña del Acre (1900-1901)	Tenente-Coronel Dr. Emilio Fernandez
La Revolutión del Acre (1902-1903)	Dr. José Manoel Aponte, (Auditor de Guerra do Exército Boliviano)
Resumen Histórico de las Campañas del Acre	Coronel Benjamin Azcuí
La Cuestión del Acre	José A. Deheza
Relatório do Ministro das Relações Exteriores (1902-1903)	Barão do Rio Branco
O Acre (Limites com a Bolívia)	Taumaturgo de Azevedo
O Rio Acre	Serzedelo Corrêa
Perú **versus** Bolívia	Euclides da Cunha
À Margem da História	" " "
O Estado do Acre e o Estado do Amazonas	Orlando Corrêa Lopes
O Acre e o Amazonas	" " "
Os Assassinos do Coronel Plácido de Castro e o "Correio da Noite"	" " "
As Nossas Fronteiras	João Ribeiro
História do Brasil	" "
Limites **in** História do Brasil	**Oliveira Lima**
Limites e Fronteiras **in** História do Brasil ..	Fernando Gabaglia
O Amazonas e o Acre	Jacques Ourique
A Questão do Acre	Artur Cezar Ferreira Reis
Memórias (Capítulo sôbre a exploração do rio Javarí)	Barão de Tefé
Carta geografica das nascentes do rio Javarí	" " "
Folkore Acreano	Francisco Peres de Lima
Navegação do Rio Acre	Plácido de Castro
Bosquejo Histórico do Acre	" " "
Apontamentos sôbre a Revolução Acreana .	" " "

Relatório do Prefeito interino do Departamento do Alto Acre (1906-1907) ...	Plácido de Castro
Carta geografica do Território do Acre ...	» » »
Correspondência com várias personalidades	» » »
Geografia	Aroldo de Azevedo
Carta geografica do Território do Acre e territórios circumjacentes, com dados estatísticos e outros elementos de informação	João Alberto Massô
Atlas do Brasil	Barão Homem de Melo e Dr. Francisco Homem de Melo
As Heveas ou Seringueiras	J. Barbosa Rodrigues
O Barão do Rio Branco	Liberato Bitencourt
Almanaque Brasileiro Garnier	
O Direito do Amazonas	Rui Barbosa
Compêndio de História do Brasil	P. Rafael M. Galanti S. J.
Tratado entre o Brasil e a Bolívia, de 17 de Novembro de 1903	
A Revolução do Acre (artigo)	José Maria dos Santos
A Política Geral do Brasil	» » » »
Estudos Contemporâneos (Ensaio)	J. C. Gomes Ribeiro
Autonomia Acreana	Augusto Meira
Efemérides da Revolução Acreana	Celso M. Schröder
Os antepassados de Plácidos de Castro	» » »
O Acre e os seus Heróis (*)	Napoleão Ribeiro
Euclides da Cunha e seus Amigos	Francisco Venâncio Filho
Relatório do Govêrno do Território do Acre (1928-1929)	Dr. Hugo Carneiro
El Territorio del Acre	Dr. Daniel Carneiro
Relatório do Prefeito do Departamento do Alto Acre	General Gabino Besouro
Plácido de Castro (conferência)	Carlos de Vasconcelos
Notas da Europa	» » »
Cartas da América	» » »
Euclides da Cunha (conferência)	Firmo Dutra
Amazônia	Araujo Lima
Epopéia Acreana (poema épico)	Farias Gama
A Selva (romance de costumes)	Ferreira de Castro
A Exploração da Hevea no Território do Acre	Avelino de Medeiros Chaves
Fim da Epopéia	Craveiro Costa

(*) Exemplar anotado pelo Coronel Rodrigo de Carvalho, um dos principais personagens da Revolução Acreana. Pertence ao Dr. Hugo Carneiro, antigo Governador do Acre.

A Epopéia Acreana	Freitas Nobre
Nacionalismo Político e Econômico	Geraldo Rocha
Os Gaúchos	Múcio Teixeira
O Acre e o Tratado de Petrópolis	Vinício da Veiga
Rodrigues Alves e sua Época	Gastão Pereira da Silva
A Presidência Campos Sales	Alcindo Guanabara
Mapa de huma parte da fronteira do Brasil com a República da Bolívia (Janeiro de 1860)	Conselheiro Duarte da Ponte Ribeiro e Major Isaltino José Mendonça de Carvalho
À Margem da História do Brasil	Vicente Licínio Cardoso
O Estado Independente do Acre e J. Plácido de Castro	Genesco de Castro
A Fronteira Brasileo-Boliviana	Lopes Gonçalves
O Acre — O Direito da Bolívia (**)	
O Território Brasileiro do Acre e o Tratado de Limites entre o Brasil e o Perú (arbitramento Perú-boliviano em Buenos Aires) (***)	
Limites do Império com a República da Bolívia	José Carlos Pereira Pinto
Relatório ao Ministério do Exterior sôbre a reexploração do Javarí (1899)	Capitão-Tenente Augusto da Cunha Gomes
Relatório ao Ministério do Exterior sôbre a reexploração do Javarí (1902)	Dr. Luiz Cruls
Relatório ao Ministério do Exterior sôbre trabalhos da Comissão de Limites do Brasil com o Perú (1928)	Almirante Ferreira da Silva
A Política Exterior do Império	Pandiá Calógeras
Da Regência à Queda de Rosas	" "
A Ilusão Americana	Eduardo Prado
América do Sul	Antenor Nascentes
Revista do Instituto do Ceará. (Tomo LI Ano LI)	

(**) Suponho ser da autoria de Alcindo Guanabara.
(***) Publicação de cunho oficioso.

ÍNDICE ONOMÁSTICO

ÍNDICE ONOMÁSTICO

D

E

F

G

H

I

J

P

R

S

T

V

W

X

Z

ÍNDICE

OBRAS PUBLICADAS
pela
BIBLIOTECA MILITAR

em 1938

Vol.	Mês	Obra
Vol. I	— Jan.	— **Em Guarda! (Contra o Comunismo)** — Col. de vários autores.
" II	— Fev.	— **Episódios militares** — Gen. Joaquim S. de Azevedo Pimentel.
" III	— Março	— **Os Mestres da Guerra** — L. Roussel. Trad. do Gen. Tasso Fragoso.
" IV	— Abril	— **A Arte de Comandar** — André Gavet. Tradução do 1.º Ten. Eduardo Martins Trindade.
" V	— Maio	— **Reflexões sôbre o Generalato do Conde Caxias.**
" VI	— Junho	— **Antônio João** — General V. Benício da Silva.
" VII	— Julho	— **Caxias** — Major Afonso de Carvalho.
" VIII	— Agosto	
" IX	— Set.	— **Bosquejo histórico e Documentado das Operações Militares na Província do Rio Grande do Sul** — Dr. Saturnino de Souza e Oliveira.
" X	— Out.	— **Uskub ou Papel da Cavalaria na Vitória** — General Jouinot Gambetta. Tradução do Capitão Salm de Miranda.
" XI	— Nov.	
" XII	— Dez.	— **Tibúrcio** — Dr. Euzébio de Souza.

em 1939

Vol.	Mês	Obra
Vol. XIII	— Jan.	— **Facundo** — Domingo Sarmiento. Tradução de Carlos Maul.
" XIV	— Fev.	— **Educação Moral do Soldado** — Carlo Cirsi. Tradução do Estado Maior do Exército.
" XV	— Março	— **Grandes Soldados do Brasil** — Major Lima Figueiredo.
" XVI	— Abril	— **A Revolução Farroupilha** — General Augusto Tasso Fragoso.
" XVII	— Maio	
" XVIII	— Junho	— **A Poesia do Dever** — Capitão Valter Prestes.
" XIX	— Julho	— **Escola Rosa da Fonseca** — Edição da Biblioteca Militar.
" XX	— Agosto,	— **Vida de Luiz Alves de Lima e Silva** — Duque de Caxias — Padre Joaquim Pinto de Campos.
" XXI	— Set.	
" XXII	— Out.	— **Pequena História da Grande Guerra** — Cel. Blin. Trad. do Cap. Salm de Miranda.
" XXIII	— Nov.	— **Bandeiras do Brasil** — 1.º Tenente Janarí Gentil Nunes.
" XXIV	— Dez.	— **O Tiro de Morteiro** — Capitão Golberí do Couto e Silva.

em 1940

Vol.	Mês	Obra
Vol. XXV	— Jan.	— **Benjamin Constant** — Benjamin Constant Neto.
" XXVI	— Fev.	— **Cautela! O Inimigo Está Escutando** — Barão de Grote. Tradução do General Bertoldo Klinger.
" XXVII	— Março	

Vol. XXVIII — Abril — **Estudos de Português** — Ten. Coronel Jonas Correia.
" XXIX — Maio — **O Paraná na Guerra do Paraguai** — Daví Carneiro.
" XXX — Junho — **Aeronáutica Brasileira** — Domingos Barros.
" XXXI — Julho / " XXXII — Agosto — **Os generais do Exército Brasileiro** — Alfredo Pretextato Maciel da Silva.
" XXXIII — Set. / " XXXIV — Out. — **Notas de Geografia Militar Sul Americana** — Cel. F. de Paula Cidade.
" XXXV — Nov. — **Laguna** (Poema) — Arnaldo Nunes.
" XXXVI — Dez. — **Fortificações** — Cap. Inácio Azambuja.

em 1941

Vol. XXXVII — Jan. — **Rio Grande de São Pedro** — Gen. João Borges Fortes.

AVULSOS

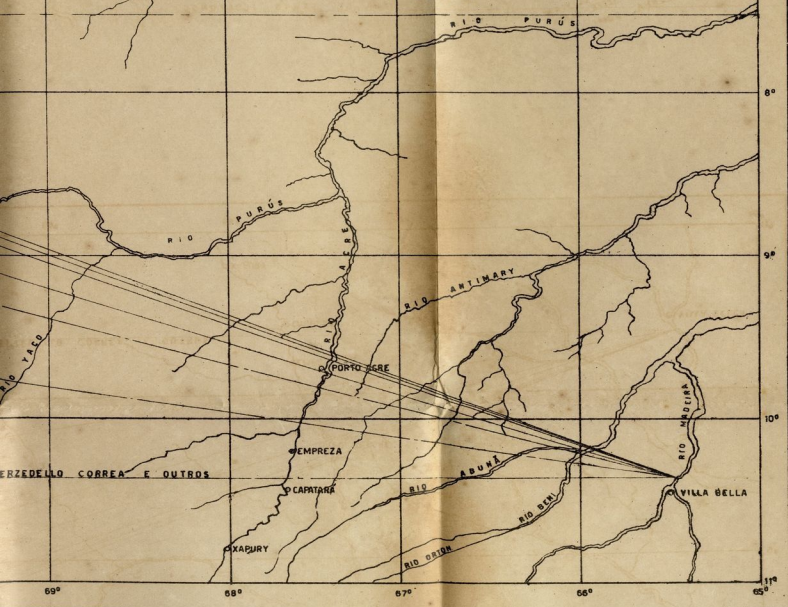
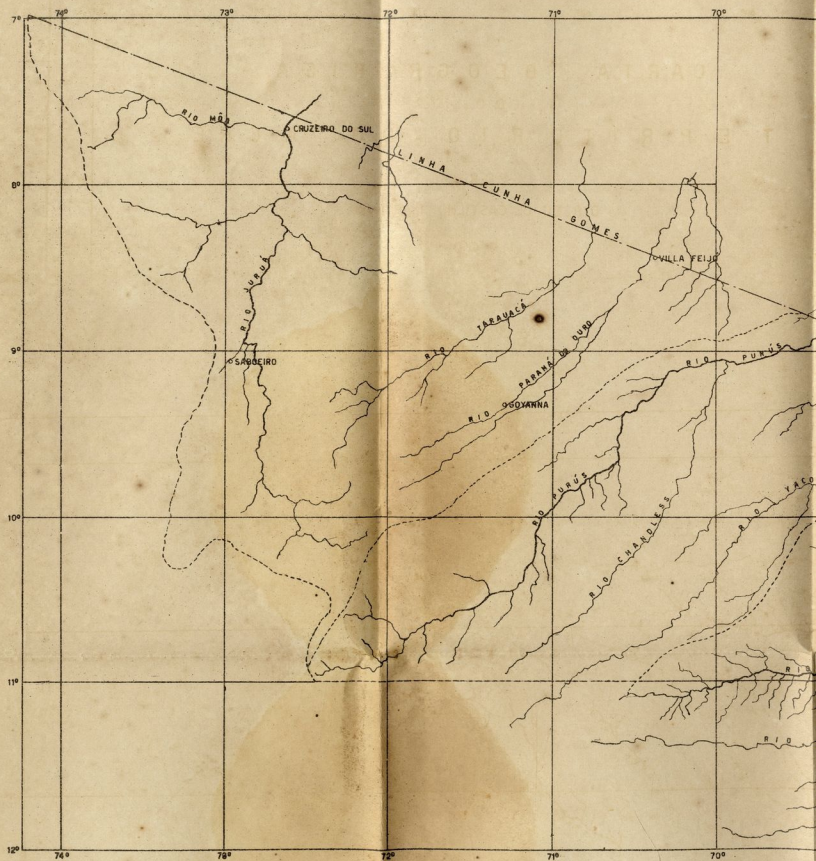
Osório — Ten. Cel. Onofre Lima.
Educação Física Militar — Cap. Gutemberg Aires de Miranda.
Antônio João — Separata do Livro Episódios Militares.
Símbolo da Pátria — Professor Daltro Santos.
Mulheres Brasileiras — Edição da Biblioteca.
Oficial de Cavalaria — Gen. V. Benício da Silva.
Floriano — Diversos autores.
Floriano — Conferência proferida pelo Dr. Carlos Maul.
Caxias — Conferência do Gen. V. Benício da Silva.
Osório — Conferência do Gen. V. Benício da Silva.
Tuiutí é Osório, Osório é Tuiutí — Gen. Lobo Viana.
República Brasileira — Diversos Autores.
Anais do Exército Brasileiro 1938.
Faze assim — Cmt. Frederico Vilar.
Floriano — Carlos Maul.
Roteiro dos Andes — Angione Costa.
Discursos, Orações e Conferências — Gen. Pedro de Alcântara Cavalcanti de Albuquerque.
O Coronel Luiz Alves de Lima e Silva no Maranhão — Jerônimo de Viveiros.
A República do Perú — Conferência do Gen. V. Benício da Silva.

PRÓXIMAS PUBLICAÇÕES

O Espírito Militar na Questão Acreana — Castilhos Goycochêa.
Método Schreiber — Gen. Augusto Tasso Fragoso.
Curso de Transmissões — Major Paulo Bolivar Teixeira.
Artilharia — Artur Silio Portela.
Cidades e Sertões — Ten. Coronel Lima Figueiredo.
A Guarda Morre — Marcel Dupont — Trad. de Otávio Murgel de Rezende.
Manual de Serviço em Campanha — Cap. Horácio Garcia.
Lições da Guerra de Espanha — Gen. Durval — Trad. do Cap. Frederico Trota.
História do Grande Chanceler — Deoclécio De Paranhos Antunes.
O Exército dos Estados Unidos — Tradutor: Cap. Maurício Eugênio de Gusmão Pereira Lessa.
Comemorações do Dia do Soldado.
História Militar do Brasil — Cap. Genserico de Vasconcelos.
Artilharia — Exercícios na Carta — General Artur Sílio Portela.
Brigadeiros e Generais de D. João VI e D. Pedro I no Brasil — Cel. Laurênio Lago.
Fundamentação da Ortografia Simplificada — Daltro Santos.
Santa Catarina no Exército — Almirante Henrique Boiteux.

74°
73°
72°
71°
70°
6°
7°
8°
9°
10°
11°
RIO JAVARY
RIO JUTAY
RIO JURUÁ
RIO GREGORIO
RIO TARAUACA
RIO JAQUIRANA
RIO BLACK
FALSA LINHA DE SANTO ILDEFONSO 1777 = 6° 52'
LINHA CRULS - BALLIVIAN
LINHA BARÃO DE TEFFÉ - BLACK
LINHA CUNHA GOMES
1901 = 7° 6' 55" 3
1874 = 7° 1' 17" 5
1897 = 7° 11' 48" 10
LINHA DE SANTO ILDEFONSO
LINHA DE VARIAS SUGESTÕES ANTES DA EXPLORAÇÃO CRULS - BALLIVIAN
LINHA ARBITRARIA DO MAPA DE HORACIO WILLIAMS 8° 1903
LINHA ARBITRARIA DO MAPA DE LUIZ GRUDER 9° 1903
INTERPRETAÇÃO DA LINHA DO TRATADO DE 1867, SEGUNDO
ESCALA 1:2.500.000

MAPA COM AS DIVERSAS LINHAS PROJETADAS
COMO LIMITE ENTRE BRASIL E BOLIVIA DURANTE
A QUESTÃO ACREANA
POR
DIRCEU DE CASTILHO MARTINS
1940
69°
68°
67°
66°
7°
8°
9°
10°
11°
65°
RIO PURÚS
RIO ACRE
RIO ANTIMARY
RIO YACO
PORTO ACRE
EMPREZA
CAPATARÁ
XAPURY
RIO ABUNÃ
RIO BENI
RIO ORTON
RIO MADEIRA
VILLA BELLA
ERZEDELLO CORREA E OUTROS

74°
73°
72°
71°
70°
7°
8°
9°
10°
11°
12°
RIO MÔA
CRUZEIRO DO SUL
LINHA CUNHA GOMES
VILLA FEIJÓ
RIO JURUÁ
SABOEIRO
RIO TARAUACÁ
RIO PARANÁ DO OURO
GOYANNA
RIO PURÚS
RIO CHANDLESS
RIO YACO
RIO
RIO

CARTA GEOGRAFICA
DO
TERRITORIO DO ACRE
POR
DIRCEU DE CASTILHO MARTINS
1940
ESCALA 1:2.500.000
69º
68º
67º
66º
65º
7º
8º
9º
10º
11º
12º
BARCELONA
SENNA MADUREIRA
ANTIMARY
RIO ANTIMARY
CAQUETÁ
PORTO ACRE
BOM DESTINO
ACRE
EMPREZA
RIO
CAPATARÁ
IRACEMA
BÔA FÉ
SANTA ROSA
VICTORIA
XAPURY
CARMEN
IGARAPÉ DA BAHIA
BELLA FLOR
GIRONDA
PORTO RICO
TAHUAMANU
COSTA RICA
BELLA VISTA
RIO MANURIPE
RIO MADRE DE DIOS
RIO BENI
RIO ORTON
RIO ABUNÃ
VILLA BELLA
RIO YATA
RIO MADEIRA
RIO MAMORÉ